

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPCS

O PATRIMÔNIO E O TURISMO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDEIA
DE PATRIMÔNIO MUNDIAL (UNESCO, 1960-1980)

VALÉRIA FERNANDA SERPA STEINKE

Joinville – SC

2020

VALÉRIA FERNANDA SERPA STEINKE

O PATRIMÔNIO E O TURISMO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDEIA
DE PATRIMÔNIO MUNDIAL (UNESCO, 1960-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade – PPGPCS da Universidade da Região de Joinville – Univille, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da professora Dr^a. Ilanil Coelho e coorientação dos professores Dr. Felipe Borborema Cunha Lima e Dr. Fernando Cesar Sossai.

Joinville – SC

2020

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

S822p	<p>Steinke, Valéria Fernanda Serpa O patrimônio e o turismo: um estudo sobre a construção da ideia de patrimônio mundial (UNESCO, 1960-1980)/ Valéria Fernanda Serpa Steinke; orientadora Dra. Ilanil Coelho; coorientadores Dr. Felipe Borborema Cunha Lima e Dr. Fernando Cesar Sossai. – Joinville: UNIVILLE, 2020.</p> <p>179 p.: il. ; 30 cm</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Patrimônio mundial. 2. Turismo. 3. UNESCO. 4. Patrimônio cultural. I. Coelho, Ilanil. (orient.). II. Lima, Felipe Borborema Cunha (coorient.) III. Sossai, Fernando Cesar. IV. Título.</p> <p>CDD 363.69</p>
-------	---

Elaborada por Ana Paula Blaskovski Kuchnir – CRB-14/1401

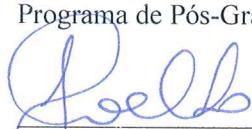
Termo de Aprovação

“O Patrimônio e o Turismo: Um Estudo sobre a Construção da Ideia de Patrimônio Mundial (UNESCO, 1960-1980)”

por

Valéria Fernanda Serpa Steinke

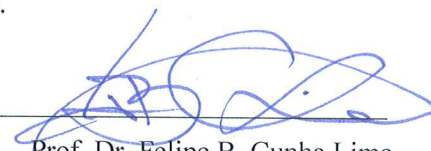
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.



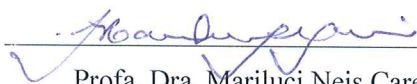
Profa. Dra. Ilanil Coelho
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai
Coorientador (UNIVILLE)

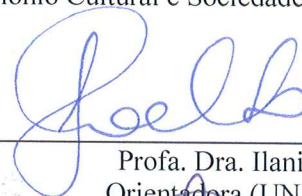


Prof. Dr. Felipe B. Cunha Lima
Coorientador (UNIVILLE)

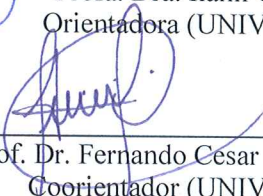


Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

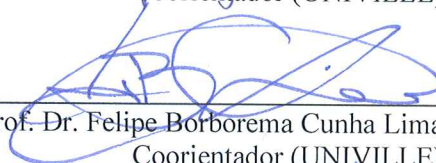
Banca Examinadora:



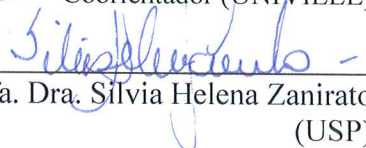
Profa. Dra. Ilanil Coelho
Orientadora (UNIVILLE)



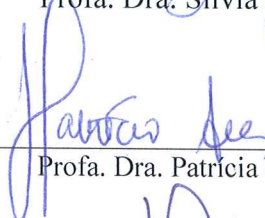
Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai
Coorientador (UNIVILLE)



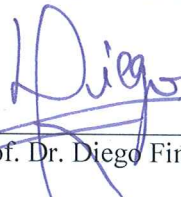
Prof. Dr. Felipe Boreborema Cunha Lima
Coorientador (UNIVILLE)



Profa. Dra. Sílvia Helena Zanirato
(USP)



Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Areas
(UNIVILLE)



Prof. Dr. Diego Finder Machado
(UNIVILLE)

Joinville, 20 de fevereiro de 2020.

Dedico este trabalho a meus pais, Renato Steinke (*in memoriam*) e Rita de Cássia Serpa Steinke, por me ensinarem a importância da educação na vida de uma pessoa e por não pouparem esforços para que isso se concretizasse em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me concedeu todas as condições necessárias para que eu chegasse até aqui. Família, saúde, condições intelectuais e financeiras, amigos e professores que me apoiaram nessa trajetória: tudo é graça de Deus e provém Dele, e por isso eu sou extremamente grata. Sendo assim, todos os agradecimentos que se seguem não seriam possíveis se não fosse por este aqui.

Em segundo lugar, agradeço, do mesmo modo, à minha família, pelo apoio moral e financeiro que me deram nesta empreitada. Sem vocês eu também não teria chegado até aqui. Ao meu pai, que faleceu durante minha graduação, serei eternamente e saudosamente grata, pois me ensinou virtudes preciosas as quais eu lapidei durante esse período de mestrado e que levarei junto comigo para o resto da minha vida. À minha mãe, mulher batalhadora, agradeço por me ajudar financeiramente e moralmente a vencer mais esta etapa da minha vida. Obrigada por abdicar de tantas coisas em prol da minha formação continuada e por me apoiar e incentivar nos momentos em que tudo estava desmoronando. Ao meu irmão, que desde que eu nasci é meu parceiro para tantas coisas, quis Deus que também compartilhasse comigo esse período do mestrado (inclusive a data de nossas defesas, que terá apenas um dia de diferença!), em diferente área, cidade e instituição, mas partilhando as alegrias e agonias desse período tão intenso. Obrigada por também me apoiar e incentivar, por tirar dúvidas sobre questões técnicas e por me ajudar a superar os desafios que a tecnologia impõe a mim.

Com toda a certeza, eu também não conseguiria chegar até aqui sem a ajuda e orientação dos meus queridos professores orientadores. E são três! Prof^a. Dr^a. Ilanil Coelho, minha orientadora: muito obrigada por, desde o tempo de graduação e de mentoria no Laboratório de História Oral da Univille (LHO), me incentivar a continuar minha formação através do mestrado. Obrigada por acreditar e lutar por mim, por me ensinar a olhar o mundo com um olhar mais crítico e por não desistir de mim, mesmo quando as coisas não pareciam ir bem. Também não posso deixar de agradecer por toda a orientação e ajuda durante o estágio docência. Muito obrigada! Tenho imensa admiração por você! Ao prof. Dr. Felipe Borborema Cunha Lima, meu coorientador, também não posso deixar de expressar minha gratidão. Muito obrigada por todas as bibliografias indicadas, por todas as discussões extremamente construtivas em sala de aula e por todo o apoio neste período de coorientação. E por último, mas não

menos importante, quero deixar aqui registrada minha profunda e imensa gratidão ao meu também coorientador, prof. Dr. Fernando Cesar Sossai, que, do mesmo modo que a prof^a. Ilanil, me incentivou e acreditou em mim desde a graduação e o tempo de LHO. Não tenho palavras para expressar minha gratidão por ter me oportunizado a pesquisa na Unesco, através do Projeto de Pesquisa “Pelos Bastidores da Unesco: a construção de consenso em torno de bens considerados patrimônios mundiais” (PCM), em meados de 2018. Com certeza foi uma experiência incrível e que, sem ela, minha dissertação estaria longe de ser a mesma. Agradeço também por ser sempre solícito em me ajudar, tirando minhas dúvidas e contribuindo de forma memorável para o crescimento deste trabalho. Você é um profissional incrível, o qual eu me admiro e me inspiro! Aos meus três orientadores, de forma geral, meu muito obrigada por caminharem junto comigo nesta trajetória, por terem aperfeiçoado a minha forma de fazer pesquisa e por terem contribuído para lapidar esta dissertação!

À Unesco, na pessoa da arquivista de referência do Unesco Archives, Eng Sengsavang, muito obrigada por organizar as tratativas de nossa visita, selecionar os documentos que havíamos, anteriormente, solicitado via e-mail e por nos atender de forma tão solícita durante nosso tempo de pesquisa dentro da Organização.

Agradeço também ao Programa Institucional de Formação Científica na Pós-Graduação – PICPG, que é financiado pelo Fundo de Apoio à Área da Pesquisa – FAP, da Univille, pela bolsa de estudos que me foi concedida durante os dois anos do mestrado. Com certeza, a bolsa foi de fundamental importância para tornar este período da pós-graduação viável financeiramente.

Sem dúvidas, minha dissertação também não seria a mesma sem o Projeto e Grupo de Pesquisa PCM, coordenado pelo professor Dr. Fernando C. Sossai. Através do Projeto PCM, tornou-se possível a pesquisa na Unesco e a discussão de diversas questões que envolviam patrimônio no âmbito de tal Organização. Agradeço também à professora MSc. Arselle de Andrade da Fontoura pela parceria na viagem e no Projeto PCM. Obrigada por tantas contribuições! E aos demais integrantes do Grupo, que compartilharam comigo aflições, alegrias, desespero para cumprir prazos, alívio depois das apresentações em eventos, meu muito obrigada! Ana Gabriela Cardoso, Gabriel Lima de Castro e Moroni de Almeida Vidal: vocês também me ajudaram a tornar este período do mestrado mais leve e agradável de ser trilhado. É nítido o crescimento e amadurecimento de vocês nesse tempo de PCM também. Continuem perseverantes na pesquisa. Vocês vão longe!

Ao professor Dr. Diego Finder Machado quero, também, deixar meu agradecimento. Obrigada por, em primeiro lugar, ter coordenado o grupo de estudos sobre patrimonialização e patrimonialidade no ano de 2019. Tantos textos que lá eram estudados, foram bastante úteis não só para a minha dissertação, mas para o crescimento de trabalhos de outros alunos que participaram do grupo também. Além disso, muito obrigada por ser sempre tão solícito e por ter me ajudado em tantos momentos nesses dois anos, seja indicando bibliografias, seja perguntando como ia o andamento da dissertação e se importando com meu trabalho. Admiro muito o seu empenho e dedicação!

Outrossim, não poderia deixar de agradecer a todos os professores que fazem parte do quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille e que contribuíram de forma significativa para meu crescimento como aluna e pesquisadora neste período de dois anos. Vocês são inspiração!

Por último, mas não menos importante, gostaria de deixar meu sincero e profundo agradecimento a todos os meus amigos, colegas e demais familiares que, de alguma forma, seja em palavras ou ações, tornaram este tempo de mestrado mais leve e agradável de ser percorrido. Lembrar de alguns é, também, esquecer de muitos outros. Por isso, com exceção de uma pessoa, não vou citar nomes. Aqueles que foram importantes nesta trajetória, os quais eu guardo com carinho no coração, sabem quem são. À Hemelyn Brondani Mohr Haertel, uma das minhas melhores amigas e futura mamãe do Pedro, deixo meu mais especial, sincero e profundo agradecimento. Obrigada por, quase que diariamente, acompanhar as angústias e alegrias desse processo tão intenso, me dirigindo palavras de conforto, quando necessário, ou rindo e se alegrando comigo com as pequenas conquistas do dia a dia. Certamente, a tua amizade foi muito importante no processo de crescimento, amadurecimento e desenvolvimento deste trabalho!

RESUMO

A presente dissertação tem como temática central as relações entre patrimônio e turismo no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), nos anos de 1960 a 1980. Tem como problema central o seguinte: durante as discussões de construção do primeiro documento jurídico que instituiu o patrimônio mundial (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco de 1972), em que termos estava sendo pensada a aproximação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento? A ideia de patrimônio, que até meados do século XX estava ligada à memória e à identidade nacionais, passa a ser rearranjada para o mercado, ao passo que o patrimônio se torna não mais apenas um recurso memorial e identitário, mas um recurso voltado para o desenvolvimento econômico, notadamente, por meio do turismo. Localizar, compreender e problematizar como se deu esse rearranjo no âmbito da Unesco é o principal objetivo deste trabalho, que está dividido em três capítulos. No primeiro deles, analisar-se-á a história da Organização, dando ênfase a alguns marcos jurídicos instituídos nos primeiros anos de sua atuação, ressaltando, do mesmo modo, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. No segundo capítulo, as discussões sobre os imbricamentos entre patrimônio e turismo serão evidenciadas, dando destaque à emergência de tal relação em dois documentos criados em 1976: a Carta do Turismo Cultural e a Recomendação de Nairóbi. No terceiro e último capítulo, os debates abordam a ideia de patrimônio mundial como recurso de desenvolvimento, principalmente no período entre os anos 1960 e 1980, salientando os atores envolvidos em tal processo e as intenções que visavam aproximar o patrimônio ao turismo. A investigação teve como principais fontes documentos primários obtidos através de pesquisa documental nos Arquivos da Unesco, em Paris, no ano de 2018, somadas a demais bibliografias sobre o assunto.

Palavras-chave: patrimônio mundial; turismo; Unesco.

ABSTRACT

The relations between heritage and tourism within the scope of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco), from 1960 to 1980 are the main topic of this dissertation. Its central problem is the following question: during the discussions of the construction of the first legal juridical document that establishes the world heritage (1972 Unesco's Convention for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage), in what terms were the relationships between heritage, tourism and development being considered? The idea of heritage, which until the mid-twentieth century was linked to national memory and identity, is now rearranged for the market, while heritage becomes no longer just a memorial and identity resource, but a resource aimed at the economic development, notably through tourism. Locating, understanding and problematizing how this rearrangement took place within Unesco is the main objective of this work, which is divided into three chapters. In the first one, the history of the Organization will be analyzed, emphasizing some legal frameworks established in the first years of its history, highlighting, in the same way, the 1972 Convention for the Protection of World, Cultural and Natural Heritage. In the second chapter, discussions on the nexus of heritage and tourism will be highlighted, emphasizing the emergence of such relationship in two documents created in 1976: the Charter of Cultural Tourism and the Nairobi Recommendation. In the third and last chapter, the debates address the idea of world heritage as a development resource, especially in the period between 1960 and 1980, stressing the actors involved in this process and the intentions aiming to bring together heritage and tourism. The main sources of the investigation were primary documents obtained through documentary research at the Unesco Archives in Paris in 2018, in addition to other bibliographies on the subject.

Keywords: world heritage; tourism; Unesco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pasta contendo documentos institucionais da Unesco.....	19
Figura 2 – Documentos separados para a pesquisa nos Arquivos da Unesco.....	20
Figura 3 – Localização dos bens inseridos na Lista do Patrimônio Mundial.....	75
Figura 4 – Número de bens do patrimônio mundial por região.....	75
Figura 5 – Número de bens do patrimônio mundial inscritos anualmente por região.....	82

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPUH-SC	Associação Nacional de História, seção Santa Catarina
CAME	Conference of Allied Ministers of Education
CAPES	Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DAP	Discurso Autorizado do Patrimônio
EUA	Estados Unidos da América
ICIC	International Committee on Intellectual Cooperation
ICOM	International Council of Museums
ICOMOS	International Council of Monuments and Sites
ICCROM	International Centre for the Study of Preservation and Restoration of Cultural Property
IMO	International Museums Office
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	International Union for Conservation of Nature
IWGC	Intergovernmental Working Group on Conservation
LHO	Laboratório de História Oral da Univille
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
OUV	Universal Outstanding Value
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCM	Pelos Bastidores da UNESCO: a construção de consenso em torno de bens considerados patrimônios mundiais
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PRES	Patrimônio Cultural, entre Redes e Enredos
RAU	República Árabe Unida
UDC	Universal Decimal Classification
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNDP	United Nations Development Programme
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESDOC	Unesco Digital Library
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VUE	Valor Universal Excepcional
WHC	World Heritage Committee
WHL	World Heritage List

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 A UNESCO E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO MUNDIAL	26
1.1 A HISTÓRIA DA UNESCO: PROPÓSITOS E FRENTES DE ATUAÇÃO	27
1.2 A UNESCO E O PATRIMÔNIO: ALGUNS MARCOS JURÍDICOS (1931-1964).....	36
1.3 DEBATES SOBRE A CONVENÇÃO DE 1972: A IDEIA DE PATRIMÔNIO MUNDIAL	45
1.4 PATRIMÔNIO MUNDIAL: CULTURAL E NATURAL?	51
2 O TURISMO NA CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO MUNDIAL ...	58
2.1 A EMERGÊNCIA DO TURISMO NO DEBATE SOBRE PATRIMÔNIO MUNDIAL	59
2.2 A CARTA DO TURISMO CULTURAL E A RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI	64
2.3 O TURISMO COM ÊNFASE NO PATRIMÔNIO NO ÂMBITO DA UNESCO..	78
3 PATRIMÔNIO COMO RECURSO DE DESENVOLVIMENTO?	89
3.1 A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NA UNESCO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.....	90
3.2 DESENVOLVIMENTO DO QUE E PARA QUEM?.....	100
3.3 DISPUTAS E CONFLITOS SOBRE A IDEIA DE TURISMO A PARTIR DO PATRIMÔNIO.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	128
APÊNDICE A – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COLETADOS NOS ARQUIVOS DA UNESCO CONSIDERADOS PERTINENTES À PESQUISA	129

INTRODUÇÃO

A pesquisa que envolve a produção desta dissertação está vinculada, primordialmente, à linha de pesquisa “Patrimônio, Memória e Linguagens”, da área de concentração intitulada como “Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania”, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS) da Universidade da Região de Joinville - Univille.

Em segunda instância, o projeto também se entrelaça ao Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (GPCCD), formado no ano de 2011 e coordenado pela professora Doutora Ilanil Coelho e pelo professor Doutor Fernando Cesar Sossai, ambos professores do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

Em consonância com ambas as instâncias citadas anteriormente, os estudos realizados neste âmbito se atrelam a dois projetos de pesquisa em andamento: primeiramente, ao Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, entre Redes e Enredos (PRES), coordenado, de igual modo, pela professora Dr^a. Ilanil Coelho; e, em segundo lugar, ao Grupo de Pesquisa Pelos Bastidores da Unesco: a construção de consenso em torno de bens considerados patrimônios mundiais (PCM), sob coordenação do professor Dr. Fernando Cesar Sossai.

Esse último projeto foi de fundamental importância para a realização desta pesquisa, pois através do intermédio de parcerias firmadas entre a Univille e o Projeto PCM, foi possível realizar uma pesquisa de caráter documental na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco¹, em meados do ano de 2018. Como resultado dessa pesquisa documental, foram digitalizadas, por meio de fotografias, aproximadamente, 4.000 laudas referentes a documentos institucionais da Organização, as quais se caracterizam como uma das principais fontes da minha dissertação. Maiores detalhes a respeito da metodologia de pesquisa serão explicados de forma mais minuciosa adiante. Agora, o foco se dará na contextualização da proposta da pesquisa.

Como o próprio título da dissertação sugere – O Patrimônio e o Turismo: um estudo sobre a construção da ideia de patrimônio mundial (Unesco, 1960-1980), a temática geral que transpassa as discussões e problematizações do presente trabalho

¹ A sede da UNESCO fica localizada em 7 Place de Fontenoy, 75007, Paris, França.

gira em torno das relações existentes entre patrimônio e turismo, no âmbito da construção e efetiva criação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco de 1972². Sendo assim, o problema que move e alimenta esta pesquisa é responder a seguinte pergunta: em que termos estava sendo pensada a aproximação entre patrimônio, desenvolvimento e turismo no contexto de criação da primeira convenção internacional que uniu em um mesmo documento o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural?

Em sintonia com o problema de pesquisa, o objetivo a ser cumprido ao término desta dissertação, será localizar, compreender e problematizar como a Unesco problematizava as aproximações entre patrimônio, desenvolvimento e turismo nas discussões de construção e na constituição, propriamente dita, da Convenção de 1972, bem como investigar se já existia alguma alusão, interesse ou expectativa de que o patrimônio, especialmente o mundial, fosse impulsionado como fomento de atividades turísticas em tal contexto histórico.

Segundo Paul Duedahl (2016), estamos em uma era onde a necessidade de pesquisas que expliquem a causa e a importância dos fenômenos transnacionais que afetam a vida das pessoas é latente. Segundo o autor, “as organizações internacionais são objetos-chave de análise, a fim de obter uma compreensão mais profunda de algumas questões transnacionais mais proeminentes que caracterizam o século XX” (DUEDAHL, 2016, p. 3, tradução minha). Tais questões, segundo o autor, acontecem em lugares específicos: sedes de corporações, salas de reuniões e salas de conferência, onde o conhecimento é intercambiado além das fronteiras nacionais. Sendo assim, pretende-se compreender mais profundamente essas “questões transnacionais” que perpassam as discussões internas de organizações como a Unesco, a fim de entender como foram feitas as escolhas, quais foram os agentes e os por quês que levaram a Organização a criar a categoria de patrimônio mundial e, conseqüentemente, a Lista do Patrimônio Mundial e o Comitê do Patrimônio Mundial.

Embalados pela atual conjuntura socioeconômica, a qual aproxima patrimônio e turismo de diversas formas e nos mais variados âmbitos, emergiu o interesse em problematizar as questões que envolvem tal relação. Patrimônio e turismo estão, atualmente, interligados de tal forma que, em certos casos, confunde-se a função

² No decorrer deste trabalho, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 será mencionada, também, apenas como Convenção de 1972 ou Convenção do Patrimônio Mundial, se tratando do mesmo documento jurídico institucionalizado pela Unesco em 1972.

primária do patrimônio também no discurso da Unesco (por exemplo, como sendo um recurso memorial e identitário), e passa-se a considerá-lo apenas como um instrumento econômico, visto como um meio para dinamizar o mercado. Além disso, esta aproximação entre patrimônio e turismo, às vezes, é vista como uma salvação para os problemas econômicos associados à gestão do patrimônio em questão. Entretanto, esta é uma ideia que pode ser precipitada e que não é crítica, pois não leva em consideração os demais fatores agregados à promoção do patrimônio como um atrativo turístico.

Sendo assim, a ideia de patrimônio, que até meados do século XX estava ligada aos grupos sociais, vai sendo rearranjada para o mercado, e a fusão entre cultura e turismo vai se intensificando, do mesmo modo, no campo político. Além disso, cada vez mais recorrentemente passa-se a pensar a gestão do patrimônio cultural associada a um projeto de desenvolvimento turístico, uma vez que as fontes de gestão e financiamento dos patrimônios mundiais mudaram cada vez mais em direção à receita do turismo, como afirmam Fauconberg, Berthon e Berthon (2017).

Com o intuito e a necessidade de fundamentar, problematizar e sustentar as investigações interdisciplinares acerca da relação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento a serem aqui discorridas, foram utilizadas variadas tipologias referentes às fontes bibliográficas, como, por exemplo, artigos, livros, documentos institucionais da Unesco e cartas, recomendações e convenções que fazem parte da história do patrimônio. A pesquisa bibliográfica da temática envolvendo patrimônio e turismo se deu em plataformas virtuais como o Google Acadêmico, o Periódico CAPES³, o Serviço de Informação EBSCO, o banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, dentre outros. Os termos pesquisados variavam ligeiramente, mas englobavam as palavras consideradas chave deste trabalho, como por exemplo: “patrimônio e turismo”, “patrimônio e desenvolvimento”, “Convenção do Patrimônio Mundial”, “Unesco e turismo”, “Unesco e desenvolvimento”.

Além da pesquisa de caráter bibliográfico, este trabalho será nutrido com fontes advindas de pesquisa documental, as quais foram obtidas em julho do ano de 2018, na sede dos Arquivos da Unesco, em Paris, França. Tal investigação *in situ* só foi possível por meio do contato institucional da Univille com a própria Unesco, realizado

³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

por meio do professor Dr. Fernando Cesar Sossai, que entrou em contato prévio com a Organização via *e-mail* para alinhar com maior riqueza de detalhes os meandros da visita.

Os integrantes do Projeto PCM que foram até a sede da Unesco realizar a digitalização dos documentos pertinentes às pesquisas atreladas ao Projeto foram: o professor Dr. Fernando C. Sossai, a professora MSc. Arselle de Andrade da Fontoura, que é historiadora do Arquivo Histórico de Joinville, professora da Univille e pesquisadora adjunta do projeto PCM, e a mestrandia Valéria Fernanda Serpa Steinke, a qual escreve esta dissertação. Para tanto, antes de nossa visita, foi necessário enviar à Unesco um formulário de registro de pesquisa, contendo dados dos pesquisadores, currículo acadêmico e intenções de pesquisa na Organização.

Ademais, com o intuito de agilizar nossos trabalhos de pesquisa e digitalização das fontes primárias, a arquivista de referência do Unesco *Archives*, a canadense Eng Sengsavang, enviou ao professor Fernando C. Sossai via *e-mail* uma lista contendo os documentos disponíveis para pesquisa lá no Arquivo e pediu que o professor Fernando respondesse ao *e-mail* destacando os documentos específicos que estaríamos interessados em digitalizar. A tabela com os documentos grifados pelo professor Fernando que foi enviada de volta à arquivista da Unesco por *e-mail* continha, principalmente, documentos relativos à história da Organização no período das décadas de 1960 a 1980, como por exemplo o dossiê dos primeiros bens incluídos na Lista do Patrimônio Mundial e textos relacionados à Convenção do Patrimônio Mundial de 1972.

A Unesco mantém em Paris duas unidades que guardam e acondicionam documentos e arquivos relativos à sua história. Uma delas é a *Archives Reading Room* (Sala de Leitura dos Arquivos), que fica no prédio principal da sede da Unesco⁴. A outra unidade, chamada de Unesco *Annex Archives* (Arquivo Anexo), fica em uma sede secundária da Organização, localizada a 500 metros da sede principal⁵. Em função do horário de funcionamento das duas unidades, a pesquisa e digitalização dos documentos ocorria, pela manhã, no Arquivo Anexo, e, pela tarde, na Sala de Leitura dos Arquivos. A diferença entre as duas unidades também diz respeito ao tipo de documentação arquivada em cada uma delas. No Anexo, encontram-se os

⁴ A *Archives Reading Room* fica localizada em 7 Place de Fontenoy, 75007, Paris, França, no subsolo da biblioteca da Unesco.

⁵ O Unesco *Annex Archives* se localiza na 1 Rue de Miollis, 75015, Paris, França.

documentos mais antigos relativos à Organização, e não é um espaço preparado para receber pesquisadores e visitantes, pois consegue alocar, simultaneamente, no máximo 3 pesquisadores. Por outro lado, a Sala de Leitura dos Arquivos se caracteriza mais como uma sede administrativa dos arquivos, localizado em um espaço mais amplo para um melhor atendimento de pesquisadores e visitantes.

O *Unesco Archives* foi fundado em 1947 e é considerado “uma rica fonte de evidências em diversos formatos, refletindo as atividades e os programas da UNESCO desde 1946 [...]. A equipe dos arquivos é responsável por gerenciar, preservar e fornecer acesso aos registros da Organização” (UNESCO, 2020, tradução minha). A respeito da organização dos arquivos e de como os documentos se encontram acondicionados, o *site* da Biblioteca Digital da Unesco (UNESDOC), na seção sobre os Arquivos da Unesco⁶, afirma que, até a década de 1980, os programas internos da Unesco e as correspondências eram divididos, organizados e indexados pela antiga unidade central de registro, usando o sistema de Classificação Decimal Universal⁷ (UDC), que sistematiza os arquivos por assunto e não por proveniência (unidade organizacional).

Todavia, desde 1996,

a maioria dos arquivos do setor de programas é agrupada de acordo com a unidade organizacional dos registros, respeitando a procedência dos documentos e seguindo planos de arquivamento descentralizados. Esses registros são capturados em um banco de dados interno e podem ser pesquisados pela equipe de arquivos por unidade, assunto ou outros elementos. Os documentos oficiais, em contraste com os documentos internos da organização, recebem códigos de referência de documentos. Muitos, mas não todos, são catalogados no repositório de documentos UNESDOC, e uma parte deles é digitalizada (UNESCO, 2020, tradução minha).

É importante salientar que, no contexto em que estávamos nos preparando para a visita à Unesco, ou seja, no período dos meses de março a junho de 2018, praticamente nenhum documento ou arquivo estava digitalizado e disponível para consulta no *site* da Organização. Coincidentemente, nos dias em que estávamos pesquisando nos Arquivos da Unesco, diversos documentos estavam em processo de digitalização oficial da Organização, e, por isso, não pudemos ter acesso a todos os arquivos que havíamos requisitado para pesquisar. Atualmente, no *site* da Biblioteca

⁶ UNESCO Archives. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/archives>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

⁷ Universal Decimal Classification (UDC).

Digital da Unesco, já se encontram diversos documentos digitalizados e disponíveis para pesquisa da comunidade acadêmica em geral.

Em função do tipo de organização documental utilizada nos Arquivos da Unesco, encontramos certa dificuldade em localizar os documentos específicos que gostaríamos de digitalizar. Isso se deu, principalmente, no Arquivo Anexo, onde os arquivos estavam acondicionados em grandes pastas, que eram guardados em caixas-arquivo (ver Figura 1). Como a organização dos arquivos respeita a procedência dos documentos e segue planos de arquivamento descentralizados, as pastas continham documentos que não estavam em ordem cronológica, e, por vezes, também divergiam em relação ao seu conteúdo.

Figura 1 – Pasta contendo documentos institucionais da Unesco.



Fonte: acervo da autora. Foto de 23 de julho de 2018.

Em se tratando da pesquisa na Sala de Leitura dos Arquivos, esta pode ser considerada como sendo mais propícia aos nossos objetivos previamente delineados,

uma vez que a documentação se encontrava ligeiramente mais organizada no sentido temporal e por assunto. Ademais, nesse espaço também estavam localizados os arquivos referentes às Conferências Gerais, Relatórios do Diretor-Geral, Programas e Orçamentos da instituição, entre outros, organizados metodicamente por número, data e conteúdo (ver Figura 2).

Figura 2 – Documentos separados para a pesquisa nos Arquivos da Unesco.



Fonte: acervo da autora. Foto de 25 de julho de 2018.

No total, foram digitalizadas por meio de fotografia com aparelhos celulares, aproximadamente, 4.200 laudas referentes a documentos institucionais.

Primordialmente, cada foto tirada corresponde a uma página da documentação pesquisada nos Arquivos da Unesco.

Uma vez que chegamos ao Brasil, tivemos uma reunião do Projeto PCM, que, além dos três pesquisadores que foram até a França, ainda contava, na época, com mais três acadêmicos do curso de História da Univille, os quais também eram bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Nessa reunião, foi decidido que todas as fotos referentes à documentação da Unesco tiradas durante nossa visita à sede da instituição seriam disponibilizadas de forma virtual em plataformas de armazenamento e sincronização de arquivos, como, por exemplo, o Google Drive. Além disso, o montante das fotos/arquivos/documentos foi dividido entre todos os integrantes do grupo, pois cada um ficou responsável por ler e criar uma tabela de sistematização dos “seus” documentos, contendo, de forma resumida, o conteúdo de cada arquivo. Para facilitar a pesquisa, as fotos foram agrupadas em documentos, de acordo com o conteúdo das mesmas.

Contudo, como cada integrante do grupo analisou os documentos de forma isolada e só havia lido os documentos que havia ficado responsável, e colocando na tabela de sistematização apenas os conteúdos dos arquivos de maneira geral e não focando na descrição dos documentos à luz de uma pesquisa em específico, sentimos a necessidade de produzir uma tabela de sistematização de todos os documentos digitalizados na Unesco, descrevendo eles conforme a necessidade da pesquisa que levou à escrita desta dissertação. Sendo assim, entre os dias 14 de janeiro de 2019 a 24 de março de 2019 (70 dias), meu trabalho foi ler página por página, documento por documento, e analisá-los à luz da minha pesquisa, com o foco nas discussões que abrangessem patrimônio, turismo e desenvolvimento, principalmente. Cada dia eram lidas e analisadas, em média, 60 páginas, o que resultou, no último dia de leitura, em um total de exatas 4.206 laudas, as quais estavam, em sua maioria, em língua inglesa. Ademais, uma considerável parcela da documentação se encontrava em francês, e, ainda, uma pequena parte, em língua italiana e espanhola. O resultado final da tabela de sistematização se encontra disponível no Apêndice A desta dissertação.

Dentre as mais de 4.000 páginas referentes aos documentos digitalizados, encontram-se atas de reunião, memorandos internos, cartas, rascunhos de documentos oficiais, boletins, orçamentos e programas de trabalho da Organização, relatórios do diretor geral sobre a Unesco, organogramas, gráficos, entre outros, os

quais dizem respeito à trajetória de tal instituição, principalmente no período das décadas de 1960 a 1980.

A importância de ir até os Arquivos da Unesco e fazer a pesquisa em fontes primárias pode ser explicada, também, com o fato de que, segundo Duedahl (2016) afirma, até o aniversário de 60 anos da Unesco, em 2005, a Organização estava sujeita apenas a tentativas dispersas de escrever sua história. “As publicações eram frequentemente trabalhos de referência esboçados encomendados pela própria Organização e escritos com base em material publicado produzido pela Unesco e não em documentos administrativos não publicados” (DUEDAHN, 2016, p. 3, tradução minha). Em função disso explica-se a necessidade e essencialidade das fontes primárias obtidas para esta pesquisa, para que haja uma releitura da história da Organização, principalmente no âmbito que tange à sua relação com patrimônio, turismo e desenvolvimento.

O patrimônio, por sua vez, é o resultado de uma operação de agentes e agências localizados em determinados tempos e espaços. Esses agentes que “fazem” o patrimônio são aqueles que detêm poder e autoridade para tanto (HEINICH, 2018). Sendo assim, o Discurso Autorizado do Patrimônio (SMITH, 2006), o qual é considerado um parâmetro oficial em se tratando de questões relacionadas a patrimônio, é que molda e impõe à sociedade o que deve ou não ser “digno” de ser considerado um patrimônio, que pode ser reconhecido, por exemplo, pela chancela da UNESCO de Patrimônio Mundial.

Com o intuito de localizar, compreender e problematizar como a Unesco tratou as questões relativas ao patrimônio até que chegasse a criar a Convenção do Patrimônio Mundial, e como esta, por sua vez, se relacionou com o turismo e com o desenvolvimento econômico, notadamente nas décadas de 1960 a 1980, é que esta dissertação foi produzida. Sendo assim, uma vez estabelecidos o tema, o problema, os objetivos e a metodologia deste trabalho, a seguir será descrito o conteúdo dos capítulos, os quais trarão com maior sustância tal discussão brevemente apresentada na introdução.

O primeiro capítulo, intitulado “A Unesco e a construção da ideia de patrimônio”, tem como objetivo historicizar a trajetória da Unesco até o ponto que contextualize o leitor a respeito do funcionamento interno da instituição, como foi o processo de sua criação e por que ela foi criada, quais foram e quais são suas frentes de atuação e seus propósitos principais, bem como fará uma retomada de duas cartas patrimoniais

que serviram de parâmetro para a Unesco moldar suas concepções de patrimônio: a Carta de Atenas, de 1931 e a Carta de Veneza, de 1964. Além disso, o primeiro capítulo vai aprofundar alguns debates sobre a Convenção de 1972 e como se deu a criação de uma nova categoria de patrimônio: o mundial. Para finalizar, o último tópico do capítulo diz respeito à dicotomia existente na nomenclatura da Convenção de 1972, entre o patrimônio natural e o cultural, abordando questões relativas ao que concerne a cada uma dessas instâncias.

O segundo capítulo, nomeado como “O turismo e a construção da ideia de Patrimônio Mundial”, dará maior ênfase aos debates que evidenciam o turismo na construção da ideia de patrimônio mundial. Para tanto, a pergunta norteadora que motivará as discussões deste capítulo é: qual o papel do turismo na “fabricação” do patrimônio mundial? As leituras e análises bibliográficas, mas, principalmente, dos documentos primários obtidos nos Arquivos da Unesco, mostram uma relação um tanto paradoxal entre turismo e patrimônio no âmbito que concerne à Organização, em que, por vezes um é visto como aliado do outro, e, outrora, são considerados como maléficos para a relação.

O primeiro tópico do segundo capítulo, intitulado “A emergência do turismo no debate sobre patrimônio mundial”, tentará localizar o início do processo que incluiu o turismo nas relações envolventes ao patrimônio, principalmente o mundial, ao passo que irá expor quais eram as intenções e os sujeitos por trás do interesse de inserir o turismo no campo patrimonial.

O segundo tópico do mesmo capítulo, chamado de “A Carta do Turismo Cultural e a Recomendação de Nairóbi”, analisará as proposições destes dois documentos institucionais, publicados em 1976, e que dizem respeito às discussões relativas à relação entre patrimônio e turismo e à salvaguarda de conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. A Carta do Turismo Cultural foi produzida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), e, logo em sua introdução, evidencia a preocupação de garantir a conservação de patrimônios da humanidade em virtude do “desenvolvimento extraordinariamente forte das atividades turísticas no mundo” (ICOMOS, 1976, p. 1, tradução minha). Já a Recomendação de Nairóbi foi escrita pela Unesco, e não evidencia explicitamente a relação do patrimônio com o turismo, mas faz alusões aos riscos que as atividades humanas podem gerar à proteção de conjuntos históricos.

O terceiro e último tópico deste capítulo, intitulado como “O turismo com ênfase no patrimônio no âmbito da Unesco”, trará à tona as tensões que envolvem a relação paradoxal entre patrimônio e turismo no seio da Unesco, amparado em bibliografias sobre o assunto, mas também, nos documentos primários obtidos na Unesco. Analisar em que termos estava sendo pensada a aproximação entre turismo e patrimônio a partir da construção da Convenção do Patrimônio Mundial será a problematização principal deste tópico, dando impulso para as discussões que serão feitas no terceiro capítulo.

No terceiro e último capítulo da dissertação serão estressadas as relações entre patrimônio e desenvolvimento, discutindo, em suma, sobre o questionamento que leva o nome do capítulo: o patrimônio é concebido como um recurso de desenvolvimento econômico? Quais eram as intenções que existiam nas discussões internas do processo que instituiu o patrimônio como mundial? Quem foram os atores, sujeitos e discursos que moldaram os caminhos de aproximação entre patrimônio e desenvolvimento econômico?

No primeiro tópico do capítulo, “A ideia de desenvolvimento na Unesco nas décadas de 1960 e 1970”, será debatido como era concebida essa ideia de desenvolvimento nas décadas em que as discussões sobre um patrimônio comum a toda a humanidade emergiram nas discussões de organismos internacionais como a Unesco.

Em “Desenvolvimento do que e para quem”, o segundo tópico do capítulo, serão discutidos as relações paradoxais que tensionam a aproximação do patrimônio com o turismo e o desenvolvimento, debatendo quem são os beneficiários dessa relação, quais os interesses por trás de tal união, e os usos que podem ser feitos a partir do patrimônio e de seu discurso autorizado no contexto das décadas de 1960 até 1980.

No último tópico do capítulo, intitulado como “Disputas e conflitos sobre a ideia de turismo a partir do patrimônio”, serão ainda mais estressados e aprofundados os debates e discordâncias que envolvem a relação entre patrimônio e turismo, trazendo à tona o que a Unesco dissertava sobre isso e que conseguimos identificar nas fontes primárias digitalizadas na Unesco.

A antropóloga e arqueóloga Lynn Meskell (2018) afirma que existem muitas questões complicadas envolvendo o patrimônio mundial e os Estados-Parte da Convenção de 1972, mas que a Unesco não pode contar oficialmente, justamente

porque os Estados são os “árbitros finais do Patrimônio Mundial” (MESKELL, 2018, p. xviii, tradução minha). Essa história, escrita nos atos internos da Organização, é que tentaremos incluir nesta dissertação, ao introduzir os documentos pesquisados nos Arquivos da Unesco, que dizem respeito à história da Organização, mas, principalmente, ao debate envolvendo patrimônio mundial, turismo e desenvolvimento.

1 A UNESCO E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO MUNDIAL

O documento institucional que instaurou oficialmente o termo “Patrimônio Mundial” no âmbito das convenções internacionais de proteção ao patrimônio foi a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, redigida e adotada pela Unesco no ano de 1972. Todavia, tal convenção só foi ratificada e entrou em funcionamento em 1976, após a assinatura de 20 Estados signatários⁸.

A criação da Convenção do Patrimônio Mundial, segundo Cameron e Rössler (2013), tem em sua história uma considerável complexidade, a qual envolve rascunhos, contra rascunhos, debates e rivalidades institucionais. De acordo com as autoras, o objetivo de se estabelecer um sistema internacional de cooperação para proteger os patrimônios considerados importantes para a humanidade nunca esteve em dúvida. Entretanto, os meandros e os percursos para tornar isto possível estavam sujeitos a posicionamentos institucionais e manobras diplomáticas (CAMERON; RÖSSLER, 2013), o que será explicado mais detalhadamente no decorrer do capítulo e da própria dissertação em si.

De acordo com Bo (2003), foi apenas após a Conferência de Estocolmo da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente⁹, em 1972, que tanto a proposta de um patrimônio mundial cultural como a proposta de um patrimônio mundial natural convergiram para um único texto, formando assim a primeira convenção a respeito da proteção patrimonial que unia ambas as instâncias – a cultural e a natural. Sendo assim, em 16 de novembro de 1972, a Conferência-Geral da Unesco, em sua 17ª sessão, adotou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

À vista disso, este primeiro capítulo tem por objetivo localizar o debate sobre a emergência da noção de patrimônio mundial a partir da junção entre patrimônio cultural e natural, apresentando a historicidade da proteção patrimonial a partir da

⁸ Os primeiro 20 países a ratificarem essa Convenção foram: Argélia, Austrália, Bulgária, Chipre, República Democrática do Congo, Egito, Equador, Estados Unidos da América, França, Gana, Irã, Iraque, Jordânia, Marrocos, Niger, Nigéria, Síria, Sudão, Suíça, Tunísia. Os mesmos 20 primeiros países que ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial em 1976 continuam sendo Estados-Parte da Convenção até hoje, juntamente com outros 173 países; perfazendo um total de 193 Estados que ratificaram a Convenção até janeiro de 2017. (Cf. *site* da Unesco. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/statesparties/>>. Acesso em: 11 jul. 2019).

⁹ Também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a Conferência de Estocolmo foi o primeiro grande encontro de chefes de Estado que tratou sobre questões relativas à preservação do meio ambiente e de sua biodiversidade (Cf. CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 9).

Carta de Atenas (1931) e da Carta de Veneza (1964), e problematizando os vários propósitos e frentes de atuação da Unesco, ao apresentar sua história e trajetória a partir do seu contexto de criação. Ademais, o capítulo servirá de subsídio para entender e debater em que termos estava sendo pensada a aproximação entre patrimônio, desenvolvimento e turismo durante as discussões de construção da Convenção do Patrimônio Mundial, problematizações essas que serão apresentadas nos capítulos dois e três desta dissertação.

1.1 A HISTÓRIA DA UNESCO: PROPÓSITOS E FRENTES DE ATUAÇÃO

Antes de iniciar as abordagens referentes à história da Unesco propriamente dita, quero aqui deixar claro que existem divergências em se tratando do ano de criação da Organização. Alguns autores preferem utilizar o ano de 1945 para demarcar o início de sua história, enquanto outros escolhem o ano de 1946 para tanto. 1945 foi o ano em que a constituição da Unesco foi assinada, e, 1946, o ano da sua primeira Conferência Geral. Assim como a própria Organização, eu escolhi utilizar a data do ano de 1945 para marcar o início de sua história.

Sendo assim, no dia 16 de novembro de 1945, exatamente 27 anos antes da promulgação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) era oficialmente criada. A sua Constituição foi assinada no último dia da Conferência para o Estabelecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a qual foi realizada dos dias 1 a 16 de novembro de 1945, no Instituto dos Engenheiros Civis, em Londres, Inglaterra¹⁰.

Antes da Unesco ser criada, outras instituições já buscavam uma cooperação internacional em busca de políticas protecionistas culturais. Então, por que criar a Unesco? Qual o propósito existente em sua criação? Segundo Fernando Valderrama (1995), com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a cooperação intelectual multilateral passou a ser reconhecida como um aspecto necessário às novas organizações internacionais. Para ele, a primeira sessão da Liga das Nações¹¹, que

¹⁰ *Conference for the Establishment of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. London, 1945. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117626>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

¹¹ Segundo Sampaio e Lopes (2011), a Liga das Nações, criada em 1919, foi uma organização internacional que previa a preservação da paz e a resolução de conflitos internacionais por meio da

aconteceu em 1920, discutiu a necessidade de instituir a cooperação intelectual em sintonia com ações políticas governamentais. Sentia-se que era preciso existir, juntamente com a função política prevista para a Liga das Nações, um órgão técnico onde todos os países pudessem participar, e que os deixaria muito mais próximos de alcançar um nível universal de influência do que a própria Liga das Nações em si (VALDERRAMA, 1995).

Na esteira destes acontecimentos, segundo Elliot e Schmutz (2012), depois da Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações criou o Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (ICIC)¹², em 1922, com o intuito de promover o intercâmbio intelectual e cultural para além das fronteiras nacionais. Segundo os autores, o ICIC possuía um departamento interno chamado de *International Museums Office* (IMO), o qual se tornou responsável pela conservação e restauração de monumentos e sítios nacionais, e também reuniu especialistas para desenvolver princípios de preservação que fossem internacionalmente aceitos. Um destes encontros de *experts* foi o Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que se reuniu na Grécia, em 1931, e teve como produto a Carta de Atenas, onde foram explicitados novos métodos de preservação histórica, bem como referências a uma concepção mais global de patrimônio cultural, chamando a comunidade de Estados a criar e/ou desenvolver um maior interesse em preservar os bens artísticos e arqueológicos da humanidade¹³ (ELLIOT; SCHMUTZ, 2012).

Entretanto, neste contexto de pós Primeira Guerra Mundial, é possível localizar a emergência da necessidade de se pensar o patrimônio como algo que ultrapassa as demarcações limítrofes territoriais, evidenciando sua importância para além das fronteiras nacionais. Posteriormente, com o passar do tempo, o conceito e a ideia de patrimônio foram sendo desenvolvidos e expandidos – como por exemplo com a criação da categoria “patrimônio mundial”, em 1972, sendo a Unesco um dos órgãos internacionais responsáveis por gerir as diretrizes envolvendo a preservação e a conservação de bens com essa chancela.

Segundo Elliot e Schmutz (2012), a Unesco se apropriou e deu continuidade a muitos projetos que anteriormente haviam sido criados pelo Comitê Internacional de

mediação, mas que não conseguiu cumprir com seus objetivos originais. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/17772/17772.PDF>>. Acesso em: 03 set 2019.

¹² *International Committee on Intellectual Cooperation*.

¹³ A Carta de Atenas será abordada com maior profundidade no próximo tópico deste capítulo.

Cooperação Intelectual (ICIC), o qual também teve seu fim em função da Segunda Guerra Mundial. Um dos empreendimentos que a Unesco deu continuidade foi um tratado atualizado para a proteção de bens culturais em caso de novas guerras, resultando na criação da Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, também conhecida como Convenção de Haia, em 1954 (ELLIOT; SCHMUTZ, 2012).

Neste cenário envolvendo os anos finais da Segunda Guerra Mundial, a extinção do ICIC (que foi causada em função dos bombardeios e destroços provocados pela Segunda Grande Guerra) e a dissolução da Liga das Nações, governantes ligados às instâncias políticas-educacionais de alguns países europeus, inspirados pelo espírito de cooperação que o ICIC se baseava, se reuniram na Inglaterra em novembro de 1942 para discutir questões relativas à educação, e como esta se sustentaria após o conflito armado (VALDERRAMA, 1995). Tal encontro ficou posteriormente conhecido como Conferência de Ministros Aliados da Educação¹⁴ (CAME).

De acordo com Valderrama (1995), na 4ª sessão da CAME, que aconteceu em maio de 1943, foi redigido um relatório que propunha, entre outras coisas, a criação de uma organização internacional para a educação o mais rápido possível. Nos dois anos seguintes, mais países (majoritariamente europeus) foram manifestando interesse na constituição de tal instituição, até que em abril de 1945, na Conferência de São Francisco, foi criada a Carta das Nações Unidas, que resultou na formação da Organização das Nações Unidas – ONU, em outubro de 1945.

Com a criação da Carta das Nações Unidas, a Conferência de São Francisco também foi palco para a produção de outra carta, desta vez, uma recomendação francesa, que incentivava os representantes dos Estados ali reunidos a se encontrarem em um futuro próximo para elaborar o estatuto de uma organização internacional que dissesse respeito à cooperação cultural, dando ênfase também à educação e à ciência. Tão logo, um mês depois que a recomendação francesa foi feita, em novembro de 1945, representantes de 43 países¹⁵ se reuniram em Londres

¹⁴ *Conference of Allied Ministers of Education*. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117626>>. Acesso em: 21 maio 2019.

¹⁵ África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Egito, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Filipinas, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Índia, Iran, Iraque, Iugoslávia, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Nova Zelândia, Noruega, Panamá, Peru, Polônia, Reino Unido, Síria, Tchecoslováquia, Turquia, Uruguai e Venezuela (VALDERRAMA, 1995, p. 21).

para criar e estabelecer uma organização das Nações Unidas para a educação e a cultura (VALDERRAMA, 1995). O encontro foi nomeado posteriormente como a Conferência para o Estabelecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, onde foi assinada a Constituição da Unesco, marco de sua história oficial. Como se nota, a criação da Unesco mobilizou esforços de diferentes atores intelectuais e governos, não apenas europeus, mas que formam uma gama mundial de sujeitos envolvidos neste processo.

Além disso, com o final da Segunda Guerra, não se tinha mais condições de manter os enfrentamentos entre Estados-Nacionais no plano militar e bélico. Assim, ao que tudo indica, entendeu-se que a gestão do mundo deveria ser feita em fóruns internacionais de discussão, como por exemplo a ONU e suas instâncias especializadas. Houve um esforço de inventar organismos que regulassem assuntos de interesse mundial, sobretudo nos âmbitos da economia e da cultura, alicerçados em empreendimentos como o Plano Marshall¹⁶ e a criação da Unesco, respectivamente. De acordo com Sossai (2017), o Plano Marshall estava inserido nesse panorama mais amplo de interesses políticos e econômicos, relacionando-se também com a criação de organizações intergovernamentais que servissem de mediadoras entre as “interconexões globais dos mercados capitalistas”¹⁷ (SOSSAI, 2017, p. 107).

Neste momento, os propósitos ligados à educação e cultura estavam umbilicalmente conectados com estratégias econômicas, isto é, a reconstrução do mundo após a Segunda Guerra Mundial sob a lógica do capitalismo ainda industrial, mas que se organizava de tal modo a se converter em um capitalismo financeiro.

A respeito da criação da Unesco e das intenções que os países reunidos na Conferência que marcou a assinatura de sua Constituição possuíam, Lynn Meskell (2018) afirma que

No dia 16 de novembro de 1945, 44 nações se reuniram em Londres para forjar um organismo internacional de cooperação educacional e cultural sob a égide das Nações Unidas. Seu projeto era nada menos que a reconstrução

¹⁶ “Plano criado pelo governo estadunidense para promover a recuperação processual dos países europeus devastados pela Segunda Guerra sob o compasso de interesses político-econômicos capitalistas que visavam extirpar projetos concorrentes, sobretudo aqueles alinhados ao comunismo” (SOSSAI, 2017, p. 25).

¹⁷ De acordo com Sossai (2017, p. 108), “[...] no próprio ano de 1944, foram criadas duas organizações internacionais com alto poder de influência política, econômica e social sobre os chamados países capitalistas em “vias de desenvolvimento”: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)” (SOSSAI, 2017, p. 108).

intelectual e moral de um mundo em ruínas. Na Conferência de São Francisco, que deu origem às Nações Unidas, o presidente [dos Estados Unidos] Harry S. Truman destacou a importância de um novo compromisso internacional para a cooperação cultural e educacional. Isso foi em grande medida inspirado pela convicção de seu antecessor, Franklin D. Roosevelt, de que a 'civilização não é nacional, é internacional' (MESKELL, 2018, p. xv, tradução minha).

Amparados nos ideais do ICIC e também na citação acima apresentada, podemos perceber que nas últimas décadas da primeira metade do século XX, já existia a suposta crença altruísta de que a cooperação educacional e cultural deveria ser consolidada em um âmbito internacional, onde as fronteiras territoriais nacionais fossem rompidas com o intuito de gerar diálogos, trocas e cooperação entre os Estados, colocando assuntos como educação e cultura na pauta de encontros governamentais internacionais.

Na esteira deste cenário, Gfeller (2015) afirma que a Unesco atuou na “invenção e modelagem” patrimonial, de maneira a globalizá-lo, expandindo suas ideias e concepções para dimensões globais. Segundo a autora, mesmo que a educação tenha sido, inicialmente, a principal frente de atuação da Unesco, a cultura – particularmente o âmbito do patrimônio, assumiu um papel central na Organização nos anos seguintes (GFELLER, 2015).

Em se tratando do envolvimento da Unesco com o patrimônio, Gfeller e Eisenberg (2016) afirmam que o mesmo foi criado e passou a ser desenvolvido em razão da Liga das Nações e do ICIC, os quais, segundo as autoras, foram instituições precursoras da Unesco. Todavia, diferentemente da Liga das Nações, o envolvimento inicial da Unesco com o patrimônio uniu o fortalecimento institucional interno e o incentivo à criação de organizações internacionais governamentais e não-governamentais complementares (GFELLER; EISENBERG, 2016).

Até o momento, é possível constatar que a Unesco nasceu em um contexto de perdas e destruição após as duas Grandes Guerras. Segundo Paul Duedahl (2016), a missão inicial da Unesco era garantir paz e segurança a um mundo que estava vivendo nas sombras das agressões causadas pelos conflitos ocasionados a partir da Segunda Guerra Mundial. Evidenciando esse propósito, o preâmbulo de sua constituição diz que “uma vez que as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que as defesas de paz devem ser construídas” (UNESCO, Conference for the Establishment of Unesco, 1945, p. 93, tradução minha).

Não muito distante desse ideal de garantir a paz e a segurança está o Artigo I da sua Constituição, que diz respeito aos propósitos e funções da Unesco, conforme demonstrado no excerto a seguir:

O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo a colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, a fim de promover a universalização do respeito pela justiça, pelo Estado de direito e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, as quais são afirmados para os povos do mundo, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião na Carta das Nações Unidas (UNESCO, Conference for the Establishment of Unesco, artigo I, 1945, p. 94, tradução minha).

Subsequentemente, ainda no Artigo I de sua Constituição, a Unesco prevê alcançar seu propósito aumentando seu conhecimento e entendimento dos diferentes povos; impulsionando a popularização da educação e a disseminação da cultura; bem como auxiliando na manutenção, no crescimento e na difusão do conhecimento, através da conservação e proteção de patrimônios do mundo, como, por exemplo, livros, obras de arte e monumentos (UNESCO, 1945).

Entretanto, esse discurso de reconstrução e manutenção da paz e da segurança mundiais através da cooperação dos povos que a Unesco propõe em sua Constituição precisava ser concretamente viabilizado. Assim, “qual filosofia inspiraria tal empreendimento e como a solidariedade internacional poderia ser fabricada eram apenas alguns dos desafios concretos que eles [a Unesco] enfrentavam com o sonho da paz”, coloca Meskell (2018, p. xv).

Do mesmo modo como Lynn Meskell (2018) afirma que a solidariedade internacional havia de ser fabricada no contexto de meados do século XX, o termo “patrimônio”, segundo Natalie Heinich também é uma fabricação social. Para a socióloga, ao invés de utilizar o termo “patrimônio”, ela prefere utilizar a nomenclatura de “função patrimonial”. Na perspectiva da autora, “o patrimônio aparece como nada mais do que o estado peculiar resultante de alguns objetos submetidos a certos tipos de operações, através de gestos, escritos, palavras, leis, trocas financeiras, etc.” (HEINICH, 2018, p. 183).

Mas quem define e regula quais objetos, artefatos, monumentos, lugares ganharão o título de patrimônio cultural? Segundo a autora, aqueles que “fazem” o patrimônio são indivíduos dotados de poder pelos órgãos públicos e especialistas na área de conhecimento em questão (HEINICH, 2018). Aproximando as ideias de

Meskell (2018) com as de Heinich (2018), constata-se que a Unesco foi uma instituição dotada de poder para fabricar patrimônios.

A respeito do funcionamento interno da Organização, no dia 16 de novembro de 1945, último dia da Conferência para o Estabelecimento da Unesco, foi criada a Comissão Preparatória, que tinha como objetivo principal definir um plano de ação para a recém fundada Organização (UNESCO, De ideias a ações, 2015). Segundo a Conferência para o Estabelecimento da Unesco, para que a Comissão Preparatória cumprisse com seu objetivo inicial, ela deveria efetivar os arranjos necessários para a primeira Sessão da Conferência Geral da Unesco, os quais incluíam: convocar a primeira Sessão da Conferência, preparar a agenda provisória e os documentos e recomendações relativos aos assuntos da agenda para a primeira Sessão da Conferência, elaborar estudos e preparar recomendações concernentes ao programa e ao orçamento da Organização, e, por fim, providenciar os encaminhamentos necessários de ajuda para a reconstrução nos âmbitos educacionais, científicos e culturais dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial (UNESCO, Conference for the Establishment of Unesco, 1945).

A Comissão Preparatória é formada por um representante de cada Estado signatário da Unesco, e ela nomeou o Conselho Executivo da Organização (UNESCO, Conference for the Establishment of Unesco, 1945). Desde então, as principais funções do Conselho Executivo são assegurar a gestão geral da Unesco, preparar o trabalho da Conferência Geral e conferir se as decisões feitas na Conferência Geral estão sendo tomadas de maneira correta. Atualmente, o Conselho Executivo da Unesco possui 58 membros na Conferência Geral (UNESCO, Governance, 2020).

Em se tratando da Conferência Geral da Unesco, conforme informa o *site* da Organização¹⁸, ela é composta pelos representantes de todos os Estados Membros que ratificaram sua Constituição, sendo assim uma das principais instâncias responsáveis por tomar as decisões majoritárias da Organização. Além disso, a Conferência Geral legitima o Programa e o Orçamento da Organização, que têm validade bianual, nomeia o Diretor Geral a cada quatro anos e elege os membros do Conselho Executivo. São convidados a participar das Conferências os países que não são membros oficiais da Unesco, mas que gostariam de participar de tal reunião na qualidade de ouvintes e/ou observadores. Cada Estado Membro tem direito a um voto

¹⁸ Disponível em: <<https://en.unesco.org/about-us/governance>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

nas decisões da Organização, independentemente do valor que cada país contribui para o orçamento da mesma. A instituição conta com 6 idiomas oficiais: inglês, francês, espanhol, russo, árabe e chinês (UNESCO, Governance, 2020).

Além da Conferência Geral e do Conselho Executivo, a Unesco conta ainda com um terceiro órgão regulador, o Secretariado. Este, é considerado o Poder Executivo da Organização, sendo constituído pelo Diretor Geral e pela sua equipe de apoio. Atualmente, a equipe do Diretor Geral contém cerca de 700 pessoas, trabalhando em escritórios da Unesco espalhados pelo mundo (UNESCO, Governance, 2020).

A respeito da primeira sessão da Conferência Geral da Unesco, esta foi realizada entre os dias 20 de novembro de 1946 a 10 de dezembro do mesmo ano, em Paris, França. Neste encontro foram delineados os procedimentos e as nomeações envolvendo o Comitê do Patrimônio Mundial,¹⁹ além de serem eleitos o diretor-geral da Organização²⁰ e os membros do Conselho Executivo. Também foram tratados assuntos gerais sobre atribuições dos Estados-Membros, as principais diretrizes de trabalho da Organização e a aprovação do programa e orçamento para os dois anos seguintes (UNESCO, General Conference, 1947).

Segundo o documento da Cronologia da Unesco (1987), as Conferências Gerais da Organização aconteciam anualmente até o ano de 1952. A partir dali, tais encontros passaram a ocorrer de modo bienal, com sede, em sua maioria das vezes, em Paris²¹ (UNESCO, a Chronology of Unesco, 1987).

Em se tratando das frentes de atuação da Unesco, atualmente, ela possui cinco segmentos principais, quais sejam: educação; ciência naturais; ciência humanas e sociais; cultura; e comunicação e informação (UNESCO, O que é? O que faz? 2010). Todavia, quando a Organização foi criada, em 1945, tais frentes ainda não estavam delineadas, mas foram se desenvolvendo e ganhando formas e contornos mais exatos com o passar do tempo, como mostra o livro lançado pela Unesco, em 2015, em

¹⁹ O Comitê do Patrimônio Mundial, também conhecido como World Heritage Committee (WHC), é responsável, dentre outras atribuições, por avaliar e nomear os sítios que englobarão a Lista do Patrimônio Mundial, ou, em inglês, *World Heritage List* (WHL). Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/committee/>>. Acesso em: 23 jul 2019.

²⁰ O primeiro diretor-geral da Unesco foi Julian Huxley, que atuou nesta função durante dois anos, até 1948. Julian nasceu em Londres, na Inglaterra, em 1887, e faleceu, também em Londres, em 1975, alcançando a idade de 87 anos. Ele era biólogo e escritor, e dedicou sua carreira a popularizar a ciência através da publicação de livros e da realização de conferências (UNESCO, a Chronology of UNESCO, 1987, p. 65).

²¹ *40th Session of the General Conference*. Disponível em: <<https://en.unesco.org/generalconference/40>>. Acesso em: 23 jul 2019.

comemoração aos 70 anos de criação da instituição. Ainda que aquelas cinco frentes principais de atuação não estavam assim definidas em 1945, os assuntos concernentes a elas já tinham espaço no seio das discussões da Organização desde os anos iniciais de sua existência (UNESCO, *De ideias a ações*, 2015).

Uma iniciativa que foi significativa para o âmbito cultural da Unesco e que foi, também, uma das mais proeminentes da história da Organização foi, segundo Paul Duedahl (2016), a Campanha Internacional para Salvar os Monumentos da Núbia. Tal empreendimento surgiu após a decisão de construir a Represa de Aswan, no Egito, a qual inundaria o vale contendo os templos de Abu Simbel e Philae, considerados tesouros da antiga civilização egípcia (DUEDAHL, 2016). Conforme relata o autor,

Em 1959, após um apelo dos governos do Egito e do Sudão, a Unesco lançou uma Campanha internacional de salvaguarda que mobilizou atenção internacional em escala mundial – desde Jacqueline Kennedy até as pessoas dos países mais pobres que compram selos da Unesco – para apoiar pesquisa arqueológica nas áreas a serem inundadas e remover os templos de Abu Simbel e Philae e remonta-los em outro lugar. Os templos em seus novos lugares são, indiscutivelmente, evidências físicas do potencial impacto de uma iniciativa da Unesco (DUEDAHL, 2016, p. 4, tradução minha).

É possível perceber que os impactos dessa campanha para salvar os monumentos da Núbia reverberaram em nível mundial, colocando o patrimônio em um patamar de importância dentro da Unesco e também em um cenário político global. Com o fim das obras e deslocamentos monumentais em 1980, a Organização passou a incorporar um novo papel no cenário mundial, o de coordenadora e intermediadora de conflitos de tal natureza (UNESCO, *De ideias a ações*, 2015). Para Duedahl (2016), contudo, o processo de mediação e coordenação de deslocamento dos templos da Núbia promoveu “o impacto das subseqüentes declarações do patrimônio mundial” (DUEDAHL, 2016, p. 4, tradução minha), já que evidenciou concretamente a centralidade da Unesco na modelagem da gestão do patrimônio em escala mundial.

A Campanha Internacional para Salvar os Monumentos da Núbia será retomada no terceiro tópico deste capítulo, em função do interesse de problematizar a construção da ideia de patrimônio mundial, que é marcada, do mesmo modo, com a Campanha da Núbia.

Através da história da Unesco apresentada até aqui, percebe-se que o patrimônio se fez presente no seio das discussões da Organização desde os anos iniciais de sua existência. Ainda nos resta problematizar quais mecanismos jurídicos

a Unesco criou e se apropriou para utilizar como base nas suas discussões a respeito de patrimônio, principalmente o cultural. Além disso, ainda é preciso saber como a Unesco fabricou documentos jurídicos atinentes à patrimônio mundial. Que referências utilizou? Que ressignificações conceituais operou para isso? Para tanto, analisaremos a seguir, algumas cartas patrimoniais que dizem respeito aos conceitos de monumento e patrimônio, com o intuito de entender a construção da categoria de patrimônio mundial, objeto da Convenção de 1972.

1.2A UNESCO E O PATRIMÔNIO: ALGUNS MARCOS JURÍDICOS (1931-1964)

De acordo com Cameron e Rössler (2013), após a Primeira Guerra Mundial, alguns membros da Liga das Nações iniciaram tentativas de estabelecer uma carta internacional que tivesse como objetivo proteger tanto o patrimônio construído, como o patrimônio natural do mundo, mas não obtiveram sucesso. Segundo Fauconberg, Berthon e Berthon (2017), tais tentativas resultaram no crescimento do interesse público e de conexões entre “entusiastas do patrimônio”, que, posteriormente, se concretizaram em duas cartas as quais incidiram sobre a atual divisão do Patrimônio Mundial da Unesco: a Carta de Atenas, de 1931, e a Carta de Veneza, de 1964.

A Carta de Atenas de 1931 foi o resultado do Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, sediado na Grécia, em 1931. Segundo os autores, focou principalmente no restauro de monumentos históricos em um contexto de danos após a Primeira Guerra Mundial. Ademais, conforme Zanirato e Ribeiro (2006), foi o primeiro documento que estabeleceu dispositivos em âmbito internacional sobre preservação e restauro de monumentos históricos e bens artísticos.

A Carta de Veneza de 1964, por sua vez, ampliou o escopo da Carta de 1931, abrangendo diretrizes para a conservação e restauração de monumentos e sítios. “Com a criação da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972, as Cartas de Atenas e Veneza, finalmente, foram consideradas como um sistema internacionalmente reconhecido e formalizado de preservação e conservação do patrimônio” (FAUCONBERG; BERTHON; BERTHON, 2017, p. 2, tradução minha). Mas por que monumentos e sítios? O que uma e outra consideram como tal?

A Carta de Atenas, de 1931, em seu preâmbulo, constata que a Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos foi sensível aos apelos de

princípios gerais e doutrinas relativos à proteção de monumentos. Além disso, ainda no primeiro item do documento, enfatiza-se a importância da conservação dos edifícios através de uma vistoria regular e permanente, bem como recomenda-se que “se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade de sua vida, consagrando-os, contudo, a utilizações que respeitem o seu caráter histórico ou artístico” (IPHAN, Carta de Atenas, 1931, p. 1).

No segundo tópico da Carta, o qual diz respeito à administração e legislação dos monumentos históricos, há uma primeira referência a um sentido de coletividade e pertencimento mútuo de um bem, onde é redigida a ideia de que a proteção dos monumentos deve ser de interesse histórico, artístico ou científico para as diferentes nações. A Carta “aprovou unanimemente a tendência geral que consagra nesta matéria um certo direito da coletividade perante a propriedade privada” (IPHAN, Carta de Atenas, 1931, p. 1).

Ademais, outro aspecto exposto neste segundo item da Carta é a relação entre público e privado, entre coletividade e propriedade privada, destacando-se a importância de regimentos e legislações atentos à necessidade de preservação e conservação dos monumentos e alegando a autoridade pública que deve ser dada ao Estado para intervir em questões onde haja discussões e descontentamentos por parte de alguém.

A valorização dos monumentos é o título da terceira seção da Carta de Atenas. Neste excerto, as problematizações feitas são relativas aos cuidados que devem existir quando novos edifícios e construções são erguidos na vizinhança dos bens monumentais, dando ênfase ao respeito que devem ter com sua historicidade e caráter antigo. Além disso, as observações dizem respeito à ambiência em torno dos monumentos, e que esta deve ser erigida em consonância e respeito com o monumento em questão.

As subdivisões da Carta que se seguem são concernentes às diretrizes sobre os materiais que devem ser utilizados para o restauro de monumentos e sobre as degradações dos mesmos. As indicações descritas neste trecho da Carta de Atenas reiteram o bom senso na compra e uso dos materiais para o reparo de monumentos, bem como recomendam que seja evitado ao máximo a desmontagem e remontagem dos elementos a serem conservados²². Em se tratando da degradação dos

²² Podemos fazer uma aproximação deste trecho com a Campanha Internacional para Salvar os Monumentos da Núbia, que perdurou durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. Neste caso, em

monumentos, a Carta incentiva que cada país crie e adapte técnicas de conservação dos monumentos de acordo com as ameaças de agentes atmosféricos e do intemperismo típico de cada zona climática e ambiental, olhando para caso especificamente, pois não há um conjunto de regras gerais, como uma receita de bolo, que se aplica a todos os monumentos do mundo. Certamente, há uma base de estudos sobre a conservação de monumentos, mas ela vai variar de acordo com as mudanças climáticas, a exposição a agentes externos de mudança e também com as ações antrópicas.

A sexta seção da Carta que foi produto da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro de Monumentos diz respeito às técnicas de conservação. Assim como nos itens logo acima citados, as técnicas de conservação também possuem, de maneira geral, uma metodologia a ser percorrida, mas que pode variar dependendo das conjunturas específicas de cada caso analisado. Somando a esta indicação, a Carta enfatiza que “a técnica e a conservação de uma escavação impõem a colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto” (IPHAN, Carta de Atenas, 1931, p. 3), profissionais responsáveis na busca pelo melhor caminho a ser percorrido quando o assunto gira em torno de escavações arqueológicas e deslocamentos, desmontes e remontagens de monumentos, como foi no caso da Campanha Internacional para Salvar os Monumentos da Núbia.

O último item da Carta de Atenas intitula-se “A conservação dos monumentos e a colaboração internacional”, e divide-se em três subtópicos: “Cooperação técnica e moral”, “O papel na educação no respeito pelos monumentos” e “Criar uma documentação internacional”. O primeiro subtópico desenvolve a ideia de que, uma vez que “a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade e aos Estados, guardiões da civilização” (IPHAN, Carta de Atenas, 1931, p. 3), estes deveriam se unir para que se criasse um espírito de cooperação e colaboração para a conservação e salvaguarda dos monumentos que são de interesse, não mais apenas de cada Estado, especificamente, mas de uma coletividade a nível internacional.

Sobre o papel da educação no respeito pelos monumentos, é unanimidade da Conferência de que a educação incorpora um dos meios mais importantes e influentes

específico, a desmontagem, o deslocamento e a posterior remontagem dos monumentos e templos foi a melhor saída encontrada pela Unesco para a resolução dos conflitos envolvendo a construção de uma represa e a salvaguarda de um conjunto patrimonial de bens culturais.

pelos quais a preservação do patrimônio pode ser feita. Através da educação – que deve ser realizada já com crianças e adolescentes, intenta-se criar na mente dos jovens um sentimento de cuidado e pertencimento para com os monumentos, aliando-se, a isso, políticas públicas que somem neste processo de educação patrimonial (que reverbera nas frentes de ação da própria Unesco, como já analisado no tópico 1.1 deste capítulo).

O último item dessa seção, que diz respeito à conservação dos monumentos e à colaboração internacional, dispõe sobre o intento da Conferência sobre a criação de uma documentação internacional que reja as diretrizes sobre a salvaguarda monumental, ao afirmar que

cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidas competentes para esse fim, publiquem um inventário dos monumentos históricos nacionais acompanhado de fotografias e descrições; [...] constitua arquivos onde sejam reunidos todos os documentos relativos aos seus monumentos históricos; [...] deposite no Conselho Internacional de Museus as suas publicações; [...] consagre, nas suas publicações, artigos relativos aos processos e aos métodos gerais de conservação de monumentos históricos; o Conselho estude a melhor utilização das informações assim centralizadas (IPHAN, Carta de Atenas, 1931, p. 4).

Através desse excerto, onde se expõem os intentos de uma regularização internacional a respeito da proteção e conservação dos bens monumentais, é perceptível, através de um marco jurídico, uma primeira herança da qual a Unesco se utilizou para embasar suas diretrizes e condutas a respeito da salvaguarda dos patrimônios culturais, em primeira instância, e que depois foram sendo expandidos a outras categorias, resultando na vasta gama de gêneros patrimoniais que existem atualmente e que estão debaixo de políticas protecionistas apoiadas pela Organização.

Em se tratando da Carta de Veneza (1964), seu preâmbulo disserta que

Portadoras de mensagem do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições. Ao dar uma primeira forma a esses princípios fundamentais, a Carta de Atenas de 1931 contribuiu para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu

principalmente em documentos nacionais, na atividade de ICOM e Unesco e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (IPHAN, Carta de Veneza, 1964, p. 1).

Neste trecho acima citado, podemos perceber que começa a ser criada a ideia de “comum-unidade”, em se tratando de caracterizar o patrimônio como algo comum a uma maior gama de pessoas. A importância de uma coletividade preservar o patrimônio também é reiterada na ideia de manutenção dos bens para as futuras gerações, ideia que vai ser reverberada na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Ademais, o conceito de autenticidade²³, do mesmo modo, emerge neste contexto trazendo à tona a necessidade da criação e promulgação de um manual em comum sobre questões envolvendo a preservação, conservação e salvaguarda de bens considerados como patrimônios.

A Carta de Atenas, de 1931, foi um documento pioneiro na busca pela normatização de metodologias a respeito do restauro de monumentos. Por sua vez, a Carta de Veneza, de 1964, veio para atualizar e definir de uma maneira mais clara e concisa os princípios expostos na Carta de Atenas, bem como ampliar seu âmbito de atuação em um novo e mais contemporâneo documento.

O trecho inicial da Carta de Veneza dispõe sobre a definição do que seria um monumento histórico e esclarece aspectos da conservação e restauro dos monumentos, ao afirmar que

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental (IPHAN, Carta de Veneza, 1964, p. 1).

A Carta de 1964 consolida seu objetivo a partir da conservação e restauro de monumentos que são guardiões não só da arte, mas que também servem como testemunho histórico do e para o mundo à sua volta. Em se tratando especificamente da conservação de monumentos, a Carta atesta a importância de uma manutenção periódica dos mesmos, sem deixar de lado a constatação de que toda a ambiência

²³ O conceito de autenticidade será discutido com maior profundidade no terceiro capítulo desta dissertação.

disposta em volta do monumento também importa para sua função, seja esta histórica ou artística. Por último, este trecho enfatiza que o deslocamento e/ou desmonte de um monumento só deve ser realizado em casos extremos, onde esta seja a única saída para salvaguardar tal bem patrimonial, como, por exemplo, a Campanha da Núbia.

As diretrizes são bem claras em se tratando do restauro monumental. Este só deve ser feito em situações excepcionais, e, quando necessário, deve tentar respeitar ao máximo a antiguidade e autenticidade do bem a ser preservado, perfazendo uma harmoniosa sincronia dos materiais originais com os utilizados no restauro. Segundo a Carta, “o restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição” (1964, p. 2), ou seja, o restauro não deve ser uma técnica utilizada para recriar algo, mas sim, uma ação que procura reiterar ao máximo a originalidade que um dia o monumento já teve.

Em suas últimas diretrizes, a Carta Internacional para a Conservação e a Restauração de Monumentos ainda aborda questões pertinentes aos sítios monumentais e às escavações. De maneira geral, as condutas concernentes a estes dois tópicos dizem respeito à essencialidade de assegurar a integridade e original significado do bem, tão quanto de estarem à frente dos trabalhos profissionais da área, principalmente, arqueólogos e/ou arquitetos.

Finalmente, o último assunto tratado na Carta de Veneza diz respeito à documentação e publicação envolvendo monumentos, afirmando que

Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhadas pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação (IPHAN, Carta de Veneza, 1964, p. 4).

Mesmo que ambas as cartas se refiram a procedimentos de conservação e restauro em âmbito internacional, elas são baseadas em abordagens europeias do patrimônio (KULEVICIUS, 2014, p. 2). Tais ações ecoam até os dias de hoje e se relacionam com a Convenção de 1972 que instituiu o Patrimônio Mundial, pois,

atualmente, a Europa é o país que possui mais bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco²⁴.

Outrossim, Sarah Titchen (1995), afirma em sua tese, outra relação que as cartas patrimoniais possuem com a Convenção de 1972 e com o patrimônio mundial, ao declarar que o reconhecimento da necessidade de conservação de um “patrimônio comum” e de um “patrimônio arqueológico considerado como propriedade de toda a humanidade” em um nível internacional – como afirmado na Carta de Atenas – marca um importante passo em direção ao desenvolvimento de uma ideia fundamental que viria a ser introduzida décadas depois pela Unesco: a de Patrimônio Mundial (TITCHEN, 1995).

Complementando a ideia de que tanto a Liga das Nações, como as cartas patrimoniais de Atenas e Veneza reverberaram ideias que, posteriormente, ecoaram até a Convenção do Patrimônio Mundial, a autora pontua que:

Mesmo que a maioria das iniciativas da Liga das Nações relativas à conservação do patrimônio cultural nunca se desenvolveram além do *status* de rascunhos ou recomendações para os Estados Membros, elas serviram como procedimentos legais e administrativos para o desenvolvimento de um distinto tipo organizacional de uma cooperação internacional voltada para a conservação do patrimônio cultural a nível internacional. As atividades da Liga serviram para promover a ideia de um patrimônio comum da humanidade, que merecia diretrizes internacionais de conservação através da cooperação e colaboração internacional – uma prática e uma ideia que voltariam a aparecer quando as funções da Liga foram tomadas pela Unesco em dezembro de 1946. Foi a partir dessa origem que se desenvolveu a Convenção do Patrimônio Mundial (TITCHEN, 1995, p. 35, tradução minha).

Além de servirem de subsídio para a Convenção de 1972, as cartas de Atenas e Veneza ainda influenciam o campo da proteção patrimonial até os dias atuais, como afirma Tim Winter (2012), ao assegurar que políticas internacionais de conservação contemporâneas continuam a depender fortemente das definições expressas nas Cartas de Atenas e Veneza, ambas voltadas à proteção do patrimônio material.

Todavia, como as cartas patrimoniais de 1931 e 1964 passaram a ter tanta influência no âmbito da proteção patrimonial do século XX? De acordo com Kwanda (2009), as estruturas da teoria clássica de conservação do século XIX se refletem nas teorias atuais de conservação. Além disso, tais documentos foram impostos por

²⁴ Ver *World Heritage List*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em 25 jul 2019.

instituições que passaram a deter o discurso autorizado do patrimônio, como a UNESCO (KWANDA, 2009).

Sobre o Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP), Laurajane Smith (2006) afirma que ele dá ênfase aos objetos materiais, sítios, lugares e/ou paisagens que devem ser protegidos para a educação das futuras gerações e também para criar uma ideia de identidade baseada no passado. Segundo a autora, para afastar os discursos críticos, o DAP prevê que o patrimônio seja visto pelos expectadores de forma passiva, excluindo a possibilidade de as pessoas participarem ativamente de sua criação e gestão. Neste discurso, o patrimônio pode se confundir com a atividade turística (em especial, do turismo massivo), ao passo que é tido como um bem a ser consumido.

Um exemplo da influência que as cartas de Atenas e Veneza tiveram sobre o DAP, é expresso por Ribeiro (2012) na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando afirma que

Outro fator contribuiu para que o interesse preservacionista se voltasse mais para os bens não eruditos e representativos da formação histórica do coletivo, em detrimento dos fatos e personagens memoráveis, de que são exemplos claros as casas históricas. Foram as cartas patrimoniais internacionais. Elas trouxeram indicativos conceituais novos e ricos para a preservação do patrimônio cultural, atentas sempre à evolução do pensamento europeu na área da história e da sociologia. Uma fonte que bem traduz esse aspecto é a Carta de Veneza, surgida em 1964, que [...] veio reforçar um sentido mais amplo na definição de patrimônio cultural, chamando a atenção para os bens não eruditos, mas representativos, de qualquer forma, da formação histórica da população (RIBEIRO, 2012, p. 236).

Outro ponto a ser notado na fala de Ribeiro (2012) se refere à “formação histórica do coletivo” e à ênfase que a Carta de Veneza deu um sentido mais amplo ao patrimônio cultural, abrangendo bens que sejam considerados representativos para toda uma população, e não apenas para grupos isolados, como a Carta de Atenas pressupunha. Todavia, na perspectiva de Winter (2012), cartas como a de Atenas e a de Veneza, entre outras, fazem parte do processo que promoveu uma espécie de “evolução” do discurso preservacionista das últimas décadas, ao passo que seus respectivos textos expressaram um processo de fabricação de novos termos e conceitos, e inventaram, por meio das cartas patrimoniais e das convenções, novos patrimônios, como, por exemplo, o mundial.

Ademais, segundo Winter (2012), nas décadas que se seguiram após a promulgação da Carta de Veneza, houve uma diversificação e uma expansão do conceito de patrimônio, sendo ela uma das responsáveis por expandir as fronteiras

limítrofes do patrimônio para além do monumento e de construções/prédios. Assim sendo, podemos afirmar que, tanto a Carta de Atenas como a Carta de Veneza, tiveram um papel significativo na construção e expansão do conceito de patrimônio mundial.

Sobre a ampliação da ideia de patrimônio, Kulevicius (2014), afirma que os dois documentos internacionais que, supostamente, viriam a se tornar as principais ferramentas da universalização do patrimônio, são a Carta de Veneza e a Convenção do Patrimônio Mundial. Para o autor, o “espírito” da proteção universal do patrimônio foi primeiramente expresso na Carta de 1964, que é importante em diversos aspectos, tais quais:

1) o patrimônio nacional foi reconhecido como patrimônio comum da humanidade pela primeira vez e a sua preservação também foi atribuída como uma responsabilidade comum da humanidade; 2) princípios internacionais para políticas patrimoniais foram formuladas e as principais categorias de proteção do patrimônio foram definidas pela primeira vez. Este documento se voltava mais para a criação de padrões gerais de conservação e restauração patrimonial. Enquanto isso, a implementação da ideia de um patrimônio comum da humanidade e da ideia de que a proteção patrimonial também fosse uma responsabilidade comum começou na década de 1970 com a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972). Baseada nessa Convenção, iniciou-se o desenvolvimento de uma Lista do Patrimônio Mundial (KULEVICIUS, 2014, p. 4, tradução minha).

Todavia, antes que o conceito de “patrimônio” assumisse um caráter “mundial”, ou “da humanidade”, corroborando com a ideia de um pertencimento coletivo perante tal bem, ele possuía uma significação mais restrita, como reitera Costa (2012). Este conceito mais abreviado de patrimônio, que considera apenas o monumento isolado em detrimento do conjunto urbano, está expresso na Carta de Atenas, a qual foi escrita no período entre guerras, onde havia preocupação de que os conflitos bélicos atingissem e destruíssem os monumentos nacionais (COSTA, 2012).

Tal conceito restrito de patrimônio exposto na Carta de Atenas se torna mais abrangente na Carta de Veneza, redigida mais de três décadas depois do que a primeira. De acordo com Costa (2012), a ampliação da noção de monumento histórico para patrimônio histórico, e, posteriormente, para patrimônio cultural foi sendo construída ao longo de séculos. Para o autor, a Carta de Veneza “aparece como um divisor de águas entre a noção monumentalista e a de conjunto do patrimônio, focando

os territórios já em uma perspectiva de gestão. Este documento enfatiza a possibilidade do patrimônio assumir função útil à sociedade” (COSTA, 2012, p. 15).

Para Costa (2012, p. 17),

Em resumo, se a Carta de Atenas e a Carta de Veneza foram precursoras dos princípios internacionais que presidiram a conservação, a restauração e a preservação dos bens culturais – e, por assim dizer, a monumentalização e a patrimonialização –, foi na Convenção do Patrimônio Mundial que tais princípios ganharam visibilidade mais notória e foram aplicados, a partir daí, ao tratado patrimônio cultural da humanidade, agora, consagrado, no cerne de uma patrimonialização global.

Desse modo, constata-se que a construção da ideia de patrimônio também está ligada a âmbitos identitários e políticos, de modo que os conceitos de coletividade e de pertencimento mundial passam a ser difundidos na tentativa de se afirmar a diversidade cultural dos povos e a cooperação entre as diferentes nações (COSTA, 2012). No próximo tópico será evidenciada a emergência do conceito de patrimônio mundial à luz dos debates da Convenção de 1972.

1.3 DEBATES SOBRE A CONVENÇÃO DE 1972: A IDEIA DE PATRIMÔNIO MUNDIAL

No processo que resultou na criação da categoria de patrimônio mundial, a Unesco se apropriou de cartas patrimoniais, conceitos e ideias que tratassem o patrimônio em uma perspectiva de coletividade. Contudo, qual é, então, a inovação que a Convenção de 1972 traz quando o assunto é patrimônio? Há mudanças conceituais sobre monumentos e sítios das Cartas de Atenas (1931) e de Veneza (1964) para a Convenção de 1972?

A Convenção da Unesco para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, foi oficializada no dia 16 de novembro de 1972, em Paris, pela Conferência Geral da UNESCO, na sua 17ª sessão (UNESCO, 1972, p. 1). De acordo com Titchen (1995), a ideia de Patrimônio Mundial está relacionada a alguns princípios que estão “intrinsecamente conectados” (TITCHEN, 1995, p. 1, tradução minha). Como expõe a autora, o primeiro desses princípios é o Valor Universal Excepcional²⁵ (VUE) que um

²⁵ De acordo com Cleere (1996), “o conceito de 'Valor Universal Excepcional' como consagrado na Convenção do Patrimônio Mundial, é um termo nobre, mas vago demais para servir como um critério para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Isso é demonstrado pela divergência de políticas entre os dois órgãos consultivos da Unesco, o ICOMOS e a IUCN, e refletiu no desequilíbrio na Lista entre

patrimônio possui. O segundo princípio considera esse patrimônio de valor universal excepcional como parte de um patrimônio que é comum a toda a humanidade, e do qual essa humanidade é responsável por “proteger, conservar e transmitir às futuras gerações” (TITCHEN, 1995, p. 1, tradução minha). Segundo a autora, a UNESCO foi arguta ao instituir o patrimônio mundial, pois

O cumprimento dessa pesada responsabilidade é visto a partir da necessidade de ações coletivas da comunidade internacional, ao invés de sobrecarregar as nações individualmente, as quais são consideradas mal equipadas para lidar com as demandas de especialistas da conservação do patrimônio (TITCHEN, 1995, p.1, tradução minha).

Assim, a Convenção do Patrimônio Mundial decorreria de uma percepção universalizante do patrimônio mundial, ou seja, algo comum e concernente a toda a humanidade e à comunidade internacional. Ademais, o que torna essa Convenção diferente de outras cartas, recomendações e convenções que já haviam sido escritas a respeito do patrimônio é o Valor Universal Excepcional que ela atribui aos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, que “reflete a noção de uma significativa importância aos sítios patrimoniais” (TITCHEN, 1995, p. 1, tradução minha).

De acordo com Bertacchini *et al* (2016), o objetivo da Convenção é o de proteger tanto o patrimônio cultural, como o patrimônio natural considerado significativo para toda a humanidade. O patrimônio mundial refere-se, então, a duas grandes tipologias: a cultural e a natural, que serão analisadas com maior profundidade no próximo tópico deste capítulo. Segundo os autores, o mecanismo que tornou possível a implementação da Convenção de 1972 é a Lista do Patrimônio Mundial²⁶, “que permite aos Estados-Parte identificar sítios patrimoniais de Valor Universal Excepcional e colocá-los debaixo da proteção da comunidade global” (BERTACCHINI *et al*, 2016, p. 1, tradução minha). Contudo, como se dá o processo de escolha e seleção de um patrimônio mundial na Unesco?

O processo de inclusão de bens culturais e/ou naturais na Lista do Patrimônio Mundial, conforme Bertacchini *et al* (2016), se dá através de um processo de escolha que é feito durante as reuniões anuais do Comitê do Patrimônio Mundial, criado no ato de oficialização da Convenção de 1972. Segundo a Convenção,

propriedades culturais e naturais. É essencial que orientações mais claras sejam estabelecidas, não em termos de critérios escritos, mas na sua interpretação prática através dos bens inscritos na Lista. (CLEERE, 1996, p. 232).

²⁶ *World Heritage List*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 28 jul 2019.

Fica instituído, junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional denominado “Comitê do Patrimônio Mundial”. É composto por 15 Estados-partes da Convenção, eleitos pelos Estados-partes da Convenção reunidos em assembleia geral por ocasião de sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. O número dos Estados-membros do Comitê será aumentado até 21, a partir da sessão ordinária da Conferência Geral seguinte à entrada em vigor da presente Convenção, por 40 Estados ou mais (UNESCO, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972, p. 5).

Segundo o *site* do Centro do Patrimônio Mundial²⁷, o Comitê se encontra uma vez por ano e é formado por representantes de 21 dos Estados-Parte da Convenção de 1972, eleitos através da Assembleia Geral da Unesco. Além disso, o Comitê do Patrimônio Mundial detém o poder sobre a decisão final de nomear um bem como patrimônio mundial ou não e, conseqüentemente, incluí-lo na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2019)

Conforme declara o *site* do Centro do Patrimônio Mundial, o Comitê do Patrimônio Mundial tem a palavra final sobre a decisão de incluir ou não uma propriedade e/ou um bem na Lista do Patrimônio Mundial. Além disso, com o intuito de que o Comitê tenha parâmetros e diretrizes onde se apoiar, em sua primeira sessão, que ocorreu em Paris, no ano de 1977, foi adotado um documento intitulado como “Regras de Procedimento do Comitê do Patrimônio Mundial”, o qual vem sendo atualizado no decorrer dos anos de atuação do Comitê (UNESCO, 2019).

Segundo Bertacchini *et al* (2016), além dos 21 representantes dos Estados-Membros da Convenção que detêm o poder de voto sobre incluir ou não um bem na Lista do Patrimônio Mundial, outros dois órgãos consultivos oficiais da Unesco também possuem tal poder. São eles: o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)²⁸, e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)²⁹. Sendo assim, *experts* destes dois órgãos, juntamente com os representantes de 21 Estados-Membro da Convenção escolhidos pelo Comitê, se reúnem anualmente para avaliar e escolher os sítios a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, e,

²⁷ Ver *The World Heritage Committee* no *site* do *World Heritage Centre*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/committee/>>. Acesso em: 28 jul 2019.

²⁸ *International Council on Monuments and Sites*.

²⁹ *International Union for the Conservation of Nature*.

“formalmente, tomam a decisão final” (BERTACCHINI *et al*, 2016, p. 2, tradução minha).

À vista disso, o processo de escolha dos patrimônios a serem incluídos a cada ano na Lista do Patrimônio Mundial parece algo democrático e transparente. Contudo, não é o que pensa Lynn Meskell (2018). Arqueóloga e autora do livro “Um Futuro em Ruínas: Unesco, Patrimônio Mundial e o Sonho da Paz³⁰”, Meskell teve acesso como observadora oficial das reuniões e eventos do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco de 2011 a 2017, produzindo diversas entrevistas com embaixadores e membros de delegações nacionais, com o Secretariado da Organização, com representantes do órgãos consultivos da Unesco, bem como com funcionários da Organização que atuam em escritórios espalhados pelo mundo.

O resultado desta imersão dentro da Unesco foi o livro acima citado, que faz uma crítica a certos discursos que a Organização utiliza no que diz respeito à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. Uma destas críticas é relativa ao Comitê, quando a autora afirma que:

Durante a minha primeira vez em uma reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em Paris, no ano de 2011, lembro-me de ter me emocionado ao ver os países pobres e pequenos levantando suas placas e tomando a palavra em questões que eram importantes para eles. Ingenuamente, eu imaginei que uma espécie de igualdade fosse possível em questões relativas ao patrimônio. Meu otimismo foi rapidamente frustrado à medida que as intervenções dos Estados poderosos, a pressão que exerciam, e a extensão do seu lobismo ficaram evidentes conforme os dias iam passando. Se quisermos entender o Patrimônio Mundial, temos que reconhecer o leque de atores institucionais e internacionais que, ostensivamente, “fazem” o patrimônio (MESKELL, 2018, p. xxii, tradução minha).

Bertacchini *et al* (2016) completam que o Comitê do Patrimônio Mundial está sujeito à politização, uma vez que o processo de seleção e escolha dos bens a serem incluídos na Lista é “cada vez mais impulsionado pela influência política e pelos interesses estratégicos nacionais” (BERTACCHINI *et al*, 2016, p. 2, tradução minha).

Na tentativa de localizar a emergência da ideia de patrimônio mundial, Titchen (1995) afirma que essa ideia de um patrimônio que fosse comum à toda a humanidade remete à Liga das Nações, no contexto das duas Grandes Guerras. Segundo a autora, ainda que a Liga não estivesse preocupada, em primeiro lugar, com a questão de proteger os exemplos mais excepcionais de patrimônio, ela “prestou considerável

³⁰ *A Future in Ruins: Unesco, World Heritage and the Dream of Peace.*

atenção no fomento da ideia de que existisse um patrimônio cultural comum da humanidade” (TITCHEN, 1995, p. 34, tradução minha).

De acordo com a autora, ainda que a Liga das Nações não tenha instituído um documento oficial a respeito da importância de se proteger um patrimônio comum a toda a humanidade, ela incentivou que essa ideia tivesse repercussão internacional e que atingisse colaboração e cooperação das mais diversas nações: “uma ideia que tomou forma quando as funções da Liga das Nações foram assumidas pela Unesco em dezembro de 1946. Dessa origem provém o desenvolvimento da Convenção do Patrimônio Mundial” (TITCHEN, 1995, p. 35, tradução minha).

De fato, o artigo I da Constituição da Unesco diz respeito à conservação e à proteção do patrimônio mundial cultural, quando, em se tratando dos propósitos e funções da Convenção, ele expressa que para cumprir com os objetivos da Convenção, a Unesco deve:

Manter, aumentar e difundir o conhecimento, assegurando a conservação e a proteção do patrimônio mundial de livros, obras de arte e monumentos da história e da ciência, bem como recomendar às nações interessadas as convenções internacionais necessárias (UNESCO, 1945, p. 93, tradução minha).

Esta ideia de que o patrimônio deveria tomar proporções mundiais a ponto de ser considerado um bem de toda a humanidade também está contido no Relatório do Diretor-Geral sobre as Atividades da Organização de 1968³¹, quando afirma que no Departamento de Cultura da Unesco existem duas ideias dominantes que estão centradas na expansão desse setor dentro da Organização. “Essas ideias dominantes são a preservação do patrimônio cultural da humanidade e políticas de desenvolvimento cultural” (UNESCO, Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. XXV, tradução minha). Ademais, na sequência, o Diretor-Geral ainda pontua que, atrelado à expansão do setor de cultura da Unesco em 1968, também estava o crescente interesse dos Estados-Membro nas questões envolvendo a preservação do patrimônio cultural.

³¹ O Diretor Geral da Unesco entre os anos de 1961 a 1974 foi o francês René Maheu. Maheu nasceu em 1909, estudou na Escola Normal Superior, de Paris, e foi professor de Filosofia, em Colônia, durante os anos de 1931 a 1933, e em Londres, de 1933 a 1939. Iniciou sua atuação na Unesco em setembro de 1946 e exerceu vários cargos dentro da Organização, sendo um deles, o de Diretor Geral. Faleceu em 1975, com 64 anos (UNESCO, A Chronology of UNESCO, 1987, p. 66, tradução minha).

Este suposto interesse da comunidade internacional em investir na promoção da salvaguarda do patrimônio foi expresso também na Campanha Internacional para Salvar os Monumentos da Núbia. Esta campanha, nomeada como internacional, abrangeu apenas os países que haviam ratificado a constituição da Unesco, deixando de lado comunidades e países que não foram representados. De acordo com Cameron e Rössler (2013), tal empreendimento foi a primeira campanha internacional patrocinada pela Unesco e coordenada pelo Diretor-Geral da Organização na época, René Maheu. Segundo as autoras, a Campanha tinha como objetivo “salvar os monumentos da Núbia em Abu Simbel and Philae, no Egito (1960-1968), colocando em prática o princípio de compartilhamento da responsabilidade internacional de conservar o patrimônio excepcional da humanidade” (CAMERON; RÖSSLER; 2013, p. 12, tradução minha). Segundo Meskell (2018), o salvamento dos monumentos da Núbia “concretizou plenamente a mensagem central da Unesco sobre uma cidadania mundial a partir dos seus próprios alicerces” (MESKELL, 2018, p. 29, tradução minha).

A respeito da Campanha para Salvar os Monumentos da Núbia, iniciado em 1959, conforme afirma Valderrama (1995), quando a República Árabe Unida (RAU), associada ao governo do Sudão, pediram assistência à Unesco para salvar os monumentos da Núbia, “os quais estavam ameaçados de serem submersos por causa da construção da Represa de Assuã” (VALDERRAMA, 1995, p. 132, tradução minha). Após enviar uma equipe de *experts* à RAU e organizar reuniões sobre a campanha, em dezembro do mesmo ano, “o Conselho Executivo concordou que deveria ser feito um apelo para salvar os monumentos, e encomendou à Organização uma campanha internacional para tal” (VALDERRAMA, 1995, p. 132, tradução minha).

A Campanha da Núbia foi “a primeira e mais importante deste tipo realizada até agora pela Unesco” (VALDERRAMA, 1995, p. 260, tradução minha), pois colocou o patrimônio em um patamar de importância internacional, através da “campanha de arrecadação de fundos” (UNESCO, Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. XXVI, tradução minha). Segundo Bo (2003), a Campanha da Núbia levou a UNESCO “a iniciar estudos, com o apoio do ICOMOS, para o projeto de convenção ao patrimônio” (BO, 2003, p. 102).

Deste modo, a ideia de patrimônio mundial se consolidou na UNESCO com a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. Contudo, desde a Liga das Nações, já se concebia a ideia de que determinados patrimônios deveriam ser considerados de toda a humanidade, ao passo que essa

concepção veio se desenvolvendo, como por exemplo com Campanha da Núbia, até que, em 1972, a Unesco, através da Convenção do Patrimônio Mundial, institui oficialmente esta categoria do patrimônio.

Sendo assim, segundo Bo (2003), em seu livro intitulado “Proteção do Patrimônio na Unesco: ações e significados”, publicado pela própria Organização, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972

É, portanto, um instrumento bem sucedido, que gerou ações de cooperação internacional, estimulou desenvolvimento e autoestima de comunidades locais, incentivou o turismo e, sobretudo, contribuiu para a preservação dos sítios. A proteção proporcionada pela Convenção é fundada no reconhecimento internacional do valor do patrimônio, baseado em critérios acordados pelos Estados-Parte, pela primeira vez sedimentados em um conceito de patrimônio que abrange o cultural e o natural (BO, 2003, 101).

Mesmo com controvérsias quanto ao processo de inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial, o discurso que se sobressaiu a respeito da Convenção de 1972 é de que ela trouxe desenvolvimento e melhorias para o âmbito da preservação do patrimônio cultural e natural do mundo, além de ter incentivado o turismo.

Nos próximos capítulos desta dissertação, localizar-se-á o início do discurso que une o patrimônio com o turismo. Nesse sentido, o que tornou possível essa aproximação? De nossa perspectiva, seria a invenção de novas categorias patrimoniais: a cultural e a natural, as quais serão analisadas no tópico a seguir.

1.4 PATRIMÔNIO MUNDIAL: CULTURAL E NATURAL?

Através da Convenção de 1972 da Unesco é criada uma nova categoria de patrimônio: o mundial, que se divide em duas outras, o cultural e o natural. Entretanto, a tradução da Convenção que é feita do inglês para o português parece perder parte de seu significado total. Em inglês, “*Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*” não possui nenhuma vírgula separando as palavras, então dá a ideia de que o patrimônio a ser protegido é o mundial cultural e o mundial natural. Já em português, a tradução é “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, dando a ideia de que são 3 categorias distintas de patrimônio: o mundial, o cultural e o natural; mesmo que nesse caso a vírgula não sirva para separar as três palavras, mas para sinalizar um aposto.

Entretanto, considerações acerca da tradução da Convenção do Patrimônio Mundial à parte, em seu preâmbulo, a Convenção disserta sobre a importância de se preservar o patrimônio cultural e natural do mundo, pois estes estão cada vez mais em risco de desaparecimento e/ou desgaste, tanto em função do intemperismo, como por causa de ações antrópicas. Ademais, a ideia de que a perda de um patrimônio acarreta em um empobrecimento do patrimônio do mundo todo também é enfatizada. Somando-se a isso, há a menção de que as políticas nacionais de preservação, muitas vezes, não dão conta de gerar uma salvaguarda satisfatória dos bens (por fatores técnicos e/ou econômicos), e, por isso, a Unesco, como instituição internacional, quer ser a mediadora e auxiliadora neste processo (UNESCO, 1972).

Na sequência do texto, a Unesco define como patrimônio cultural mundial, no Artigo I da Convenção:

Os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972, p. 2).

Subsequentemente, no artigo II, a Convenção delinea o que são considerados “patrimônio natural mundial”:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas, e as zonas estritamente delimitadas que constituam *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972, p. 3).

Logo, o patrimônio mundial, seja ele cultural ou natural, é definido do ponto de vista técnico e científico, ou seja, através da escolha de *experts* que passaram a deter o poder de decisão sobre o que deve ser considerado patrimônio mundial ou não,

amparados no Discurso Autorizado do Patrimônio que Laurajane Smith (2006) disserta sobre.

Contudo, antes que a Unesco chegasse a uma definição do que seriam os patrimônios culturais e naturais e os instituísse como mundiais, houve um caminho a ser percorrido.

Até a década de 1970, como afirmam Cameron e Rössler (2013), existia a emergência de iniciativas internacionais a respeito da conservação do patrimônio cultural e do patrimônio natural, mas em âmbitos separados, sem que uma tivesse conhecimento da outra. “Isso reflete uma consciência preocupada a respeito da degradação ambiental e de perdas culturais” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 2, tradução minha).

Em se tratando de iniciativas para a proteção do patrimônio natural, a IUCN, organização que foi criada com o suporte da Unesco em 1948, e é, também, um dos órgãos consultivos da Organização, foi responsável por desenvolver pesquisas e “trazer um olhar científico a respeito do cuidado e conservação dos recursos naturais” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 3, tradução minha). Segundo as autoras, essas iniciativas que colocavam o patrimônio natural em um patamar de importância internacional aconteceram mais expressivamente na década de 1960, e foram coordenadas, majoritariamente, pela IUCN.

Em paralelo, conforme Cameron e Rössler (2013) pontuam, a frente de atuação da Unesco relativa às ciências naturais também ia ganhando espaço dentro da Organização.

Na Conferência Geral da Unesco de 1966, os membros aprovaram um amplo programa de pesquisa e educação em diversas e variadas disciplinas científicas. Ademais, eles aprovaram uma nova pesquisa e um programa de treinamento relacionado ao meio ambiente e aos recursos terrestres e sua respectiva conservação. [...] Esse é um evento chave que marca a emergência de uma perspectiva ambiental na UNESCO (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 8, tradução minha).

Essa abertura da Unesco para a esfera ambiental dentro da Organização é vista por Titchen (1995) como fundamental, pois “a Convenção do Patrimônio Mundial foi além da conservação internacional do patrimônio cultural ao incluir, também, a conservação do patrimônio natural” (TITCHEN, 1995, p. 2, tradução minha).

A respeito das iniciativas de proteção do patrimônio cultural, estas já eram discutidas dentro da Unesco logo no princípio de sua criação, como salientam

Cameron e Rössler (2013). De acordo com as autoras, “o mandato inicial da Unesco para a cultura foi gradualmente se expandindo para incluir a salvaguarda do patrimônio cultural dentro da sua esfera de interesses” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 11, tradução minha).

Como mostram Cameron e Rössler (2013), assim como a IUCN foi uma instituição que ajudou a Unesco nas questões envolvendo o patrimônio natural, o ICOMOS foi o órgão consultivo responsável por auxiliar a Unesco em relação ao patrimônio cultural. Todavia, mesmo que o ICOMOS tenha sido criado apenas em 1965, poucos anos antes da promulgação da Convenção do Patrimônio Mundial, ele também foi responsável pelo processo de desenvolvimento da ideia de patrimônio mundial, juntamente com a Unesco e a IUCN (TITCHEN, 1995).

Na década de 1960, tanto as iniciativas a respeito da salvaguarda do patrimônio cultural, como também do patrimônio natural se intensificaram e resultaram em rascunhos de convenções e textos que tentaram ser oficializados como parâmetros acerca da preservação do patrimônio mundial, mas que não obtiveram êxito, conforme apontam Cameron e Rössler (2013). Todavia, é importante lembrar que as duas instâncias se desenvolviam separadamente, pois até a década de 1970, “as combinações entre o patrimônio cultural e o natural não eram discutidas” (TICHEN, 1995, p. 60, tradução minha).

Como produto dessas discussões mais intensas em se tratando da preservação e conservação do patrimônio cultural e natural, surgiram, nos últimos anos da década de 1960, três propostas e/ou rascunhos de convenções internacionais sobre a proteção do patrimônio cultural e natural, como expõem Cameron e Rössler (2013). Uma delas foi a proposta de convenção da IUCN, que se inspirou a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972, também conhecida como Conferência de Estocolmo, por ter sido sediada em tal cidade. Essa tentativa de propor uma convenção internacional que partiu dos esforços da IUCN dava ênfase à preservação do patrimônio natural, deixando de lado proteções acerca da salvaguarda do patrimônio cultural (CAMERON; RÖSSLER, 2013).

Outra proposta que também dava mais atenção à questão da proteção ambiental foi um texto proposto pelos Estados Unidos da América (EUA). De acordo com as autoras, o presidente dos EUA à época, Richard Nixon, “estava procurando um gancho ambiental para responder às pesquisas indicando que um número

significativo de americanos tinha preocupações com a degradação do meio ambiente” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 17, tradução minha).

A terceira proposta de convenção nesse cenário foi organizada pela própria Unesco. Contudo, esse texto, que era considerado um rascunho de convenção, incluía, majoritariamente, consternações a respeito da proteção do patrimônio cultural, sem incluir muitas considerações sobre a proteção do patrimônio natural, como relatam Cameron e Rössler (2013). Segundo as autoras, alguns trechos desse rascunho viriam a ser incorporados no texto oficial da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972. “É notável que essa iniciativa estava sendo desenvolvida isoladamente dos paralelos esforços da IUCN e dos EUA” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 17, tradução minha).

“O catalisador para unir as três convenções sobrepostas foi uma reunião preparatória para a Conferência de Estocolmo, a primeira grande reunião de líderes mundiais para considerar preocupações ambientais” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 20, tradução minha). De acordo com as autoras, essa reunião aconteceu em 1971, em Nova Iorque, e o Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Conservação (IWGC)³² estava esperando apenas a proposta de convenção da IUCN. Em vez disso, foram confrontados com 3 textos: “uma Convenção sobre Conservação do Patrimônio Mundial (IUCN), Grupos de Edifícios e Sítios de Valor Universal (Unesco) e uma Convenção sobre o Estabelecimento de um Fundo do Patrimônio Mundial (EUA)” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 20, tradução minha).

Conforme Cameron e Rössler (2013), depois dessa reunião em Nova Iorque, em 1971, começaram a haver tentativas de acordos para juntar as convenções propostas. Todavia, os Estados Unidos não gostaram da ideia, e acabaram saindo da “disputa”. A IUCN também acabou saindo do “jogo” porque os envolvidos no esboço da convenção “estavam relutantes em admitir a mudança de controle da convenção para uma burocracia intergovernamental” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 21, tradução minha).

“Na Unesco, o Diretor-Geral René Maheu orientou seus funcionários a buscar uma única convenção, convencido de que o esboço da Unesco poderia ser ampliado para incluir também o patrimônio natural” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 21, tradução minha). Segundo Bo (2003), somente após a Conferência de Estocolmo da

³² *Intergovernmental Working Group on Conservation.*

ONU sobre Meio Ambiente, em 1972, é que, tanto a proposta de uma convenção para a proteção do patrimônio cultural, como também a proposta de uma convenção para o patrimônio natural “convergiram para um único texto” (BO, 2003, p. 102). Desse modo,

A genialidade da Convenção do Patrimônio Mundial é a combinação do patrimônio natural e cultural debaixo de um único instrumento global, uma aproximação não usual na década de 1970, quando a maioria dos governos lidavam com os âmbitos ‘cultural e natural’ em departamentos separados (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 27, tradução minha)

De acordo com o livro “De ideias a ações: 70 anos de Unesco” (2015), a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 foi fundamental para o reconhecimento da conexão entre a preservação e a salvaguarda de bens culturais e naturais. Ao unir a proteção dos bens culturais e naturais mundiais em uma mesma convenção, segundo Unesco (2015), a Organização conseguiu colocar em prática as determinações de algumas frentes de atuação que já possuía na época, como o incentivo à cultura e à salvaguarda de monumentos, e também a importância de preservar o meio ambiente e sua respectiva biodiversidade, tendo como foco a preservação para as futuras gerações através de um desenvolvimento que fosse e se mantivesse sustentável (UNESCO, De ideias à ações, 2015)

Contudo, será que a Unesco cria as categorias de patrimônio mundial cultural e mundial natural apenas com o pretexto de protegê-los para as futuras gerações? Ou será que a Organização também tem interesse em gerar recursos econômicos através da nomeação de bens patrimoniais que agora serão elevados à categoria de mundiais?

Cameron e Rössler (2013) afirmam que, no contexto de crescimento da ideia de preservação tanto do patrimônio natural, como do patrimônio cultural, em meados da década de 1960, onde havia uma

[...] emocionante atmosfera, marcada pela inovação e por intercâmbios de profissionais internacionais, novas ideias emergiram no relacionamento entre o turismo e o patrimônio cultural [...]. De acordo com um estudo da Unesco para verificar até que ponto a preservação de monumentos havia contribuído para o turismo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico, a Conferência Geral de 1966 adotou uma curiosa resolução declarando que o turismo é de notável interesse cultural e observou, também, a ligação entre a preservação de bens culturais com eficazes programas de desenvolvimento (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 13, tradução minha).

Com isso, é possível perceber que o patrimônio cultural já era visto como recurso de desenvolvimento e para o turismo antes mesmo da promulgação da Convenção do Patrimônio Mundial. Além disso, também é notável que a Unesco, desde sua criação, atuou na fabricação e na modelagem de conceitos atinentes ao patrimônio, como o patrimônio mundial, o patrimônio cultural e o patrimônio natural. Dotada de poder através do seu Discurso Autorizado do Patrimônio, a Organização, atualmente, é uma das mais importantes e influentes instituições no âmbito de estudos patrimoniais.

Ademais, maiores problematizações acerca da ideia de que o patrimônio mundial foi concebido como recurso de desenvolvimento serão apresentadas nos capítulos seguintes desta dissertação.

2 O TURISMO NA CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO MUNDIAL

Neste capítulo, dar-se-á ênfase aos debates que evidenciam o turismo na construção da ideia de patrimônio mundial junto à Unesco. Para tanto, a pergunta norteadora que motivará as discussões deste capítulo é: qual o papel do turismo na fabricação do patrimônio mundial?

Até aqui, as leituras e análises feitas em cima de bibliografias, mas, principalmente, nas fontes primária obtidas na Unesco, mostraram uma relação, por vezes, paradoxal entre turismo e patrimônio no âmbito que concerne à tal Organização. Sendo assim, ora um é visto como aliado do outro, e, outrora, são considerados como maléficos para a relação. Saliento que não está se considerando tal relação como algo dualista e binário, mas sim, como uma relação passiva de oscilações de acordo com cada caso, especificamente.

O primeiro tópico deste capítulo, intitulado como “A emergência do turismo no debate sobre patrimônio mundial”, tem como objetivo identificar o início do processo que incluiu o turismo nas relações concernentes ao patrimônio mundial, ao passo que irá expor quais eram as intenções e os sujeitos que possuíam interesse de inserir o turismo no campo patrimonial.

O segundo tópico, chamado de “A Carta do Turismo Cultural e a Recomendação de Nairobi”, analisará as proposições destes dois documentos institucionais, publicados em 1976, e que dizem respeito às discussões relativas à relação entre patrimônio e turismo e à salvaguarda de conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. A Carta do Turismo Cultural foi produzida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, e, logo em sua introdução, evidencia a preocupação de garantir a conservação de patrimônios da humanidade em virtude do “desenvolvimento extraordinariamente forte das atividades turísticas no mundo” (ICOMOS, 1976, p. 1, tradução minha). Já a Recomendação de Nairobi foi escrita pela Unesco, e não evidencia explicitamente a relação do patrimônio com o turismo, mas faz alusões aos riscos que as atividades humanas podem gerar à proteção de conjuntos históricos.

O terceiro e último tópico deste capítulo, intitulado como “O turismo com ênfase no patrimônio no âmbito da Unesco”, trará à tona as tensões que envolvem a relação paradoxal entre patrimônio e turismo no seio da Unesco, notadamente no que concerne às décadas de 1960 e 1970, mas, por vezes, ampliar-se-á o escopo da

discussão também para a contemporaneidade. O tópico será amparado em bibliografias sobre a temática central, mas também, nos documentos coletados em pesquisa documental já contextualizada na introdução deste trabalho. Analisar em que termos estava sendo pensada a aproximação entre turismo e patrimônio a partir da construção da Convenção do Patrimônio Mundial será a problematização principal deste tópico, dando impulso para as discussões que serão feitas no terceiro e último capítulo desta dissertação.

A respeito da bibliografia e fontes primárias a serem utilizadas neste capítulo, alguns autores já citados no primeiro capítulo serão novamente utilizados, como Lynn Meskell, Nathalie Heinich, Christina Cameron e Mechtild Rössler, Sarah M. Titchen, Laurajane Smith. Outros autores a serem utilizados serão Paulo Peixoto e David Lowenthal. Além disso, as fontes de caráter primário serão analisadas e problematizadas no diálogo com as bibliografias.

2.1 A EMERGÊNCIA DO TURISMO NO DEBATE SOBRE PATRIMÔNIO MUNDIAL

Segundo o historiador e geógrafo David Lowenthal (1996), “[...] o patrimônio está em todos os lugares – nas notícias, nos filmes, no mercado – está em tudo, desde as galáxias, até nos genes. Ele é foco principal do patriotismo e a atração principal do turismo” (LOWENTHAL, 1996, p. xiii, tradução minha). Para o autor, “as parafernalias do turismo cultural” (LOWENTHAL, 1996, p. xvi, tradução minha), estão em toda a parte e são constituídas dos mais variados objetos, desde artefatos pré-históricos como tumbas de faraós, até bens passivos de restauração e histórias supostamente dignas de reencenação.

Conforme o autor, “o brilho do lucro domina o turismo patrimonial” (LOWENTHAL, 1996, p. 116, tradução minha). Consequentemente, de acordo com o autor, o turismo patrimonial se tornou o principal fator de crescimento do setor de viagens e turismo em 1992.

Concordando com Lowenthal (1996), Bertacchini (2016) afirma que “estar na Lista [do Patrimônio Mundial] é algo altamente desejado por muitos Estados, pois isso pode trazer atenção e receitas advindas do turismo” (BERTACCHINI *et al*, 2016, p. 2, tradução minha). Mas, como se deu essa emergência do turismo no debate sobre patrimônio mundial? Os autores fazem um questionamento que vai na mesma direção: “Por que a seleção de locais do Patrimônio Mundial se tornou uma questão

internacional tão importante?” (BERTACCHINI *et al*, 2016, p. 2, tradução minha). A resposta a essa pergunta é o que estamos tentando responder, ao passo que queremos investigar em que termos estava sendo pensada a aproximação entre patrimônio e turismo no contexto de construção da Convenção de 1972 e qual era o papel do turismo na fabricação do patrimônio mundial.

De acordo com Costa (2012),

Vive-se a era da visibilidade suprema dos bens culturais e naturais do mundo, ou seja, uma época em que as cidades antigas espalhadas pelo planeta são refuncionalizadas em nome do desenvolvimento econômico local com o chamado turismo cultural (COSTA, 2012, p. 5)

Costa (2012) afirma que, no contexto histórico do início da década de 2010, mais especificamente, em 2012, estava-se vivendo uma era onde os bens culturais e naturais do mundo, enfaticamente, as cidades antigas, estavam sendo objetos de mudança, sendo reestruturadas e sofrendo ressignificações. Todavia, esse movimento não teve início em 2012 ou no século XXI. Já em 1978, quando houve a nomeação dos primeiros bens considerados patrimônios mundiais³³, dois dos 12 patrimônios considerados mundiais naquela ocasião eram centros históricos de cidades, quais sejam: o Centro Histórico de Quito, no Equador, e, também, o Centro Histórico de Cracóvia, na Polônia.

Em se tratando do formulário de aplicação para a nomeação da cidade de Quito, a justificativa presente no documento para a inclusão da cidade na Lista de Patrimônios Mundiais da Unesco é de que “Quito forma um conjunto harmônico *sui generis*, onde as ações do homem e da natureza são reunidas para criar uma obra única e transcendente de sua natureza” (ICOMOS, Advisory Body Evaluation, 1978, p.2, tradução minha).

A respeito do formulário de inscrição do Centro Histórico de Cracóvia, este contém mais de trinta linhas que justificam por que tal sítio deveria entrar para a Lista do Patrimônio Mundial. Alguns dos motivos expostos pelo Estado-Parte em questão,

³³ Os doze primeiros bens considerados patrimônios mundiais em 1978 são: a Catedral de Aachen (Alemanha), a Cidade de Quito (Equador), Ilhas de Galápagos (Equador), o Centro Histórico de Cracóvia (Polônia), a Ilha de Gorée (Senegal), o Sítio Histórico Nacional de L’Anse aux Meadows (Canadá), o Parque Nacional Mesa Verde (EUA), o Parque Nacional Nahanni (Canadá), as Igrejas de Rock-Hewn (Lalibela, Etiópia), o Parque Nacional Simien (Etiópia), as Minas de Sal Real de Wieliczka e Bochnia (Polônia), e o Parque Nacional de Yellowstone (EUA) (*World Heritage List*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/&order=year>>. Acesso em: 02 nov 2019.

foi que o Centro Histórico da Cracóvia constitui um dos mais notáveis complexos artísticos e culturais da Europa, e que emergiu como um imponente centro urbano por causa da riqueza do seu design urbano original. Além disso, a cidade da Cracóvia, um dos maiores centros de comércio Europeu, foi também um importante ponto referencial para a arte, e concentra uma coleção única de monumentos de séculos passados, e que preservam seus aspectos originais (UNESCO, WHC Nomination Documentation, 1978).

Em se tratando de outra coleção única de monumentos de séculos passados, desta vez, sobre os Templos de Abu Simbel, na Núbia, a ata da 16ª Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris no ano de 1970, relata que

O desenvolvimento de Abu Simbel como um local turístico é contínuo. Uma missão da Unesco visitou Cairo e Abu Simbel entre os dias 5 e 19 de maio de 1969 para fazer recomendações aos governantes da República Árabe Unida a respeito de ações requeridas para implementar condições para pesquisas em Abu Simbel [...] (UNESCO, General Conference, Sixteenth Session, 1970, p. 3, tradução minha).

Assim sendo, em 1970, dois anos antes da criação da Convenção do Patrimônio Mundial, já havia interesse em manter o complexo de monumentos da Núbia como um local atrativo para os turistas. Ademais, como já exposto anteriormente no primeiro capítulo, os monumentos da Núbia ganharam importância e repercussão em seu processo de deslocamento por serem monumentos considerados como significativos para toda a humanidade. Constatação esta, feita ainda na década de 1960.

Nesta mesma direção, no documento referente à 17ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, a qual promulgou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris, entre os dias 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, é possível perceber que o turismo cultural estava cotado para receber um significativo suporte financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP)³⁴, além de mencionar que o Rascunho da Convenção do

³⁴ O *United Nations Development Programme* – UNDP, é um programa da Organização das Nações Unidas – ONU, que tem como objetivo levar o desenvolvimento às nações do mundo e, com isso, erradicar a pobreza. Atualmente, o Programa atua em 170 países, contribuindo para a redução das desigualdades e da exclusão. Sua missão é trabalhar para erradicar a pobreza e proteger o planeta através da sustentabilidade. Disponível em: <<https://www.undp.org/>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

Patrimônio Mundial já previa programas para o turismo cultural com o intuito de receber apoio financeiro e, com isso, gerar desenvolvimento econômico.

Seja em nível nacional ou internacional, a ajuda financeira para a preservação de bens culturais do primeiro tipo é mais fácil de se obter, o que não é surpreendente, tendo em vista a relação existente entre o patrimônio cultural e os recursos econômicos. O financiamento de um programa geral ou seccional para a preservação ou renovação de monumentos ou obras de interesse histórico ou artístico em nível nacional ou internacional já está sendo contemplado. Uma ação financeira desse tipo pode ser considerada, em termos econômicos, como uma adição ao valor de um investimento e com probabilidade de produzir resultados tangíveis. Esse tipo de investimento pode até ser visto como um fator no cálculo de custo-benefício. Sendo assim, o turismo cultural recebe um apoio financeiro bastante apreciável do UNDP [...], e o Rascunho da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural elaborado pela Unesco prevê programas de turismo cultural para receber apoio financeiro (UNESCO, General Conference, Seventeenth Session, 1972, p. 66, tradução minha).

O trecho acima enfatiza a existência da relação entre patrimônio e recursos econômicos já no início da década de 1970. Ademais, é notável como já era sentida a preocupação em relação ao estreitamento da relação entre turismo cultural e patrimônio por meio de políticas e de programas, como por exemplo o do UNDP. O que parece mover as intenções e motivações dos gestores patrimoniais da Unesco leva muito mais em conta os interesses econômicos e a busca por apoio financeiro, do que propriamente a preservação e conservação do bem patrimonial em si, a manutenção da sua identidade e o repasse dela para as gerações futuras.

Ainda sobre a 17ª Sessão da Conferência Geral, Valderrama (1995) afirma que a mesma recomendou aos Estados Membros da Unesco que baseassem suas políticas voltadas à preservação e ao desenvolvimento de culturas nacionais, bem como que deveriam “desenvolver o turismo nacional e internacional, tendo em vista a necessidade de proteger e salvaguardar culturas indígenas, monumentos e locais históricos” (VALDERRAMA, 1995, p. 212, tradução minha).

O Rascunho do Programa e Orçamento da Unesco para o biênio de 1973 e 1974 também revela outro trecho interessante sobre a emergência do turismo nos debates envolvendo o patrimônio mundial. No terceiro capítulo do documento, que fala sobre Ciências Sociais, Humanidades e Cultura, mais especificamente na seção sobre Sítios e Monumentos, há a seguinte proposta de resolução:

O Diretor Geral está autorizado a promover a preservação e difusão de sítios, monumentos e paisagens representativas das civilizações da humanidade,

particularmente aquelas que contribuem para o desenvolvimento do turismo: (a) fornecendo aos Estados-Membro assistência técnica sob a forma de serviços especializados, intercâmbios, documentação e equipamentos, e ajudando-os a garantir fontes de financiamento para projetos a serem executados com a assistência técnica da Organização; (b) realizando, em cooperação com organizações não governamentais internacionais, projetos operacionais para obter o apoio da geração mais jovem na preservação e difusão dos bens culturais; [...] (e) realizando, a pedido dos Estados Membros, projetos de campo para restaurar e preservar monumentos e sítios, bem como projetos de turismo cultural [...] (UNESCO, Draft Programme and Budget for 1973-1974, 1972, p. 194, tradução minha).

Ou seja, o Diretor-Geral da Unesco em 1972, René Maheu, estava autorizado a promover e incentivar a relação entre patrimônio e turismo no âmbito da Organização a qual ele dirigia. Os sítios, monumentos e paisagens que deveriam ser preservados e difundidos – principalmente aqueles que contribuíssem para o desenvolvimento do turismo – já eram considerados como representativos das civilizações de toda a humanidade. A nomeação dos primeiros bens a serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial viria a acontecer apenas seis anos depois dessa fala de Maheu, em 1978. Todavia, em 1972, essa ideia de que determinados monumentos e sítios eram considerados como importantes de toda humanidade já era presente e difundida no âmbito da Unesco, o que contribuiu para que a Convenção do Patrimônio Mundial fosse promulgada no mesmo ano.

Entretanto, por que a Unesco, que é uma Organização voltada para a educação, a ciência e a cultura, como seu próprio nome já diz, volta seus esforços para o incentivo e desenvolvimento do turismo em parceria com o patrimônio? No texto da Convenção de 1972, mais especificamente no artigo 15, que trata sobre o Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, conhecido também como Fundo do Patrimônio Mundial, não há nenhuma menção explícita a investimentos voltados exclusivamente para o turismo patrimonial. Contudo, “o Comitê [do Patrimônio Mundial] pode aceitar contribuições destinadas a determinado programa ou a algum projeto específico, desde que a implementação desse programa ou a execução desse projeto tenham sido determinadas pelo Comitê” (UNESCO, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972, p. 11). Sendo assim, uma vez que o Comitê aprova algum projeto ou programa, seja voltado ao turismo ou não, ele está disposto a aceitar contribuições para o mesmo.

Por outro lado, o perigo da aproximação entre patrimônio e turismo é, segundo o antropólogo Pérez, a sua impessoalidade, a “redução da atividade turística a um simples intercâmbio econômico. A alternativa é que o turismo cultural e a

patrimonialização tenham como fins não só a rentabilidade econômica, mas um fim educativo e educador [...] e a sociabilidade” (PÉREZ, 2009, p. 164). O autor ainda continua dizendo que a melhor solução a ser encontrada nessa iminente conjuntura que aproxima turismo e patrimônio é encontrar um equilíbrio entre a rentabilidade econômica e a rentabilidade social.

O momento e local exato em que se deu a emergência do turismo nos debates sobre patrimônio mundial talvez ainda não esteja completamente delineada aos pesquisadores. No entanto, o que sabemos e podemos afirmar é que tais debates envolvendo o patrimônio e o turismo já estavam presentes no contexto de construção da Convenção do Patrimônio Mundial e na promulgação, propriamente dita, da mesma. No terceiro tópico deste capítulo veremos mais detalhadamente como foram travados os debates entre patrimônio e turismo especificamente no âmbito da Unesco. Mas antes, a seguir, o leitor está convidado a ler algumas considerações e problematizações acerca da Carta do Turismo Cultural e da Recomendação de Nairóbi, ambas datadas de 1976 e utilizadas como instrumentos de amparo e comparação para suas políticas patrimoniais protecionistas.

2.2A CARTA DO TURISMO CULTURAL E A RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI

A Carta do Turismo Cultural foi produzida e adotada pelo Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, que aconteceu em Bruxelas, capital da Bélgica, durante os dias 8 e 9 de novembro de 1976, evento este, que foi organizado pelo ICOMOS.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios foi fundado no ano de 1965, em um cenário no qual a necessidade de um órgão regulador a respeito de patrimônios edificados era sentida. Fruto de uma resolução adotada no Segundo Congresso de Arquitetos e Especialistas de Edifícios Históricos, que aconteceu em Veneza, no ano de 1964, o ICOMOS foi, juntamente com a Carta de Veneza sobre Monumentos Históricos, concebido. Atualmente, o ICOMOS é uma organização global não-governamental, e atua como um dos órgãos consultivos da Unesco, ao passo que trabalha para conservar e proteger o patrimônio cultural. Sua missão é promover a conservação, a proteção o uso e o aprimoramento de monumentos, edificações e sítios (ICOMOS, 2019).

De acordo com Cameron e Rössler (2013), o ICOMOS se enquadra tanto como uma organização profissional, quanto também como um órgão consultivo não governamental, assessorando questões relativas ao âmbito patrimonial, bem como promovendo a conservação, a proteção e o uso de monumentos e sítios. “Além de assessorar a Unesco sobre o patrimônio cultural, o ICOMOS desenvolveu suas próprias cartas, as quais, muitas vezes, eram relacionadas aos temas de suas assembleias gerais” (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 187, tradução minha).

Ao passo que trabalha para cumprir com sua missão e com seus objetivos como instituição reguladora de diretrizes e parâmetros a respeito do patrimônio cultural, e, em especial, de monumentos e sítios, o ICOMOS promulgou a Carta do Turismo Cultural, em 1976, como resultado do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo³⁵.

O documento descreve a abordagem do turismo cultural, a qual reconhece sítios e monumentos como fonte de benefício econômico e educação cultural. Essa abordagem descrita no decorrer da Carta incentiva a educação dos turistas, principalmente de crianças e jovens, a respeito do valor dos monumentos e sítios. Além disso, a Carta também enfatiza a importância de uma formação, treinamento e capacitação satisfatórios para os responsáveis por implementar o uso turístico nos locais patrimoniais.

Em seu preâmbulo, a Carta afirma:

O ICOMOS tem como objetivo incentivar a salvaguarda e garantir a conservação e a promoção de monumentos e sítios – aqueles que privilegiam parte do patrimônio da humanidade. Nesse sentido, o ICOMOS se sente diretamente preocupado com os efeitos – tanto negativos como positivos – dos referidos patrimônios, devido ao desenvolvimento extremamente forte das atividades turísticas no mundo (ICOMOS, 1976, p. 1, tradução minha).

Já em 1976, o ICOMOS sentiu a necessidade de instituir uma Carta a respeito da proteção patrimonial voltada aos efeitos que o turismo poderia vir a causar no leque patrimonial da época. A instituição descreveu que as atividades turísticas em meados da década de 1970 já possuíam um “desenvolvimento extremamente forte” e se mostraram preocupados com as consequências e os efeitos que o turismo poderia vir a causar nos bens patrimoniais, principalmente nos de caráter material (edificações,

³⁵ A respeito das entidades que ratificaram a Carta do Turismo Cultural em 1976 ver nota de rodapé n.º 36.

monumentos, sítios históricos), pois são estes que detêm a atenção e os esforços do ICOMOS.

Mas, afinal, o que é turismo cultural e por que ele gerou (e ainda gera) tamanha preocupação a ponto de ser promulgada uma carta oficial a respeito das maneiras de se lidar com tal abordagem? Segundo Jovicic (2014), em seu artigo intitulado como “Turismo cultural no contexto das relações entre turismo massivo e turismo alternativo”, o turismo cultural implica em um maior fluxo de turistas, em função de suas motivações culturais. Entretanto, o que não é consensual, são os aspectos das motivações específicas pelas quais os indivíduos fazem turismo cultural, pois as razões são as mais diversas possíveis, e isso também se reflete na diversidade de definições que “turismo cultural” pode vir a ter.

De acordo com a Carta de Turismo Cultural [...], o turismo cultural é a forma de turismo que tem como objetivo, entre outras coisas, descobrir e aprender mais sobre monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Fica óbvio que essa definição inicial indica a proximidade de um turismo cultural e monumental, embora a realidade é que o turismo cultural, frequentemente, envolva outras atividades e experiências que não sejam visitar monumentos e locais históricos e artísticos (JOVICIC, 2014, p. 605, tradução minha).

Contudo, essas outras atividades que não englobam, necessariamente, atividades turísticas culturais relacionadas com monumentos e sítios, não estavam no centro dos debates e preocupações que resultaram na promulgação da Carta do Turismo Cultural do ICOMOS de 1976, pois a carta é bem clara e enfática ao dirigir sua atenção aos monumentos e sítios. Por exemplo, no artigo 1 da Carta, há a afirmação de que “o turismo é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos *monumentos e sítios* é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de tal atividade” (ICOMOS, 1976, p. 1, tradução minha, grifo meu).

Ainda no preâmbulo da Carta, é interessante notar que o ICOMOS admite que “o esforço vindo de qualquer organismo, por mais poderoso que seja em seu âmbito, não pode influir decisivamente no curso dos acontecimentos [gerais da humanidade]” (ICOMOS, 1976, p. 1, tradução minha). Complementando essa ideia, James e Winter (2017), afirmam que no âmbito das políticas patrimoniais, a Unesco é a organização emblemática que rege esse cenário, e que tem sido alvo de considerável atenção nas últimas décadas, em função de assuntos relacionados a patrimônio, turismo, planejamento e gestão dos sítios, entre outros. Segundo os autores, quando as

próprias políticas da Unesco não são suficientes para obter os resultados esperados, a solução é recorrer a cartas, conferências, convenções e outros documentos que contribuem para um melhor gerenciamento das políticas patrimoniais em nível mundial. É por isso que “tem que se levar em conta uma reflexão conjunta com as grandes organizações mundiais ou regionais que, de uma forma ou de outra, dividem essas preocupações e que desejam contribuir a aumentar um esforço universal, coerente e eficaz” (ICOMOS, 1976, p. 1, tradução minha).

Nos artigos 2 e 3 da Carta, exalta-se a preocupação em determinar políticas protecionistas voltadas às consequências do fluxo crescente de turistas nos patrimônios culturais. Por outro lado, constata-se que o turismo cultural exerce um efeito positivo sobre os monumentos e sítios porque acarreta na manutenção e proteção do bem, além de gerar benefícios socioculturais e econômicos para toda a população implicada em tal cenário.

No artigo 4 há, então, uma alusão à contradição que diz respeito aos efeitos positivos que o turismo cultural gera. “Sem dúvida, qualquer que seja sua motivação e os benefícios que possui, o turismo cultural não pode estar desligado dos efeitos negativos, nocivos e destrutivos que acarreta o uso massivo e descontrolado dos monumentos e sítios” (ICOMOS, 1976, p. 1, tradução minha). O trecho ainda é complementado com a ideia de que, acima de qualquer argumento social, político e/ou econômico, o patrimônio mundial, cultural e natural deve ser respeitado e protegido, em primeiro lugar, para a educação das futuras gerações. Todavia, o que seria essa educação? Em que termos estava sendo pensada essa preservação voltada à educação das gerações seguintes? O documento não desenvolve argumentos detalhados sobre tais questionamentos. Ele apenas menciona que o patrimônio deve ser respeitado.

Em se tratando novamente da relação entre turismo cultural e interesses econômicos expressos na Carta do Turismo Cultural de 1976, a mesma afirma que, tanto os sujeitos representantes do setor turístico, como os gestores patrimoniais interessados, primordialmente, na salvaguarda dos monumentos e sítios, devem estar cientes de que os valores culturais e os objetivos sociais e econômicos que formam parte do planejamento dos recursos estatais, regionais e municipais devem ser analisados dentro de uma ordem, dentro de uma hierarquia.

Ademais, na segunda parte da Carta, intitulada como “Bases de Atuação”, estão contidas certas ações as quais as entidades ratificantes à Carta³⁶ devem procurar cumprir. Por exemplo, no terceiro parágrafo dessa segunda parte da Carta, há um apelo para que as instituições que ratificaram a Carta do Turismo Cultural de 1976 façam um “chamamento aos Estados-Parte para que estes assegurem uma rápida e energética aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial [...] e da Recomendação de Nairobi” (ICOMOS, 1976, p. 2, tradução minha). Ou seja, a Carta do Turismo Cultural deve ser estudada e aplicada em consonância e comparação com outras cartas, convenções e recomendações que também são relativas a questões envolvendo o gerenciamento patrimonial.

Logo em seguida, o ICOMOS também escreve na referida Carta, que as instituições que a ratificaram devem confiar na Organização Mundial do Turismo e na Unesco para cumprir com seus propósitos, quais sejam os de “proteger a população contra os efeitos do crescente turismo cultural [...]” (ICOMOS, 1976, p. 2, tradução minha).

Em contrapartida com esse excerto retirado da Carta do Turismo Cultural e citado no parágrafo acima, o Programa e Orçamento do ICOMOS para os anos de 1979 a 1981, publicado em 1978, diz o seguinte: “O Comitê de Turismo Cultural continuará promovendo a Carta do Turismo e exercendo sua influência sobre as autoridades turísticas internacionais e poderá auxiliar no estudo da implantação de instalações turísticas solicitadas pela Unesco” (ICOMOS, Programme and Budget for 1979/1981, 1978, p. 6, tradução minha). O documento não traz maiores informações sobre esse Comitê de Turismo Cultural citado acima. Contudo, é um comitê que exerce influência sobre autoridades internacionais, incentiva e promove a Carta do Turismo Cultural, e dá assistência à Unesco para desenvolver projetos turísticos.

Ademais, outras considerações contidas na Carta do Turismo Cultural de 1976 dizem respeito à importância da formação e educação das pessoas no âmbito do

³⁶ As entidades que ratificaram a Carta do Turismo Cultural de 1976 são as seguintes: Academia Internacional do Turismo (ACIT); Aliança Internacional do Turismo (AIT); Associação Internacional de Experts Científicos do Turismo (AIEST); Associação Internacional de Hotelaria (AIH); Associação Internacional de Jardins Históricos (AIJH); Bureau Internacional de Turismo Social (BITS); Europa Nostra (EN); Comissão Europeia de Viagem (ETC); Federação Internacional de Albergues da Juventude (FIAJ); Federação Internacional do Automóvel (FIA); Federação Internacional de Jornalistas e Escritores de Turismo (FIJET); Federação Universal de Associações de Agências de Turismo; Fundação Van Clé; Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); Instituição Internacional de Casas Históricas (IICH); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (Unesco); Organização Mundial de Turismo (OMT); União Internacional de Arquitetos (UIA); e União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

turismo cultural, tanto dos próprios turistas, como também dos guias e instrutores do sítio patrimonial e, também, de crianças em idade escolar e que podem aprender sobre o patrimônio e como respeitá-lo e preservá-lo. Além disso, a Carta ainda dispõe sobre a essencialidade da proteção patrimonial, e que essa se encontra acima de qualquer interesse econômico advindo do turismo, e que, por isso, a proteção patrimonial é a base do turismo internacional. Para finalizar, a Carta encerra com a afirmação de que o respeito e a proteção da autenticidade e dos valores culturais dos bens patrimoniais deve ser o mesmo tanto nos países já industrializados (ou desenvolvidos), como em países ainda em desenvolvimento³⁷, pois “o patrimônio cultural da humanidade provêm da mesma natureza em todos os lugares” (ICOMOS, 1976, p. 3, tradução minha) e está ameaçado por causa da iminente expansão do turismo.

A respeito da relação entre autenticidade e patrimônio, esta, segundo o professor e pesquisador em patrimônio cultural da Universidade de Vilnius, na Lituânia, Salvijus Kulevicius, já era debatida internacionalmente desde o século XIX. No século XX, as discussões sobre autenticidade se relacionavam, majoritariamente, ao patrimônio material, o que se concretizou através da criação da Carta de Atenas, em 1931, e da Carta de Veneza, em 1964.

Na década de 1970, com a consolidação da noção de patrimônio mundial por meio da Convenção de 1972, a noção de autenticidade deveria ser uníssona no campo patrimonial, também entre os seus órgãos reguladores, como a Unesco, o ICCROM e o ICOMOS (KULEVICIUS, 2014). Sendo assim, à época em que a Carta do Turismo Cultural foi escrita, o que importava para que um bem possuísse significativo valor de autenticidade era, principalmente, sua singularidade. Além de ser único, para o bem também ser considerado autêntico era levado em conta sua originalidade, suas marcas históricas e seu processo de envelhecimento.

Problematizando o fechamento da Carta do Turismo Cultural, quando esta afirma que o turismo é uma possível ameaça ao patrimônio cultural, Houbart e Dawans (2011) afirmam que houve um afastamento dos princípios e do espírito das principais cartas sobre conservação patrimonial escritas e promulgadas no século passado em razão de um dos principais setores da economia atual: o turismo. Ademais,

³⁷ As discussões a respeito do desenvolvimento em países considerados de “primeiro mundo” e de “terceiro mundo” e sua relação com patrimônio e turismo serão problematizadas no terceiro capítulo desta dissertação.

Em muitos casos, essa concreta razão é obviamente mais importante do que qualquer consideração a respeito da identidade, e reduz consideravelmente a distância entre patrimônio e parques temáticos/de diversão (HOUBART; DAWANS, 2011, p. 1, tradução minha).

Houbart e Dawans (2011) aproximam a ideia de visitar um patrimônio cultural com a ideia de ir a um parque temático ou de diversão, ou seja, o turista visita tais espaços com a intenção de consumir. Consumir não apenas no sentido de comprar e obter artigos materiais, mas consumir a experiência que o patrimônio pode conceder ao turista e agregar *status* à sua vida, às suas redes sociais, e assim por diante.

Segundo os autores, essa mudança no cenário envolvendo turismo e patrimônio se deu, também, em função de um distanciamento dos valores descritos em cartas patrimoniais do século XX, que dispõem sobre diretrizes e parâmetros a respeito da salvaguarda patrimonial e da importância de preservar o patrimônio para as futuras gerações. Os usos do patrimônio, com o passar do tempo, foram mudando e se adaptando ao tempo corrente. E, é a respeito da salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função da vida contemporânea que trata a próxima carta patrimonial que será analisada: a Recomendação de Nairóbi de 1976.

Também conhecida como Recomendação relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, a Recomendação de Nairóbi foi promulgada pela Unesco em novembro de 1976, durante a sua 19ª sessão da Conferência Geral, que aconteceu em Nairóbi, capital do Quênia, entre os dias 26 de outubro a 30 de novembro no mesmo ano. É interessante notar que a Carta do Turismo Cultural foi adotada dentro deste período da 19ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, mais especificamente, nos dias 8 e 9 de novembro do mesmo ano.

No preâmbulo da Recomendação, a Unesco dispôs de algumas considerações as quais os Estados e partes ratificantes deveriam levar em conta neste cenário de proteção dos conjuntos históricos e de sua função na vida contemporânea:

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade, e por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares. Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na

planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial (IPHAN, 1976, p. 1).

Neste trecho acima citado, podemos ver que a Recomendação tem como intenção englobar “os seres humanos em todos os países”, ou seja, se aproxima da ideia de um patrimônio de “toda a humanidade” ou um patrimônio “mundial”, ao qual a Convenção de 1972 da Unesco se refere. Além disso, outro ponto a ser destacado é sobre o “valor e dimensão humana suplementares” ao qual a Recomendação de Nairóbi se refere quando fala dos conjuntos históricos. Essa ideia pode se aproximar do que a Convenção do Patrimônio Mundial prevê com o Valor Universal Excepcional, além de concordar com James e Winter (2017) e com a Carta de Turismo Cultural (1976) quando estes afirmam que as cartas, recomendações e convenções agregam valor e credibilidade às instituições que dominam este campo das questões envolvendo o patrimônio e sua consequente proteção e salvaguarda. Em se tratando dessa rede de cartas e recomendações patrimoniais, a Recomendação de Nairóbi cita algumas delas, as quais são vistas como um meio de “complementar e ampliar o alcance das normas e dos princípios formulados nesses instrumentos internacionais” (IPHAN, 1976, p. 2).

Tal rede de cartas patrimoniais criadas e promulgadas por instituições como a Unesco e o ICOMOS, por exemplo, se torna referência no campo da preservação patrimonial. E mais do que uma referência, essa rede também insinua uma submissão dos Estados à lógica supranacional e/ou global, colocando-os sob os auspícios de tais organizações internacionais.

Na continuação de seu preâmbulo, a Recomendação também aborda questões relativas à destruição e aos perigos em que se encontram os conjuntos históricos na era contemporânea. Em específico, fala dos “perigos da uniformização e da despersonalização”, “das destruições que ignoram e que destroem” o patrimônio histórico “sob o pretexto de expansão ou modernização”, bem como fala que os “conjuntos históricos ou tradicionais constituem um patrimônio imobiliário cuja destruição provoca, muitas vezes, perturbações sociais, mesmo quando não resulte em perdas econômicas”, e também sobre “salvar os valores insubstituíveis” que estão contidos nos conjuntos históricos e estão passíveis de “perigos de deterioração e até de desaparecimento total” (IPHAN, 1976, p. 2).

Como já dito, a Recomendação de Nairóbi de 1976 não faz nenhuma menção específica ao turismo e aos benefícios e/ou consequências que sua relação com o

patrimônio podem gerar. Entretanto, em trechos como esse que falam dos perigos e da destruição que a vida contemporânea pode causar aos conjuntos históricos ou tradicionais, podemos fazer uma aproximação com o turismo, pois é um movimento que estava ganhando potência e repercussão desde a segunda metade do século passado e causando impactos na vida contemporânea.

Para tanto, com o intuito de contextualizar as discussões a seguir, conceituar-se-á o que a Recomendação entende por conjunto histórico ou tradicional, ponto central do documento:

Para os efeitos da presente recomendação: considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural (IPHAN, 1976, p. 3). Entre esses conjuntos, que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade (IPHAN, 1976, p. 3).

O ato de patrimonialização se torna um ato discursivo autorizado, pois o valor que um bem possui é determinado a partir dos discursos, considerações e avaliações de *experts* do patrimônio, os quais trabalham em instituições como a UNESCO, por exemplo, e detêm o Discurso Autorizado do Patrimônio (SMITH, 2006). Além disso, como expresso na citação acima, as cidades históricas fazem parte do rol de tipologias patrimoniais que englobam o conceito de conjunto histórico e tradicional. Em se tratando, então, das cidades históricas, estas são bens considerados como patrimônios mundiais na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco. Já em 1978, dois anos após a promulgação da Recomendação de Nairóbi, duas cidades históricas, a de Quito, no Equador, e a de Cracóvia, na Polônia, foram incluídas na Lista em seu primeiro ano de nomeações.

Na segunda seção da Recomendação, que diz respeito aos “Princípios Gerais”, uma notável constatação é a de que os conjuntos históricos “constituem um patrimônio universal insubstituível” (IPHAN, 1976, p. 3), algo que também é expresso na Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, em outros termos. Ademais, outros princípios gerais que a Recomendação de Nairóbi descreve nesse trecho da carta, são relativos à proteção e restauração dos conjuntos históricos e da consequente manutenção de sua autenticidade. Neste contexto da década de 1970, quando a

Recomendação é criada, entendia-se que, quanto mais singular, original, com marcas de sua história e de seu processo de envelhecimento, mais autêntico um bem poderia ser para sua nação. A autenticidade estava relacionada, em essência, à materialidade do bem, deixando de lado os valores imateriais atribuídos a ele. Esse conceito de autenticidade estava, primordialmente, ligado aos valores europeus e ocidentais do que se entendia por autêntico (KULEVICIUS, 2014).

E, para finalizar esta seção da Recomendação que diz respeito aos Princípios Gerais, há ainda um trecho que enfatiza a importância da valorização cultural de cada nação. Todavia, o que recebe destaque, é a “manutenção e o desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares a cada nação” e o “enriquecimento arquitetônico do patrimônio cultural mundial” (IPHAN, 1976, p. 4), ao passo que o “saber-fazer” é deixado de lado em detrimento da preservação e conservação do bem para que este possua o maior grau de autenticidade possível, conforme os padrões ocidentais pré-estabelecidos.

Considerando o conceito de autenticidade utilizado pelos órgãos gestores do patrimônio nesse contexto, o Japão, no final da década de 1980, questionou a UNESCO qual era a razão pela qual ele não conseguia atingir o valor de autenticidade em alguns de seus bens. A resposta da Unesco era de que o valor de autenticidade de um bem está presente em sua antiguidade, singularidade e originalidade. Uma vez que, para o Japão, o saber-fazer era mais importante do que preservar o bem em sua originalidade, o valor de autenticidade atribuído pela UNESCO não condizia com o valor de autenticidade entendido pelo Japão (HOUBART; DAWANS, 2011).

Anos mais tarde, foi criada uma carta que fala a respeito da importância da valorização cultural de cada nação, que é o documento resultante da Conferência de Nara, realizada em novembro de 1994, em Nara, no Japão, e que diz respeito aos valores de autenticidade atribuídos em relação ao bens inseridos na Lista do Patrimônio Mundial, que, conseqüentemente, estão debaixo do que foi promulgado a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 da Unesco.

A Conferência de Nara é defendida pela Unesco, ICCROM e ICOMOS, foi baseada na Carta de Veneza sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios, e é considerada um grande encontro internacional por ter reunido 45 *experts* (em patrimônio) de diversas regiões e culturas (Cameron; Rössler, 2013).

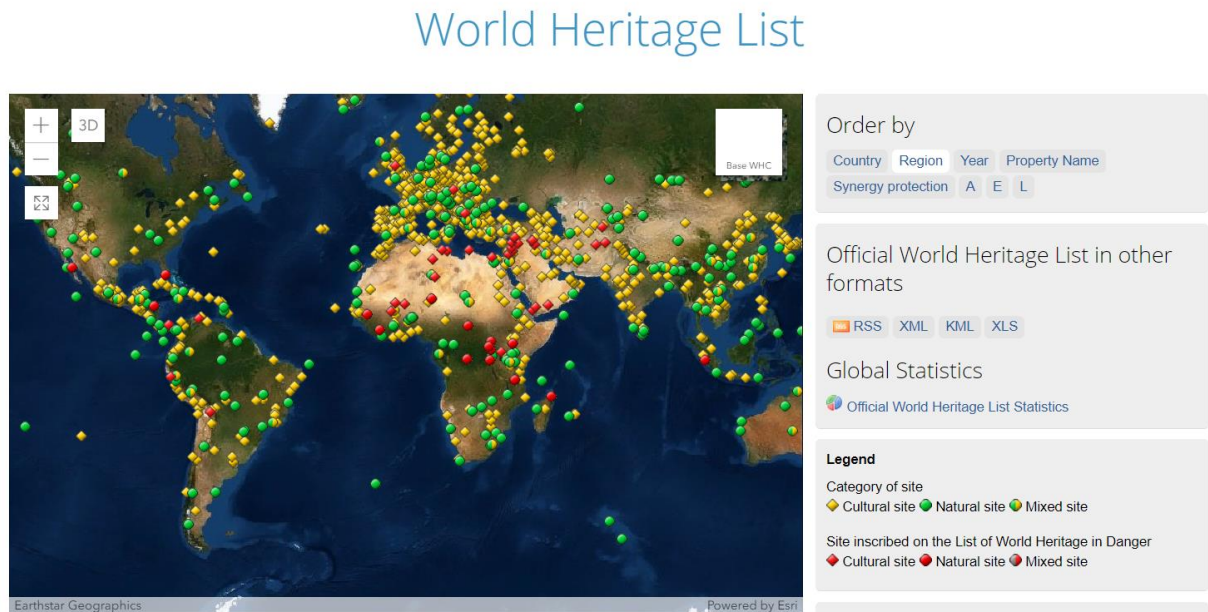
Em novembro de 1994, 45 experts reunidos em Nara (Japão) assinaram uma declaração que introduz a noção de relativismo cultural na avaliação da autenticidade do patrimônio: o documento da Nara sobre a autenticidade. O ‘teste de autenticidade’ - consagrado nas Diretrizes Operacionais [da Unesco], e perante o qual todas as candidaturas [à Patrimônio Mundial] foram submetidas – privilegia valores profundamente enraizados na conservação europeia, teoricamente. O Documento de Nara, em contraste, reconheceu que ‘todos os julgamentos sobre valores atribuídos às propriedades culturais, incluindo a autenticidade, podem diferir de cultura para cultura’ (GFELLER, 2015, p. 378, tradução minha).

Assim como dito no trecho citado acima, a respeito da “manutenção e do desenvolvimento dos valores culturais e sociais peculiares a cada nação”, a Conferência de Nara também expressa essa preocupação em valorizar a autenticidade das mais diversas culturas encontradas mundialmente, e não apenas daquelas privilegiadas por causa dos “valores profundamente enraizados na conservação europeias”. Conforme o *site* do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco³⁸, a região que detêm o maior número de sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, é, justamente, a Europa e a América do Norte (Figura 3). Problematizando essa informação sob a ótica e lógica do DAP, teria, então, a autenticidade se tornado territorializada?

Atualmente, existem 1.121 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, divididos e categorizados em bens culturais, bens naturais, bens mistos, e bens considerados em perigo. Deste montante, a Europa e a América do Norte detêm um total de 529 sítios inseridos na Lista, o que corresponde a 47,19% de todos os patrimônios incluídos na Lista do Patrimônio Mundial (Figura 4).

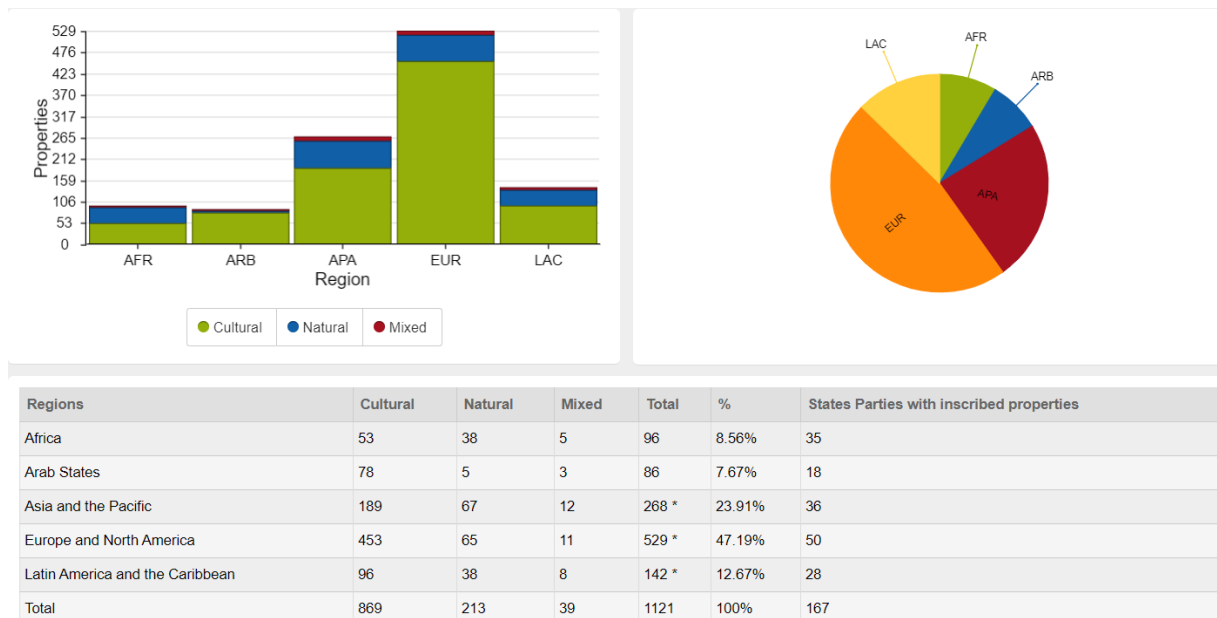
³⁸ *World Heritage Centre. World Heritage List.* Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

Figura 3 – Localização dos bens inseridos na Lista do Patrimônio Mundial.



Fonte: *World Heritage List*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/&order=region>>. Acesso em: 3 jan 2020.

Figura 4 – Número de bens do patrimônio mundial por região.



Fonte: *World Heritage List Statistics*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/stat/#s9>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

As regiões apresentadas nas figuras acima são definidas pela Unesco de acordo com as suas respectivas atividades, e não necessariamente refletem a posição geográfica dos países em questão. A Organização divide as 5 regiões em: África

(AFR), Estados Árabes (ARB), Ásia e o Pacífico (*APA Region*), Europa e América do Norte (EUR), e América Latina e Caribe (LAC).

Em se tratando novamente da Recomendação de Nairóbi, os próximos tópicos descritos na carta se referem às políticas nacionais, regionais e locais de preservação patrimonial, e, também, às medidas de salvaguarda. Estas últimas subdividem-se em medidas jurídicas administrativas e medidas técnicas, econômicas e sociais. O que é relevante ressaltar a respeito desses tópicos são os princípios que as execuções de obras de salvaguarda deveriam se inspirar. Segundo a Recomendação de Nairóbi,

Os planos e documentos de salvaguarda deveriam ser elaborados depois que todos os estudos científicos necessários houverem sido efetuados por equipes multidisciplinares compostas, principalmente, de: especialistas em conservação e restauração, incluídos os historiadores de arte; arquitetos e urbanistas; sociólogos e economistas; ecólogos e arquitetos paisagistas; especialistas em saúde pública e assistência social; e, em geral, especialistas em todas as matérias relativas à proteção e revitalização dos conjuntos históricos e tradicionais (IPHAN, 1976, p. 7).

A partir deste trecho fica claro o que Laurajane Smith (2006) disserta sobre o Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP), quando afirma que as grandes instituições e os *experts* que para elas trabalham detêm o poder de escolha e decisão sobre as questões envolvendo o patrimônio e sua conseqüente conservação e salvaguarda.

Outro ponto da Recomendação a ser mencionado diz respeito às ações que os Estados Membros e as instituições interessadas deveriam tomar para proteger os conjuntos históricos de certos danos causados pelas ações humanas na contemporaneidade. Danos estes que, segundo a Recomendação de Nairóbi, são causados por avanços tecnológicos, poluição, e, também, através “dos ruídos, dos choques e das vibrações produzidas contra as deteriorações provenientes de uma excessiva exploração turística” (IPHAN, 1976, p. 9). Ademais, a carta fala sobre a degradação da paisagem nas zonas rurais e de como esta deveria ser evitada, pois todos as ações que implicarem nisso, “assim como quaisquer mudanças nas estruturas econômicas e sociais, deveriam ser cuidadosamente controladas para preservar a integridade das comunidades rurais históricas em seu ambiente natural (IPHAN, 1976, p. 10). O turismo e suas conseqüências para a ambiência do local histórico e/ou natural podem se enquadrar em tais considerações.

Como solução, a Recomendação sugere aos Estados Membros e instituições interessadas, que trabalhem em conjunto com as autoridades locais para planejarem

uma melhor gestão da circulação de visitantes do conjunto histórico em questão, com o intuito de ocasionar menores impactos ao bem e à localidade envolvida. Além disso, também sugere-se a revitalização do conjunto histórico, pois

Seria [...] essencial manter as funções apropriadas existentes e, em particular, o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem (IPHAN, 1976, p. 10).

Na parte final da Recomendação, há ainda um último tópico que trata sobre a importância da cooperação internacional na busca pela preservação e conservação dos conjuntos históricos e de sua função na vida contemporânea. De acordo com a carta, a cooperação deveria se concretizar a partir de intercâmbios de informações, organização de seminários, luta contra todas as formas de poluição, execução de grandes projetos de salvaguarda de conjuntos históricos, e “assistência mútua entre países vizinhos para a salvaguarda de conjuntos de interesse comum” (IPHAN, 1976, p. 14).

A respeito de cartas, recomendações e convenções patrimoniais, como por exemplo a Carta do Turismo Cultural de 1976, a Recomendação de Nairóbi, também de 1976, e a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, James e Winter (2017), ressaltam que a análise de políticas envolvendo o Patrimônio Mundial deve ser feita para além desse tipo de “material de apoio”, uma vez que as críticas e a análise envolvendo essas cartas e convenções deve ser através da análise de casos concretos e de situações específicas. Segundo os autores, essa abordagem

revela a complexidade das diferentes formas de especialização desempenhadas na modelagem dessas arenas de políticas internacionais, e [também revela] como as decisões e posições tomadas em tais arenas surgem da convergência e interação entre os diversos domínios de *experts* (JAMES; WINTER, 2017, p. 49, tradução minha).

A discussão a respeito desses domínios de *experts* do patrimônio e da análise de políticas envolvendo o patrimônio mundial serão discutidas no próximo tópico, o qual problematizará as relações entre turismo e patrimônio mundial no âmbito da Unesco, no transcurso dos anos 1970.

2.3O TURISMO COM ÊNFASE NO PATRIMÔNIO NO ÂMBITO DA UNESCO

A Unesco, através da criação da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972, e, conseqüentemente, da instituição da Lista do Patrimônio Mundial no artigo 11 da mesma Convenção, contribuiu – intencionalmente ou não, para uma corrida ao status de patrimônio mundial, como afirma Paulo Peixoto (2002). Para o autor, essa corrida tem relação intrínseca com os interesses econômicos, pois, ao passo que as cidades são afirmadas como destinos turísticos consolidados, “o patrimônio converte-se numa grande indústria internacional” (PEIXOTO, 2002, p. 27). Segundo o sociólogo,

a ação desenvolvida pela Unesco no domínio da identificação de sítios naturais e de bens culturais, assim como a sua posterior inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, contribuiu enormemente para consolidar esta indústria; talvez de um modo não-intencional, mas, sem qualquer dúvida, de uma maneira efetiva (PEIXOTO, 2002, p. 28).

Todavia, seria essa ação da Unesco algo não intencional? De acordo com Valderrama (1995), um tema que ganhou espaço e atenção nas discussões do Conselho Executivo da Unesco em 1966 foi o turismo cultural. Segundo ele, a abordagem e os debates envolvendo o turismo cultural nesta reunião do Conselho “consistiam em incluir a conservação do patrimônio cultural como parte do desenvolvimento e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento através do turismo” (VALDERRAMA, 1995, p. 180, tradução minha). O autor ainda completa que, “dentre outras atividades culturais, é importante mencionar [...] a preservação e difusão do patrimônio cultural em conexão com a promoção do turismo [...]” (VALDERRAMA, 1995, p. 181, tradução minha).

Percebe-se que em 1966, data da reunião acima mencionada, a UNESCO ainda não havia promulgado a Convenção do Patrimônio Mundial. Esta viria a ser instituída pela Organização apenas seis anos depois, em 1972. Entretanto, é interessante notar que os debates acerca da relação entre patrimônio e turismo já estavam presentes em reuniões como as do Conselho Executivo da Unesco.

Em sintonia com o que Fernando Valderrama expôs em seu livro sobre a história da Unesco, de 1995, o Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização, de 1968, disserta sobre a relação entre turismo e patrimônio, falando acerca dessa “nova abordagem” debatida na reunião do Conselho Executivo de 1966.

Segundo o Relatório do Diretor Geral da Unesco sobre as Atividades da Organização de 1968,

A partir das observações precedentes, a natureza excepcional das campanhas internacionais será suficientemente clara. Obviamente, elas não deverão se tornar muito numerosas. Para atender às crescentes solicitações dos Estados-Membros, enfrentando problemas materiais e financeiros que não puderam ser resolvidos por meio da assistência técnica, foi necessário encontrar um conceito e um método que permitissem produzir os recursos necessários nos próprios países e pelo ordinário processo de ajuda financeira internacional. A grande vantagem dessa nova abordagem, que, de comum acordo, foi chamada de turismo cultural, é, justamente, o fato de possibilitar essa normatização. Tudo isso foi aprovado pela primeira vez pelo Conselho Executivo, na sua 72ª sessão, que aconteceu em Budapeste (maio de 1966) e, posteriormente, foi adotado pela Conferência Geral, que, em sua última sessão, mostrou um grande interesse por ela [essa abordagem do turismo cultural]. Essa abordagem consiste em tornar a preservação do patrimônio cultural como uma parte do desenvolvimento, e auxiliar o desenvolvimento por meio do turismo [...] (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. XXVII, tradução minha).

No mesmo documento, René Maheu afirma que durante a 14ª sessão da Conferência Geral, foram discutidas “formas e meios através dos quais a Unesco poderia contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento da década. A Instituição aprovou uma resolução em que, entre outros, sugeriu-se implantar medidas para encorajar o turismo cultural” (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. 114, tradução minha). Assim sendo, em termos de planejamento e de gestão a respeito da proteção patrimonial, o turismo passa a ser um valor e um recurso considerado pela Unesco.

Assim sendo, é notável que essa aproximação entre patrimônio e turismo estava sendo incentivada. A resposta parece estar bem clara e relacionada com interesses econômicos através do desenvolvimento obtido através das expectativas com o turismo. Também é possível delinear por quem esse relacionamento estava sendo incentivado: atores influentes dentro da Unesco³⁹, uma Organização que detém o chamado Discurso Autorizado do Patrimônio (SMITH, 2006).

Em se tratando do DAP, Smith (2006) alega que ele “concentra atenção sobre objetos materiais, sítios, lugares e/ou paisagens esteticamente agradáveis que as atuais gerações ‘devem’ cuidar, proteger e reverenciar de modo que possam ser

³⁹ A respeito desses atores envolvidos no processo de aproximação entre patrimônio e turismo ver o tópico 3.2 desta dissertação.

transmitidos às [...] futuras gerações [...]” (SMITH, 2006, p. 29) com o intuito, também, de educá-las.

Entretanto, muito antes de Laurajane afirmar que a Unesco coloca como imperativo a preservação patrimonial para as futuras gerações, o Diretor Geral da Unesco em 1972, René Maheu, já via na salvaguarda patrimonial não só um instrumento necessário à educação das futuras gerações, mas também um aliado que, junto ao turismo, iria gerar renda e desenvolvimento econômico. Segundo ele,

Para além ou por trás desse sucesso [a aproximação da ideia de patrimônio cultural com o natural], ainda existem grandes problemas não resolvidos. Estes podem ser resumidos em uma frase como “a necessidade de ir além do turismo cultural”. Nos últimos 6 ou 8 anos, a Organização tem feito um útil trabalho na promoção da preservação e difusão do patrimônio cultural para grandes públicos, usando o conceito ou dispositivo do “turismo cultural” (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1972, 1974, p. 145, tradução minha).

Através dessa aproximação entre patrimônio e turismo, vislumbrada na fala do diretor geral da Unesco a respeito das atividades da Organização sobre o ano em que foi promulgada a Convenção do Patrimônio Mundial, percebe-se que os gestores patrimoniais da época, aqueles que detinham poder sobre o DAP, enxergavam no turismo uma forma de gerenciamento bem sucedida do patrimônio, pois além de manter o bem debaixo de políticas preservacionistas, ainda se tinha crescimento econômico.

Entretanto, o reconhecimento de um bem como patrimônio mundial é uma bênção ou um fardo? A respeito dessa pergunta é que as autoras Josephine Caust e Marilena Vecco (2017) desenvolveram seu artigo. Segundo as autoras, a insígnia da Unesco que reconhece e oficializa um bem como patrimônio mundial “é uma importante ferramenta de marketing para o turismo mundial, e a sua presença garante muito mais visitantes a um local que possui o reconhecimento da Unesco [de patrimônio mundial]” (CAUST; VECCO; 2017, p. 2, tradução minha).

Por outro lado, esse fluxo intenso de turistas já era tópicos de consternação por parte dos gestores patrimoniais da Organização em 1974⁴⁰. Contudo, na Conferência Geral da Unesco de 1974, René Maheu, diretor geral da Organização à época, escreve que

⁴⁰ Importante salientar que em 1974, já havia se passado dois anos da promulgação da Convenção do Patrimônio Mundial. Todavia, os primeiros bens a serem nomeados como patrimônios mundiais pela Unesco tiveram seu reconhecimento apenas em 1978, quatro anos após essa fala de René Maheu.

O desenvolvimento do turismo cultural tem permitido aos Estados Membros financiar a conservação e preservação de certos monumentos e sítios; mas quando o fluxo de turistas excede um certo limite, isso pode ter consequências no contexto sociocultural, causando mudanças que podem ameaçar os valores culturais (UNESCO, General Conference - Eighteenth Session, Approved Programme and Budget for 1975-1976, 1974, p. 24, tradução minha).

Essa preocupação com o fluxo de turistas e as consequências que isso poderia causar para o bem patrimonial parece que não surtiu um efeito tão alarmante quanto a preocupação em gerar desenvolvimento econômico para que o sítio tenha as condições necessárias para ser gerido e sustentado financeiramente.

A respeito disso, Cameron e Rössler (2013), afirmam que durante o período em que estavam escrevendo seu livro sobre a Convenção do Patrimônio Mundial, entre os anos de 2005 a 2013,

O turismo em massa passou a ser visto como uma força negativa para a conservação de locais do patrimônio mundial. Nos primeiros anos da implementação [da Convenção], isso não era uma preocupação importante, e as questões de gestão [do patrimônio] relacionadas ao turismo eram raras. [...]. O turismo (em massa) não era o desastre que, posteriormente, veio a se tornar. No começo, isso não era nem sequer discutido. Muito pelo contrário, o turismo era usado para que os patrimônios mundiais fossem mais conhecidos. [...] os gestores patrimoniais consideravam o turismo como a chave da gestão patrimonial (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 234, tradução minha).

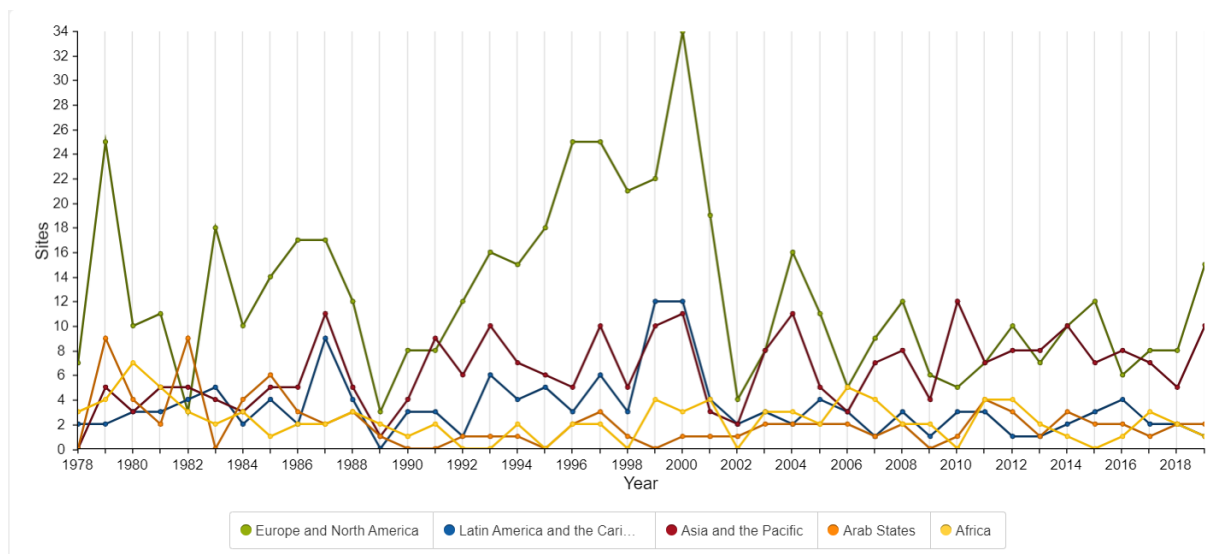
Sendo assim, conforme as autoras, nos anos iniciais da implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, não havia uma preocupação exacerbada quanto aos efeitos e consequências que o fluxo excessivo de turistas poderia causar a um bem denominado como mundial pela Unesco.

Sobre este movimento exponencial de crescimento e valorização patrimonial, Hartog (2006) afirma que, após a queda do Muro de Berlim (1989) e do fim da Guerra Fria (1990), instaurou-se um processo de patrimonialização galopante no mundo ocidental, mais especificamente na Europa. Neste momento, conforme atesta o historiador François Hartog (2006), houve um movimento de extensão e de universalização da noção e das tipologias de patrimônio.

Complementando as ideias expostas de Hartog (2006), Peixoto (2002), em seu artigo sobre a corrida ao status de patrimônio mundial, escreve que o reconhecimento de um bem patrimonial considerado como mundial pela Unesco, que acontece

anualmente desde 1978, “permite demonstrar que a última década do século XX fica marcada, ao nível de políticas urbanas, por uma clara intensificação dos processos de patrimonialização e por uma corrida a esse status da Unesco” (PEIXOTO, 2002, p. 23) (Figura 5). O sociólogo ainda afirma que essa “competição” se torna mais acirrada principalmente entre os países europeus, os quais, segundo o *site* da Lista do Patrimônio Mundial⁴¹, detêm o maior montante de patrimônios considerados mundiais pela UNESCO.

Figura 5 – Número de bens do patrimônio mundial inscritos anualmente por região.



Fonte: *World Heritage List Statistics*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/stat/#d6>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Em sintonia com Hartog (2006) e Peixoto (2002), Cameron e Rössler (2013), expõem em seu livro uma fala de Michel Parent (presidente do ICOMOS entre os anos de 1981 a 1987, atuando também como um dos *experts* da Unesco e membro do Comitê do Patrimônio Mundial⁴²), quando este afirma que a Lista do Patrimônio Mundial não deveria ter se tornado algo a ser disputado competitivamente entre homens influentes de diferentes países, mas deveria, por outro lado, servir como um instrumento para concentrar e salvaguardar os patrimônios fabricados por esses homens (Cameron; Rössler, 2013). Ademais, segundo as autoras,

⁴¹ *Interactive Map*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/interactive-map/>>. Acesso em: 30 out 2019.

⁴² *In Memoriam: Michel Parent*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/news/517>>. Acesso em: 31 out 2019.

No período até o ano de 2000, a Lista do Patrimônio Mundial cresceu de um modesto início com 12 sítios em 1978 para centenas de inscrições, à medida que a participação global aumentou, bem como com o crescente entusiasmo em obter a estimada marca de Patrimônio Mundial (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 45, tradução minha).

Conforme as inscrições/nomeações iam crescendo e se tornando mais volumosas, alguns problemas começaram a surgir. Problemas estes relacionados ao tamanho da Lista (eventualmente, todos os patrimônios se tornarão mundiais?); ao balanço entre o número de bens considerados culturais e bens considerados naturais (o número de bens considerados culturais é significativamente maior do que o número de bens considerados naturais. Isso sem contar os bens considerados mistos); e, também, problemas relacionados às consequências que o turismo poderia causar aos bens patrimoniais (Cameron; Rössler, 2013).

Para Caust e Vecco (2017), o reconhecimento do status de patrimônio mundial por parte da UNESCO confere ao bem um reconhecimento não só em nível nacional, mas também em nível internacional. “Embora o reconhecimento nomeie algo como único no mundo, ele também chama a atenção do mundo para sua singularidade” (CAUST; VECCO; 2017, p. 3, tradução minha). Através desse holofote que a chancela de patrimônio mundial gera em um bem, os estados nacionais “ficam em excelente posição para comercializá-lo como um destino turístico especial e atrativo” (CAUST; VECCO; 2017, p. 3, tradução minha).

O motivo do interesse por parte das nações de nomear seus bens e sítios patrimoniais como mundiais recai novamente nas questões envolvendo benefícios econômicos. “Estar na Lista [do Patrimônio Mundial] da Unesco é altamente desejado por diversos atores, pois isso traz notoriedade e receita monetária” (FREY; STEINER, 2011, p. 560, tradução minha). Mas quem são esses atores e por que eles se interessam tanto em transformar um patrimônio ao status de mundial? Frey e Steiner (2011) alegam que o processo de nomeação de um bem a patrimônio mundial é “altamente politizado, já que muitos representantes políticos [...] dos países consideram uma conquista que vale a pena, da qual eles lucram pessoalmente” (FREY; STEINER, 2011, p. 560, tradução minha). Possivelmente, os interesses econômicos envolvidos na aproximação e incentivo da relação entre patrimônio e turismo são superiores aos interesses de preservar e salvaguardar o patrimônio por causa da sua importância em si mesmo.

Mas será que a “elevação” de um patrimônio ao patamar de mundial, com o reconhecimento da Unesco, torna o bem automaticamente e certamente autossustentável e passível de gerar superávits em suas receitas por causa do suposto aumento de visitantes e turistas em função da marca de patrimônio mundial obtida? Segundo Fauconberg, Berthon e Berthon (2017), “apesar do prestígio global significativo e da forte presença da marca, os patrimônios incluídos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco permanecem subfinanciados, muitos incapazes de se autossustentar” (FAUCONBERG; BERTHON; BERTHON, 2017, p. 1, tradução minha). Segundo os autores, são poucos os bens incluídos na Lista que conseguem compensar completamente os custos necessários à sua gestão e manutenção apenas através da receita turística. Ainda há os casos em que são necessários “reparos adicionais devido aos danos dos visitantes que excedem a capacidade do sítio” (FAUCONBERG; BERTHON; BERTHON, 2017, p. 1, tradução minha).

Contudo, essas informações de que a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco podem vir a causar mais prejuízo do que lucro, ou são ignoradas pelos Estados, ou nem sempre divulgadas pela mídia, pois a inscrição de bens na Lista cresceu consideravelmente desde a sua criação, em 1978. Ou ainda, o motivo pelo aumento no número de inscrições de sítios na Lista do Patrimônio Mundial pode ser justificado também pelo desejo de proteção e salvaguarda do bem em questão. Entretanto, a partir das bibliografias utilizadas nesta pesquisa, e também da documentação obtida nos Arquivos da Unesco, não é a esta última opção de justificativa que chegamos à conclusão. Os interesses econômicos e a expectativa de que o turismo gere lucros está, na maioria das vezes, incluído no processo de nomeação de um patrimônio na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco.

A respeito disso, Meskell *et al* afirmam que:

[...] o reconhecimento e a marca de Patrimônio Mundial simbolizam muito mais do que a proteção do sítio em si. De fato, os problemas relativos à conservação e gerenciamento são cada vez mais marginalizados. A Lista fornece um índice de outras preocupações abrangentes que reforçam a modernidade e a boa governança, a legitimação internacional, o turismo e desenvolvimento, parcerias políticas e econômicas e assim por diante (MESKELL *et al*, 2015, p. 463, tradução minha).

Novamente, o questionamento: para quem e por que patrimônio mundial e turismo? A partir da fala de Meskell *et al* (2015) podemos perceber que “os problemas relativos à conservação e gerenciamento [dos bens] são cada vez mais

marginalizados”, ou seja, prioriza-se os lucros e o desenvolvimento econômico do país, cidade ou localidade onde o bem está localizado, deixando as preocupações com a salvaguarda do patrimônio em si, à margem da situação. Sendo assim, as “outras preocupações”, descritas na fala de Meskell acima exposta, como por exemplo o turismo e o desenvolvimento, tomam lugar no centro dos debates.

Estas discussões envolvendo os debates relativos à salvaguarda patrimonial e aos interesses econômicos implícitos (ou explícitos) na relação entre patrimônio e turismo, também são problematizados em outro artigo de Lynn Meskell. Segundo a autora, nesse cenário envolvendo patrimônio e turismo, é possível “identificar as armadilhas do turismo global que acompanham a inscrição e a subsequente colisão com a conservação do patrimônio” (MESKELL, 2016, p. 9, tradução minha).

Podemos perceber que a relação entre patrimônio e turismo é conturbada e está longe de ser perfeita, pacífica e sem complicações. No documento n.º 71 do Apêndice A, que diz respeito às Diretrizes de Gestão para Paisagens Culturais do Patrimônio Mundial, publicado em 2000 pela Unesco, há menção de um estudo de caso envolvendo imbricamentos entre a comunidade tradicional que vive nas terras patrimoniais e os turistas.

O estudo de caso diz respeito ao *Uluru Kata-Tjuta National Park*, um parque nacional considerado patrimônio mundial pela Unesco em 1987, como um patrimônio de caráter natural, e, a partir de 1994, foi incluído na Lista do Patrimônio Mundial como sendo de caráter misto, ou seja, seu caráter cultural também foi reconhecido e incorporado ao viés natural, transformando o Parque Nacional em um bem patrimonial considerado como misto pela Lista.

O *Uluru Kata-Tjuta National Park* fica localizado na Austrália, mais especificamente, no deserto central australiano, e contém 1.326 km² de área. Suas duas principais atrações são a *Uluru* (318 metros de altura e quase 10 quilômetros de circunferência) e a *Kata-Tjuta* (516 metros de altura e 22 quilômetros de circunferência), ambas formações rochosas imponentes. Oficialmente, o nome do Parque é *Uluru Kata-Tjuta* por ser de origem aborígine e porque esse povo é considerado os donos tradicionais do Parque Nacional.

Em se tratando da questão de posse das terras, em 1985 o governo australiano devolveu a propriedade que abriga o Parque Nacional aos aborígenes. Estes, por sua vez, arrendaram de volta ao governo australiano pelo período de 99 anos como

Parque Nacional. Ou seja, até o ano de 2084, o Parque é oficialmente propriedade aborígene, mas estará arrendado ao governo da Austrália.

Uma das principais reivindicações do povo *Anangu* – nome do povo aborígene que detêm as terras do Parque Nacional – sobre os turistas que visitam o Parque⁴³ diz respeito à escalada na *Uluru*. Por considerarem a Rocha sagrada, o ato de escalá-la se torna profano para os aborígenes, que desaprovam tal prática. Entretanto, só a partir do dia 26 de outubro de 2019 é que a escalada foi proibida legalmente. Até então, os turistas não eram impedidos por lei de escalarem a *Uluru*, mesmo que a comunidade tradicional que ali vive não aprovasse tal prática.

No documento das Diretrizes de Gestão para Paisagens Culturais do Patrimônio Mundial, publicado em 2000 pela Unesco, a frase que explicita tal embate entre a comunidade tradicional e os turistas é a seguinte:

Os Anungu não querem que os turistas subam ao topo do “The Rock”, pois ele é considerado um lugar sagrado segundo suas crenças e pode ser profanado pelos visitantes. Entretanto, eles não proíbem essa prática e, em vez disso, pedem aos visitantes que façam caminhadas alternativas. O plano de gerenciamento legal não proíbe a escalada, mas restringe a rota e fornece alternativas em torno da base da rocha (UNESCO, Management Guidelines for World Heritage Cultural Landscapes, 2000, p. 76, tradução minha).

Em 1974, na 18ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, conforme o documento relativo ao Programa e Orçamentos da Organização aprovados para o biênio de 1975-1976 que já foi citado anteriormente, o Diretor Geral da Unesco na época, René Maheu, já vislumbrava a preocupação de que o turismo poderia vir a causar consequências no contexto sociocultural do sítio em questão, ao ponto de alterar os valores socioculturais da comunidade local que vive ao entorno do bem.

No caso do *Uluru Kata-Tjuta National Park*, supondo que os valores e crenças que a comunidade tradicional possui continuam os mesmos, até que ponto a vida neste patrimônio vale a pena em troca do reconhecimento da Unesco na Lista do Patrimônio Mundial?

De acordo com Frey e Steiner (2011), um dos efeitos negativos mais impactantes que a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio pode causar é a atenção que o sítio em questão passa a ganhar em um cenário não só mais local, regional ou nacional, mas sim, mundial. Além disso, os autores também alegam que,

⁴³ Aproximadamente 250 mil turistas visitam o Parque Nacional *Uluru Kata-Tjuta* anualmente. Disponível em: <<https://parksaustralia.gov.au/uluru/>>. Acesso em 18 nov. 2019.

para o bem patrimonial em si, a arrecadação de recursos financeiros e todo o fluxo de turistas consequente disso em função da “fama” obtida por causa da insígnia de Patrimônio Mundial da Unesco é considerada como algo negativo. Todavia, para os atores envolvidos nesse processo e que lucram com a nomeação e a consequente atenção e obtenção de recursos financeiros do patrimônio nomeado como mundial, isso é vislumbrado como algo positivo. “A indústria do turismo entende bem o fato de que não estar na Lista é uma desvantagem considerável para sua publicidade” (FREY; STEINER, 2011, p. 563, tradução minha).

Sendo assim, como conciliar patrimônio e turismo? De que maneira as relações entre essas duas instâncias poderiam ser administradas com equilíbrio, sem que haja perdas para ambos os lados? No prefácio do Manual Prático para o Gerenciamento do Turismo em Patrimônios Mundiais, publicado pela Unesco no ano de 2002, Francesco Bandarin, secretário da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco em 1972, tenta responder a essas perguntas. Segundo Bandarin, não há dúvida de que a nomeação de um bem à categoria de patrimônio mundial está intrinsecamente conectada ao aumento do fluxo de turistas no mesmo local. De fato,

A crença de que os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos e que deveriam ser preservados para as futuras gerações é o princípio mais importante em que a Convenção do Patrimônio Mundial está baseada. Então como nós mesclamos nossas convicções com nossas preocupações com o impacto do turismo nos sítios do Patrimônio Mundial? A resposta é: através do turismo sustentável. Direcionar os governantes, os gestores patrimoniais e os visitantes para as práticas do turismo sustentável é a única maneira de garantir a proteção do patrimônio cultural e natural do nosso mundo (PEDERSEN, 2002, p. 3, tradução minha).

A solução que Bandarin propôs para as relações paradoxais entre patrimônio e turismo é o turismo sustentável. Todavia, os caminhos a serem trilhados entre a ideia e a concretização, entre a teoria e a prática, são longos e, muitas vezes, difíceis de serem percorridos, pois neste cenário estão envolvidos muitos atores, jogos de poder e influências monetárias.

A Unesco, através da fala de René Maheu no Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização em 1972, explica e defende o investimento em políticas incentivadoras da relação entre patrimônio e turismo, quando afirma que:

A justificativa para “turismo cultural” [...] é que para as nações em desenvolvimento ou para as agências de financiamento internacionais que provêm verba para a preservação e difusão de tais monumentos, mata-se

dois pássaros com uma só pedra: ele (o turismo cultural) preserva e torna viável, tanto para a presente geração como para a posteridade, importantes elementos do patrimônio cultural da humanidade, e, através disso, tem-se crescimento econômico (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1972, 1974, p. 145, tradução minha).

Logo, uma vez que a associação do turismo com o patrimônio ajuda a preservar os bens para a posteridade e para a educação das futuras gerações, educa-se por meio do turismo, o qual se torna um dispositivo e uma estratégia inclusive para a educação. Ademais, a união entre patrimônio e turismo também é vislumbrada como positiva, porque, além de tornar viável a preservação e conservação do bem, há crescimento e desenvolvimento econômico, notadamente para as nações em desenvolvimento, como também para as agências de financiamento internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial⁴⁴; discussão esta, que é o tema central do próximo capítulo.

Assim sendo, para que patrimônio e turismo? Até aqui, a resposta pode ser entendida como sendo para lucros e desenvolvimento econômico. E por que patrimônio e turismo? A resposta vai na mesma direção da primeira pergunta, reiterando a fala de René Maheu em seu relatório sobre as atividades da Unesco de 1972: com a aproximação entre patrimônio e turismo, “mata-se dois pássaros com uma só pedra”: garante-se a preservação do bem para as presentes e futuras gerações, à medida que também gera crescimento econômico, o que torna viável a gestão patrimonial.

⁴⁴ O Banco Mundial foi criado em 1944 e tem sede em Washington, D.C., EUA. “O Banco Mundial é uma fonte vital de assistência financeira e técnica para os países em desenvolvimento ao redor do mundo. Não somos um banco no sentido comum, mas uma parceria única para reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento” (WORLD BANK, 2020). Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/about/what-we-do>>. Acesso em: 23 jan. 2020).

3 PATRIMÔNIO COMO RECURSO DE DESENVOLVIMENTO?

Neste último capítulo serão analisadas as relações entre patrimônio e desenvolvimento, discutindo, em suma, o questionamento que leva o nome do capítulo: o patrimônio mundial foi concebido pela Unesco como um recurso de desenvolvimento? Quais eram as intenções da Unesco no processo que instituiu a noção de patrimônio mundial? Quais foram os atores e agências envolvidos na aproximação entre patrimônio e desenvolvimento econômico no âmbito da Unesco?

No primeiro tópico do capítulo, “A ideia de desenvolvimento na Unesco nas décadas de 1960 e 1970”, será debatido como era concebida essa ideia de desenvolvimento nas décadas em que as discussões sobre um patrimônio comum a toda a humanidade emergiram nas discussões de organismos internacionais como a Unesco.

Em “Desenvolvimento do que e para quem”, o segundo tópico do capítulo, serão discutidas as relações paradoxais que tensionam a aproximação do patrimônio com o turismo e o desenvolvimento, debatendo quem são os beneficiários dessa relação, quais os interesses por trás dessa união e os usos que podem ser feitos a partir do patrimônio e de seu discurso autorizado no contexto, principalmente, do período entre os anos 1960 e 1980.

No último tópico do capítulo, intitulado “Disputas e conflitos sobre a ideia de turismo a partir do patrimônio”, serão analisados de forma mais aprofundada os debates que envolvem a relação entre patrimônio e turismo, trazendo à tona o que a Unesco perspectivava sobre isso e que conseguimos analisar na documentação coletada na sede da Organização. O patrimônio atrelado ao turismo já estava sendo pensado como um instrumento para o desenvolvimento no contexto da emergência da ideia de patrimônio mundial? Quais eram os principais debates travados sobre tal relação?

Na década de 1960, segundo Emanuel de Kadt (1984)⁴⁵, houve um movimento de expansão da classe média de grande parte das nações industrializadas, e, em função disso, “o turismo entrou em erupção em grande escala. Esse fato foi visto como

⁴⁵ Emanuel de Kadt é o organizador do livro “*Tourism: passport to development?*” (Turismo: passaporte para o desenvolvimento?). Esse livro foi escrito a partir de falas de conferencistas de um evento promovido pela Unesco e pelo Banco Mundial em Washington, no ano de 1976. O evento tinha como objetivo discutir os impactos sociais e culturais do turismo nos países em desenvolvimento (KADT, 1984).

uma nova oportunidade para os países em desenvolvimento garantirem intercâmbios com países do exterior e estimular o crescimento econômico” (KADT, 1984, p. ix, tradução minha).

A partir da análise da documentação primária, percebe-se que a Unesco historicamente investiu nesse processo de incentivar o turismo patrimonial como forma de desenvolvimento, principalmente nos países em vias de desenvolvimento (conforme documento n.º 8 do apêndice A). Por outro lado, quando os documentos alegam a preocupação de que o fluxo excessivo de turistas possa vir a causar danos ao patrimônio, os debates estão relacionados a bens localizados em países considerados desenvolvidos (conforme documento n.º 47 do apêndice A). Nesse contexto, para a Unesco, a relação entre desenvolvimento e turismo é uma via a ser tomada pelos países em desenvolvimento, e não por aqueles considerados desenvolvidos.

Seguimos na esteira dessas discussões nas páginas que se seguem.

3.1 A IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NA UNESCO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Para melhor compreender a ideia de desenvolvimento utilizada no bojo da Unesco durante as décadas de 1960 e 1970, é necessário entender como a ideia de desenvolvimento era concebida em nível global nesse contexto histórico. Para tanto, utilizaremos o artigo de Gilson Batista de Oliveira (2002)⁴⁶: “Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento” como base para a discussão.

De acordo com Oliveira (2002), os debates sobre desenvolvimento econômico se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial, em um contexto de acelerada industrialização e busca por promover o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para o autor, nesse contexto de início da segunda metade do século XX, “o crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2002, p. 37).

Contudo, além de gerar crescimento econômico, o desenvolvimento deveria estar acompanhado de melhorias na qualidade de vida da população, como, por exemplo, aumento na oferta de emprego e melhores políticas sociais e econômicas.

⁴⁶ O autor é economista, e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Além disso, atua como professor da FAE *Business School*.

A preocupação em obter crescimento econômico aliada a melhores condições de vida ocasionou na criação de diversas cartas, declarações e conferências que sucederam o período de guerras.

Considerada como o documento mais importante dessa época no que diz respeito a questões envolvendo o desenvolvimento, a Carta das Nações Unidas foi promulgada em abril de 1945, na Conferência de São Francisco. No mesmo ano, era também criada a Organização das Nações Unidas (ONU), “cuja finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo” (OLIVEIRA, 2002, p. 39).

Em contrapartida, os debates sobre a conceituação econômica do termo desenvolvimento eram bastante discutidos, sem que houvesse consenso. De acordo com a visão econômica, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (OLIVEIRA, 2002, p. 39 apud FURTADO, 1961, p. 115-119). O indicador de renda utilizado era o PIB.

Para o autor,

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

O crescimento econômico, portanto, é perspectivado como a solução dos problemas humanos e para o desenvolvimento. Nesse sentido, mesmo com tantas divergências em relação ao conceito de desenvolvimento, “o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para a superação da pobreza e para a construção de um padrão digno de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

Nesse sentido, em se tratando do âmbito da Unesco, o que era considerado como desenvolvimento no transcurso das décadas de 1960 e 1970? Quais os conceitos ela utilizava para tratar desse assunto? No documento referente à 16ª sessão da Conferência Geral da Unesco, há uma seção que indica as resoluções que deveriam ser adotadas pela Conferência Geral em questão. Uma dessas

recomendações é expressa em um trecho que expõe o que deveria significar desenvolvimento para a Unesco à época:

De acordo com os princípios formulados pela Conferência Geral e pelo Conselho Executivo decididos em outubro de 1969, o conceito de desenvolvimento deve incluir fatores econômicos e sociais, bem como valores morais e culturais nos quais dependem o completo desenvolvimento da personalidade humana e da dignidade do homem na sociedade. O homem não está apenas na origem do desenvolvimento, ele não é apenas o seu instrumento e beneficiário, mas, acima de tudo, deve ser considerado como a sua justificativa e o seu fim. [...] Qualquer progresso feito no sentido de consolidar a paz ajudará a liberar recursos que poderiam ser usados para aumentar essa ajuda (UNESCO, General Conference, Sixteenth Session, 1970, p. 38, tradução minha).

Para a Unesco, em 1970, o desenvolvimento deveria estar associado a questões envolvendo princípios econômicos e sociais; e a prestação de ajuda a países em desenvolvimento era considerada algo bem sucedido para os países desenvolvidos. Assim sendo, os Estados que investissem seus esforços nos países em desenvolvimento, estariam contribuindo para um crescente desenvolvimento econômico não apenas de si mesmos, mas também dos países em desenvolvimento.

A ênfase também é dada à preocupação com a consolidação da paz e as motivações que levaram a Organização a expressar tal consternação. A paz, que na fundação da Unesco é tida como um dos principais objetivos a serem alcançados pela Organização, é associada, em 1970, à liberação de recursos econômicos com o intuito de ajudar países menos favorecidos; ou seja, o objetivo inicial da Unesco de promover a paz mundial está imbricado com perspectivas de ganhos econômicos e desenvolvimento no início da década de 1970; 25 anos após a fundação da Organização.

Em se tratando do Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização em 1968 (René Maheu), este contempla algumas diretivas que relacionam patrimônio cultural, turismo e desenvolvimento. Tais instruções estão contidas, especificamente, em um tópico intitulado como “Preservação e Difusão do patrimônio cultural em conexão com a promoção do turismo” (UNESCO, Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. 114, tradução minha), em um capítulo que trata sobre Ciências Sociais, Ciências Humanas e Cultura. Segundo o documento,

Missões de experts, doações de equipamentos e bolsas de estudo foram feitas com os seguintes Estados Membros, sob a assistência técnica da UNDP, onde a conservação de monumentos e sítios são considerados nos termos de sua contribuição para o desenvolvimento econômico através do turismo cultural: Bolívia, Brasil, Bulgária, Camboja, Índia, Irã, Indonésia, Malta, Panamá, Peru, Tunísia e Turquia (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. 114, tradução minha).

É possível perceber que as intenções de conservação de monumentos e sítios não se satisfazem pelo único motivo de salvaguardar o bem em questão, mas são motivadas em razão do seu potencial de contribuir para o desenvolvimento econômico através do turismo cultural. É interessante notar que todos os países citados neste projeto eram considerados países em desenvolvimento, fato que evidencia a ideia de que a Unesco estivesse envolvida em estratégias de “colonização” do mundo por outros meios.

Na continuação do Relatório do Diretor Geral, ainda no tópico a respeito da preservação do patrimônio cultural em conexão com a promoção do turismo, o documento traz algumas informações sobre um projeto de conservação e desenvolvimento de monumentos e sítios no Irã, o qual obteve cooperação entre o governo do Irã e a Unesco, e possuía intenções de gerar desenvolvimento econômico através do turismo. De acordo com o Relatório, “a característica distintiva deste projeto é a decisão do governo [do Irã] de destinar US\$80 milhões para o turismo, dos quais US\$4 milhões serão utilizados para a conservação (UNESCO, Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1968, 1969, p. 114, tradução minha). Em troca, a Unesco se dispôs a contribuir, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), com *experts* e consultorias necessários para coordenar e desenvolver o projeto.

Além do caso do Irã, o Relatório ainda trata de outro projeto que contempla parcerias entre patrimônio, turismo e desenvolvimento. Desta vez, o Estado Membro em questão é o Peru, e o projeto a ser concretizado no país latino-americano diz respeito a uma série de missões e investimentos que se concentrariam principalmente em Puno, Cuzco e Machu Picchu⁴⁷. “Foi realizada em Outubro (com o apoio da UNDP) uma missão que envolveu especialistas do Banco Mundial e da Unesco com o intuito de examinar em detalhes as possibilidades de desenvolvimento nesta região [Puno,

⁴⁷ O Santuário Histórico de Machu Picchu é, atualmente, considerado patrimônio mundial pela Unesco e teve sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial no ano de 1983. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/274>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

Cuzco e Machu Picchu]” (UNESCO, Report of the Director-General on the activities of the Organization in 1968, 1969, p. 114, tradução minha).

Seria possível afirmar que tais investimentos e parcerias firmados entre o Banco Mundial, a Unesco e o governo do Peru, em 1968, com o objetivo de promoverem o turismo cultural na região de Machu Picchu tenham sido fatores contribuintes e/ou decisivos para que tal sítio passasse a englobar a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco? A resposta para tal questionamento não pode ser conhecida com exatidão. Entretanto, é interessante notar que a relação entre o Banco Mundial e a Unesco se perpetua nesse processo de incentivo ao estreitamento dos vínculos entre patrimônio, turismo e desenvolvimento.

Outro ator envolvido nesta conjuntura que contribuía para moldar a ideia de desenvolvimento das décadas de 1960 e 1970, principalmente no âmbito da Unesco, é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP)⁴⁸, que previa (e ainda prevê) como seu objetivo o desenvolvimento das nações e a consequente erradicação da pobreza mundial. De acordo com Kadt (1984), o UNDP financiou, em 1969, um plano diretor para Bali, na Indonésia, com o intuito de promover de maneira mais organizada e lucrativa o turismo no local. Para tanto, uma empresa privada de consultoria foi contratada, a qual tinha como tarefa “preparar um plano para facilitar o crescimento do turismo em massa em Bali” (KADT, 1984, p. 194, tradução minha). Para a empresa, o empreendimento de Bali seria considerado bem sucedido apenas em um cenário onde o retorno financeiro extrapolasse os gastos com os investimentos. O Banco Mundial era a agência executora de tal projeto.

No Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização de 1969 há um comentário sobre a parceria entre o Banco Mundial e a Unesco com o objetivo de promoverem o desenvolvimento do turismo em Bali. Segundo o Relatório, “um membro do Secretariado foi enviado junto com uma equipe de *experts* do turismo do Banco Mundial, que visitaram Java Central e Bali” (UNESCO, Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1969, 1970, p. 109, tradução minha). Tal empreitada foi vista como uma oportunidade para revisarem o projeto de turismo que estava sendo desenvolvido na região.

A ideia de desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970 no âmbito da Unesco e no contexto, principalmente, dos países em desenvolvimento, estava

⁴⁸ Ver nota de rodapé n.º 34.

intrinsecamente conectada ao turismo. Além dos imbricamentos advindos da relação entre Unesco, turismo e desenvolvimento, outro ator também se faz presente neste cenário: o Banco Mundial (KADT, 1984).

No contexto das décadas de 1960 e 1970, tanto o Banco Mundial como a Unesco estavam envolvidos no desenvolvimento do turismo, conforme afirma Kadt (1984). Mas como esse envolvimento se caracterizava?

O envolvimento da Unesco tem sido feito de maneira mais indireta, ora apoiando projetos de pesquisa sobre os impactos do turismo, ora auxiliando na preservação de patrimônios culturais os quais são considerados atrações turísticas. O Banco Mundial emprestou consideráveis quantias de dinheiro especificamente para o desenvolvimento do turismo, na forma de financiamentos para infraestrutura, como por exemplo: estradas, abastecimento de água e telecomunicações em áreas turísticas, bem como para hotéis. Em alguns projetos, como por exemplo na Jordânia, no Senegal e na Turquia, o Banco e a Unesco combinaram seus esforços: o Banco financiando a preservação de monumentos arqueológicos considerados como grandes projetos turísticos, e a Unesco fornecendo os conhecimentos especializados necessários (KADT, 1984, p. v, tradução minha).

Os países mencionados na citação confirmam as intenções da Unesco e do Banco Mundial de perspectivarem o desenvolvimento econômico aos países em desenvolvimento através do turismo e da relação deste com o patrimônio, principalmente, o mundial. Além disso, o contexto temporal mencionado vai ao encontro com a promulgação da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco e a consequente criação da Lista do Patrimônio Mundial, inserindo em um contexto global as preocupações a respeito da conservação patrimonial e a difusão da importância de sua salvaguarda.

Na década de 1960, houve um avanço significativo no crescimento do turismo nos países em vias de desenvolvimento. Segundo Kadt (1984), tais países viram no turismo um meio de desenvolvimento econômico, e passaram a investir em infraestrutura litorânea, como por exemplo, os *resorts*. Em função da Crise do Petróleo e da Recessão⁴⁹ nos anos de 1974 e 1975, “houve uma pausa no crescimento do turismo. O fim do ‘boom’ deu urgência às preocupações sobre se o turismo produzia

⁴⁹ A Crise do Petróleo se deu em função de um embargo por parte dos Estados Membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) juntamente com os países do Golfo Pérsico na distribuição de petróleo aos EUA e a países da Europa. Tal embargo ocasionou significativo aumento no preço dos barris de petróleo, o que gerou uma recessão econômica nos EUA e também na Europa (PEREIRA, 2008).

lucros suficientes para justificar os investimentos feitos nos países em desenvolvimento” (KADT, 1984, p. ix, tradução minha).

Para tanto, o autor traz em seu livro alguns dados sobre receitas e investimentos envolvendo o turismo em meados da década de 1970:

Em 1975, mais de 200 milhões de visitantes internacionais gastaram cerca de US\$45 milhares de milhões depois de chegarem a seus destinos. Desse total, os países de baixa e média renda obtiveram aproximadamente 30 milhões de visitantes e faturaram US\$ 10 mil milhões com eles. Esses ganhos chegaram acerca de 1% do PIB nacional bruto dos países de destino. Além disso, eles foram perdendo apenas para os ganhos cambiais das exportações de petróleo e eram quase o dobro do açúcar, o qual seria a mercadoria primária subsequente mais importante exportada de países em desenvolvimento naquele ano (KADT, 1984, p. 3, tradução minha).

Uma das preocupações presentes nas discussões e debates realizados entre o Banco Mundial e a Unesco no contexto das décadas de 1960 e 1970 era se os investimentos feitos no setor de turismo dos países em vias de desenvolvimento estava dando retorno financeiro o suficiente para que tais investimentos fossem recompensados e valessem a pena. A partir da citação, percebe-se que a renda obtida com o turismo nos países em desenvolvimento era significativa para o PIB de tais países. Contudo, outra preocupação que consternava ambas as instituições dizia respeito à relação entre desenvolvimento e crescimento econômico.

O que o Banco Mundial e a Unesco discutiam era que, “no caso do turismo, tais dúvidas eram reforçadas pela crença de que o turismo traz maiores impactos sociais e culturais do que o desenvolvimento de outros setores da economia” (KADT, 1984, p. ix, tradução minha). Esse debate sobre as consequências do turismo para o patrimônio e as suas conseqüentes alterações no contexto sociocultural do bem em questão é algo discutido até hoje no âmbito de organizações que regem o DAP (SMITH, 2006), como por exemplo, a Unesco e seus órgãos consultivos, a IUCN e o ICOMOS.

Em dezembro de 1976, o Banco Mundial e a Unesco se uniram novamente para organizar um seminário com o objetivo de discutir os impactos sociais e culturais do turismo nos países em desenvolvimento. O evento patrocinado pelas duas instituições também proporcionou debates acerca de como a tomada de decisões de ambas as organizações refletia nos impactos que o turismo poderia vir a causar nos bens patrimoniais (KADT, 1984). Segundo o autor, “os participantes do seminário vieram

de 18 países, incluindo 11 países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina” (KADT, 1984, ix, tradução minha).

Na perspectiva de Paulo Peixoto (2018)⁵⁰, o papel historicamente cumprido pela Unesco foi “fazer a guerra por outros meios”, ou seja, uma guerra que não resulta em mortos e feridos, mas que é vitoriosa em suas conquistas através do poder de decisão, escolha e influência que possui no campo da proteção e conservação patrimonial. Para Peixoto (2018), “o patrimônio que é tombado resulta sempre de um processo de escolha, que nem sempre é transparente, e tem por trás um forte conflito de poderes” (PEIXOTO, 2018).

No âmbito da Unesco, seria o turismo cultural uma forma de “colonizar o mundo por outros meios”? Na análise feita a partir dos documentos primários pesquisados na Unesco (Apêndice A), é interessante notar que, ao se referirem ao incentivo do turismo cultural como forma de desenvolvimento econômico, os exemplos, majoritariamente, são de países do então chamado “Terceiro Mundo”, como por exemplo: Irã, Índia, Egito, Paquistão, Colômbia, El Salvador, Ceilão, Indonésia, Bali, Afeganistão, Tunísia, Israel, Argélia, Sri Lanka, Tanzânia, entre outros. Por outro lado, quando o assunto em discussão era o risco que o turismo traria ao patrimônio, os casos em questão dizem respeito aos países desenvolvidos, como no caso do *Grand Canyon*, nos EUA, e do *Uluru Kata-Tjuta National Park*, na Austrália.

Além disso, no documento n.º 52 contido no Apêndice A (Documentos Gerais sobre o ICOMOS, 1981-1983) é citado o nome de Ahmed Smaoui⁵¹, que proferiu uma comunicação intitulada “Turismo e Patrimônio”, a qual teria sido elogiada por Michel Parent, presidente do ICOMOS entre os anos de 1981 a 1987. Parent atuou também como um dos *experts* da Unesco e como membro do Comitê do Patrimônio Mundial, sendo alguém influente dentro de ambas as instituições.

Em 1976, ano da promulgação da Carta do Turismo Cultural e da Recomendação de Nairóbi, Ahmed Smaoui foi um dos conferencistas de um seminário promovido pela Unesco e pelo Banco Mundial em Washington, EUA, intitulado “Turismo: passaporte para o desenvolvimento?”. Os textos de tal evento foram

⁵⁰ Essa fala foi expressa na Conferência de Encerramento do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, ocorrido em agosto de 2018 na Univille. Sua apresentação tinha como título: “As lutas do patrimônio mundial: fazer a guerra por outros meios”.

⁵¹ Ahmed Smaoui é um político tunisiano que estudou Geografia em Sorbonne, Paris, e também foi secretário de Turismo na Tunísia, tendo publicado alguns textos no decorrer de sua carreira. Nasceu em 1939, e, atualmente, tem 80 anos.

publicados em 1979, em um livro organizado por Emanuel de Kadt com o mesmo nome do evento. As discussões do evento giraram em torno, principalmente, de espaços localizados nesses países. Novamente, a pergunta: seria esta uma forma da Unesco de colonizar o mundo por outros meios?

No documento n.º 52 da listagem do Apêndice A, Ahmed Smaoui afirma que

Turismo e patrimônio são duas palavras complementares, apesar de sua aparente antinomia. Devido à ausência de deficiências abrangentes de planejamento e infraestrutura, recomenda-se a avaliação de necessidades e recursos e a integração do patrimônio no processo socioeconômico. Conforme as recomendações que foram aprovadas pelos participantes, o Sr. Parent, no encerramento do seminário, presta homenagem à vontade e aos esforços da Tunísia em preservar a presença das marcas da história. (ICOMOS, General Documents About ICOMOS, 1981-1983, p. 32, tradução minha).

Mas por que a escolha pelo turismo como prática de desenvolvimento econômico em detrimento de outros setores da economia que também poderiam se associar ao patrimônio? Havia muitos questionamentos em relação à combinação entre patrimônio e turismo, em função deste gerar maiores impactos sociais e culturais aos bens patrimoniais do que outras possíveis opções do setor de economia. De acordo com Kadt (1984), vários fatores justificam a escolha pelo turismo:

Um aspecto importante do turismo é que ele é diferente de outras potenciais atividades de exportação: o consumidor final dos bens e serviços vai até o país exportador ao invés de ter a maioria dos bens e serviços entregues a ele em casa. Uma análise da economia do turismo exige, portanto, uma atenção mais cuidadosa ao transporte e aos acordos de marketing em comparação à maioria das outras exportações. E acredita-se que a própria presença de estrangeiros no país exportador gera efeitos sociais significativos [...]. Além disso, não existe, à rigor, algo como uma “indústria do turismo”, como as indústrias corriqueiras (construção, aço, agricultura). Em vez disso, os turistas compram mercadorias e serviços de uma variedade de indústrias [...]. (KADT, 1984, p. x, tradução minha).

Justamente por causa desse suposto aspecto importante do turismo que ocasiona este deslocamento do consumidor de seu país ou localidade de origem até outros espaços e/ou fronteiras é que percebeu-se no patrimônio uma oportunidade de negócio, uma vez que o consumidor estrangeiro viaja à procura de consumo, não só de produtos físicos, mas à procura de consumos que proporcionem a ele uma experiência a qual não é possível obter na região onde vive.

Ademais, o Banco Mundial e a Unesco enxergaram a oportunidade de colonizar o mundo por outros meios quando notaram que os lucros e toda a movimentação

financeira que o turismo, como uma atividade de exportação, gera, além de poder favorecer o desenvolvimento de países que ainda estão no processo de se tornarem desenvolvidos.

De acordo com Katsoni *et al* (2017), o turismo se tornou um dos maiores setores em várias economias locais justamente por causa da sua crescente participação na distribuição de renda e, também, às oportunidades criadas que resultaram em *upgrades* nas perspectivas de desenvolvimento local. Em se tratando do desenvolvimento do turismo, este se tornou “um dos principais caminhos políticos rumo ao desenvolvimento regional, baseando-se amplamente nos impactos positivos do turismo em motivar processos de desenvolvimento regional, criação de renda, empreendedorismo, etc” (KATSONI *et al*, 2017, p. xiii, tradução minha).

Em suma, até onde a bibliografia e as fontes primárias pesquisadas na Unesco nos levam a saber, a ideia de desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970, principalmente no âmbito da Organização, imbrica-se com fatores econômicos e sociais, como expresso na 16ª Conferência Geral da Organização, em 1970. A ideia prevista em tal janela temporal era a de que o desenvolvimento deveria ser levado aos países considerados em vias de desenvolvimento em parceria com projetos turísticos, os quais trariam benefícios socioeconômicos.

Sendo assim, incentivos a projetos turísticos foram sendo ligados a monumentos e sítios, os quais tinham potencial de se tornarem renomados atrativos turísticos, e, através disso, gerarem receitas e desenvolvimento para a região onde estavam inseridos. Os casos listados na documentação da Unesco de países onde o incentivo a projetos de desenvolvimento ligados ao turismo patrimonial referem-se a países considerados em desenvolvimento. Todavia, quando os documentos relatam sobre casos onde há preocupação com as consequências socioculturais que a atividade turística pode vir a causar, os países em questão são, em regra, aqueles considerados desenvolvidos.

Tais problematizações a respeito das questões envolvendo os interesses e os interessados na aproximação entre desenvolvimento, patrimônio e turismo, serão explicitadas de forma mais intensa e detalhada no tópico a seguir.

3.2 DESENVOLVIMENTO DO QUE E PARA QUEM?

No que diz respeito ao contexto de criação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, as investigações e pesquisas feitas até aqui revelaram que não há uma regularidade ou um padrão de conduta quando o assunto engloba turismo, patrimônio e desenvolvimento. Há casos em que tal imbricamento foi concebido pela Organização e por seus gestores como algo benéfico para o patrimônio, assim como há casos em que o turismo foi perspectivado como um vilão do patrimônio. É importante salientar que tal relação não está sendo aqui considerada como dualista e binária, mas sim, ambivalentes de sentido.

Nos casos em que os efeitos do turismo patrimonial eram vistos como positivos, debatia-se no interior da Unesco as possibilidades de desenvolvimento econômico para uma determinada região, a oportunidade de se intensificar a movimentação de fluxos comerciais em torno do patrimônio, assim como o fato de se permitir aos Estados Membro daquela Organização melhor financiarem e/ou manterem a conservação e preservação de seus monumentos e sítios.

Por outro lado, o fluxo excessivo de turistas era vislumbrado por alguns atores que atuavam dentro da Unesco como danoso ao patrimônio por, presumidamente, causar a destruição do sítio, bem como por causar possíveis mudanças que ameaçariam os valores socioculturais do local, tais como a perda de seus supostos significados essenciais de sua integridade ou autenticidade.

No Programa e Orçamento Aprovados para 1971-1972, publicado pela Unesco em 1971, há uma seção específica a respeito de um programa interno da Organização chamado de Programa Operacional para a Preservação e o Desenvolvimento de Sítios e Monumentos. O orçamento para as Despesas Gerais do Programa era de US\$572.000,00, enquanto que para a Assistência Técnica eram destinados US\$258.100,00. Ademais, US\$300.000,00 era o valor que o Fundo Especial podia contar para o biênio em questão. Mas o que chama a atenção neste excerto que trata sobre tal Programa são os projetos mencionados, os quais são voltados ao desenvolvimento do turismo cultural.

Segundo a resolução do Programa Operacional,

O Diretor Geral está autorizado a ajudar os Estados Membro, mediante solicitação, em operações diretas para a preservação e difusão de sítios, monumentos e obras de arte de especial significado: (a) cooperando na

realização de pesquisas e na elaboração de inventários de sítios e monumentos a serem preservados; (b) mobilizando assistência internacional para contribuir com a preservação de Borobudur, na Indonésia; Mohenjo Daro, no Paquistão; e Philae, na República Árabe Unida; (c) ajudando na preservação de sítios, monumentos e obras de arte envolvidos em projetos focados no desenvolvimento do turismo cultural (UNESCO, Approved Programme and Budget for 1971-1972, p. 300, 1971, tradução minha).

Percebe-se uma ação intencional que parte do Diretor Geral da Unesco (René Maheu) para os Estados Membro da Organização, cujo objetivo parecia ser tentar preservar e difundir sítios, monumentos e obras de arte de caráter significativo para a humanidade. Esses devem estar, preferencialmente, relacionados a projetos que deem ênfase ao desenvolvimento do turismo cultural. Na continuação do documento, não há uma explicação do porquê quer se incentivar esse movimento de aproximação dos monumentos, sítios e obras de arte ao desenvolvimento do turismo cultural. Contudo, por vezes, tal relação era motivada em função de interesses econômicos envolvidos em tais empreendimentos. Ademais, os países listados no item “b” da citação, são países considerados periféricos e/ou em desenvolvimento, ou seja, possuíam atenção especial da Unesco, que buscava criar tais projetos e programas de desenvolvimento do turismo a partir do patrimônio, notadamente, em países que estavam em tal condição socioeconômica.

Ainda no documento sobre o Programa e Orçamentos Aprovados para o biênio de 1971 e 1972, expõe-se uma das respostas à pergunta: desenvolvimento do que?

Será provida assistência aos Estados Membro, mediante solicitação, de serviços prestados por *experts*, bolsas de estudo e cessão de equipamentos, com o intuito de preservar, difundir e desenvolver seus respectivos patrimônios culturais. Atenção especial será dada aos pedidos de assistência que tenham como objetivo desenvolver pesquisas ou inventariar sítios e monumentos; organizar festivais artísticos; e desenvolver o turismo cultural. [...]. A Unesco atua como agência executora do projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [UNDP] que visa a conservação de monumentos e sítios focados no desenvolvimento do turismo cultural (UNESCO, Approved Programme and Budget for 1971-1972, 1971, p. 304, tradução minha).

É interessante notar que os pedidos de ajuda vindos dos Estados Membro, que tenham como objetivo desenvolver o turismo cultural ganhariam uma “atenção especial”. Essa afirmação vai ao encontro de uma citação exposta nesta dissertação, que estava contida no Rascunho do Programa e Orçamento para 1973-1974, e que afirma que o “Diretor Geral está autorizado a promover a preservação e difusão de sítios, monumentos e paisagens representativas das civilizações da humanidade,

particularmente aquelas que contribuem para o desenvolvimento do turismo” (UNESCO, Draft Programme and Budget for 1973-1974, 1972, p. 1974, tradução minha).

A conservação e preservação de sítios, monumentos e patrimônios esteve, recorrentemente, presente no discurso da Unesco neste período dos anos de 1960 a 1980. Todavia, tal discurso está intrinsecamente conectado a expectativas de que o patrimônio seja um recurso de desenvolvimento por meio do turismo cultural.

No Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização em 1971, também há menção de projetos de incentivo à preservação e ao desenvolvimento do patrimônio cultural. De acordo com o documento, os Estados Membro da Unesco deveriam contribuir no processo de desenvolvimento de museus, bem como na apresentação, difusão e desenvolvimentos de seus respectivos patrimônios culturais. Além disso, outro ator envolvido nessa conjuntura foi, novamente, o UNDP, que apoiou projetos de incentivo e desenvolvimento do turismo cultural em El Salvador, no Ceilão, na Indonésia, em Bali e também no Irã (conforme documento n.º 8 do Apêndice A).

Além desses países, a Colômbia também foi uma das nações incluídas nesse projeto de assistência aos Estados Membro da Unesco e que tem como objetivo auxiliá-los no desenvolvimento de museus e na preservação, difusão e desenvolvimento de seus respectivos patrimônios culturais. Segundo o Relatório do Diretor Geral de 1971,

Em dezembro, um arqueólogo começou uma missão de três meses com o intuito de estudar a localidade de San Agustín, a qual está cotada para ser incluída em um circuito de turismo cultural colombiano e, subsequentemente, em um circuito [de turismo cultural] que abrangerá toda a região dos Andes (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1971, 1972, p. 157, tradução minha).

No início da década de 1970 a região andina era perspectivada pela Unesco como tendo potencial para alocar projetos de turismo cultural. Atualmente, San Agustín é considerado um bem de caráter cultural que engloba a Lista do Patrimônio Mundial⁵².

⁵² San Agustín passou a ser incluído na Lista no ano de 1995, 17 anos após a primeira nomeação de bens a serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial. Para isto, ver *San Agustín Archeological Park*, disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/744>>. Acesso em: 14 dez 2019.

Em se tratando da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco de 1972, essa se refere explicitamente ao turismo apenas uma vez em seu texto, no Artigo 11, quando o assunto tratado diz respeito à Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Segundo a Convenção, nessa Lista deveriam ser incluídos apenas “os bens do patrimônio cultural e natural sob a ameaça precisa e grave, com o risco de desaparecimento devido à degradação acelerada, empreendimentos de grande porte públicos ou privados, desenvolvimento urbano e turístico acelerados [...]” (UNESCO, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972, p. 7). Sendo assim, em 1972, quando a Convenção foi promulgada, havia uma preocupação explícita por parte da Unesco de que o desenvolvimento acelerado do turismo viesse a causar impacto nos bens patrimoniais a ponto de ser a razão (ou uma das razões) pela qual um sítio tivesse que ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

Mas qual a relação entre o status de patrimônio mundial e o turismo? Como já analisado anteriormente, a nomenclatura de patrimônio mundial confere ao sítio em questão um status sem precedentes, o qual contribui para o aumento do fluxo de turistas em tal localidade. Para Francesco Bandarin, diretor do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco entre os anos de 2000 a 2010, “a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial não apenas confere ao bem reconhecimento em se tratando de conservação, mas também eleva o patamar do sítio e estimula a demanda turística” (BANDARIN, 2005, p. v., tradução minha).

Sobre essa relação entre a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial e sua conseqüente elevação de patamar e desenvolvimento da demanda turística, o Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização em 1974, contempla um exemplo de casos onde ocorre tal processo. O documento em questão trata sobre a assistência aos Estados Membro para a conservação e difusão do patrimônio cultural, além de listar diversos países e, subsequentemente, a ajuda que seria a eles fornecida pela Unesco. O caso que chama atenção neste trecho do documento diz respeito ao Peru:

Cinco *experts* estão trabalhando no projeto de preservação e difusão de sítios e monumentos na área de Cuzco / Machu Picchu. Um *expert* associado (arqueólogo) da Holanda está participando do projeto, bem como um grupo de jovens arquitetos. Equipamentos, incluindo uma câmera fotogramétrica e bolsas de estudo, também foram fornecidos pelo UNDP. O Plano Diretor deste projeto exige não apenas a preservação e difusão de sítios e

monumentos (coloniais dos Inca e espanhóis), mas também a construção e melhoria de hotéis, comunicações, etc., necessários ao turismo. O custo total do projeto é estimado em US\$ 72,4 milhões e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) emprestou US\$ 29,3 milhões nesse sentido. US\$5,48 milhões do total serão utilizados para a conservação e restauração de sítios e monumentos (Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1974, 1974, p. 156, tradução minha).

Nesse caso expresso na citação, é possível compreender que a assistência oferecida pela Unesco aos seus Estados Membro para a conservação e difusão do patrimônio cultural estava mais voltada a interesses econômicos do que os próprios interesses de preservação e conservação dos bens patrimoniais. Isso se comprova, também, nos valores incluídos no final da citação, em que, dos US\$72,4 milhões totais que o projeto iria custar, apenas US\$5,48 seriam destinados para a conservação e restauração dos sítios e monumentos, ou seja, 7,56% dos custos totais do projeto.

Além disso, as intenções de investimentos eram voltadas a todo o empreendimento, incluindo hotéis, melhorias em aparatos de comunicação, entre outros, deixando nítido que o desenvolvimento, neste caso, era do projeto turístico, com o intuito de gerar crescimento econômico e lucro para as instituições envolvidas no projeto. Ademais, a cidade de Cuzco e o Santuário Histórico de Machu Picchu foram reconhecidos patrimônios mundiais pela Unesco desde 1983, isto é, cinco anos após o reconhecimento, por parte da mesma Entidade, dos 12 primeiros bens como patrimônio mundial.

A partir dessa análise, seria possível pensar, então, que o reconhecimento de patrimônios mundiais se valia do Discurso Autorizado do Patrimônio, mas era impulsionado pela maquinaria econômica da Organização, ao passo que se associava, do mesmo modo, ao turismo. No mesmo sentido, entende-se que os projetos e/ou programas de desenvolvimento turísticos associados ao patrimônio que eram incentivados no bojo da Unesco deveriam culminar no seu reconhecimento como patrimônio mundial.

No Rascunho do Plano de Médio Prazo da UNESCO para os anos de 1977 a 1982, que foi publicado em 1976 durante a 19ª Sessão da Conferência Geral da Organização, realizada em Nairóbi, há uma seção no capítulo VII do documento que trata da promoção da preservação e difusão do patrimônio cultural e natural da humanidade. No trecho em questão, estão contidos alguns princípios básicos que constituem ações efetivas no processo de desenvolvimento da preservação e difusão do patrimônio cultural e natural. Conforme a minuta do documento:

[...] a preservação e a difusão do patrimônio cultural e natural não devem ser vistas como medidas que beneficiam apenas os países diretamente envolvidos. O prestígio internacional de certos monumentos e sítios históricos ou de certos parques nacionais, sua importância como atrações turísticas e a preocupação sentida em todo o mundo quando estes são ameaçados por desastres naturais ou por ações humanas [...], todos esses são tantos indícios de que não é mais no nível puramente nacional, mas no nível mundial que o patrimônio cultural e natural das diferentes nações devem ser vistas como o patrimônio comum da humanidade, garantindo medidas para salvaguardar seu futuro e garantir sua sobrevivência (UNESCO, Draft Medium-Term Plan (1977-1982), 1976, p. 267, tradução minha).

Esse incentivo à ideia de que o patrimônio não é mais pertencente apenas ao país que o aloca, mas a toda a humanidade, tem como mola propulsora o desenvolvimento do turismo, na medida em que um cidadão de determinado país, supostamente, desejará visitar um patrimônio considerado como mundial que fica em um país diferente do seu por entender que tal patrimônio também pertence a si mesmo. Além disso, é possível perceber na citação acima que, em 1976, apenas quatro anos após a promulgação da Convenção do Patrimônio Mundial, certos monumentos, sítios e parques nacionais poderiam figurar com importância para atração de turistas.

O incentivo ao desenvolvimento do turismo por meio da preservação e difusão do patrimônio cultural e natural também é registrado no Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização de 1969, quando este afirma que “um *expert* foi enviado para aconselhar sobre um programa para o desenvolvimento do turismo cultural no norte da Índia” (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1969, 1969, p. 112, tradução minha), e também quando cita o caso do Irã, em que “vários *experts* realizaram missões no país para estabelecer programas para a restauração de monumentos individuais no âmbito do projeto especial iraniano para o desenvolvimento do turismo cultural” (UNESCO, Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1969, 1970, p. 112, tradução minha).

Do mesmo modo, o Programa e Orçamento Aprovados da Unesco para 1971-1972 também indica algumas possíveis respostas às perguntas que levam o título deste tópico. Na seção sobre o Programa Operacional para a Preservação e o Desenvolvimento de Sítios e Monumentos, que se encontra no capítulo sobre Ciências Humanas, Ciências Sociais e Cultura, há um tópico descrevendo o plano de trabalho de tal Programa. Nesse trecho em específico, há a seguinte resolução a respeito de

Mohenjo Daro, no Paquistão⁵³: “O Secretariado continuará a ajudar o governo [paquistanês] no planejamento e execução de trabalhos para a conservação deste sítio e seu desenvolvimento como atração turística” (UNESCO, Approved Programme and Budget for 1971-1972, 1971, p. 301, tradução minha).

Até aqui é possível inferir que, no âmbito da Unesco, principalmente entre as décadas de 1960 a 1980, a ideia de desenvolvimento está associada a programas e/ou a projetos que envolvem o turismo cultural, utilizando o patrimônio como um recurso para tais empreendimentos. Ademais, conforme bibliografia e as fontes primárias acionadas anteriormente, nota-se, também, uma intrínseca relação entre desenvolvimento econômico, turismo e patrimônio. Essa tríade foi utilizada pela Unesco, principalmente, naqueles países considerados em desenvolvimento, com o intuito de levar o desenvolvimento até esses países, e, assim, colonizar o mundo por outros meios.

Entretanto, volta-se à pergunta já feita outrora: a Unesco, uma Organização voltada a questões relativas à educação, ciência e cultura, o que tinha a ver com o desenvolvimento econômico? Incomodada com o mesmo questionamento, Cecília Ribeiro (2016), em seu artigo intitulado “Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico”, explica como se deu o início dessa aproximação entre a Organização e o desenvolvimento econômico. Segundo a autora, tal relação teve início com um maior interesse, por parte da Unesco, em questões envolvendo a cultura logo nos anos iniciais de sua história. Mais especificamente, em 1950, a Organização passou a contar com o Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas, voltado aos países subdesenvolvidos. A partir daí, a Unesco contou com um aumento significativo em seu orçamento,

possibilitando, ao mesmo tempo, ações mais arrojadas, mas também o compromisso destas com o desenvolvimento econômico. Essa mudança se referia, principalmente, à orientação das ações da Unesco para o plano cultural, que ganhou fôlego durante a gestão de Maheu como sexto Diretor-Geral [da Unesco, atuando de 1961 a 1974 nesse cargo]” (RIBEIRO, 2016, p. 2).

⁵³ As Ruínas Arqueológicas de Mohenjo Daro, no Paquistão, foram construídas no terceiro milênio a. C., e incluídas na Lista do Patrimônio Mundial em 1980, terceiro ano de nomeação de bens considerados patrimônios mundiais. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/138>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

Esse Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas tinha como uma de suas ações principais a concessão de bolsas de estudo e assessoramento técnico a países em desenvolvimento. Para a autora, “a criação do Programa foi marcante para um novo direcionamento das ações da Unesco em prol da combinação do seu viés intelectual com o operacional” (RIBEIRO, 2016, p. 3).

A Organização viu nas discussões a respeito de saberes e técnicas um instrumento de transformação de realidades e de sociedades. Nesse âmbito, “os acordos de cooperação e assistência técnica eram voltados para os chamados países mais pobres, atrasados, em vias de desenvolvimento, subdesenvolvidos [...], a partir da formação técnica e do financiamento internacional” (RIBEIRO, 2016, p. 3). A autora ainda afirma que essa dualidade entre países pobres e ricos era, realmente, enfatizada e explicitada nas discussões da Organização.

Na década de 1960, portanto, a assistência técnica era vista como um instrumento de promoção do desenvolvimento, e que poderia contribuir para a modernização dos países subdesenvolvidos.

A assistência técnica se caracterizava por duas frentes de ação, que por vezes se cruzavam: a difusão da ideia de planejamento de longo prazo e a formação técnica como fator de promoção, de uso racional de recursos e de efeito multiplicador. Essas duas frentes assumiram um lugar privilegiado nas discussões, nos meios e nas metas sobre o tema, sendo o caminho para um almejado desenvolvimento ou para a superação do subdesenvolvimento (RIBEIRO, 2016, p. 3).

Sendo assim, a assistência técnica era oferecida, por vezes, através das missões, onde eram enviados *experts*, ou seja, uma equipe considerada qualificada pela Unesco, para suprir as necessidades relacionadas a questões culturais dos países requerentes da assistência (RIBEIRO, 2016). Em diversos documentos da Organização já citados nesta dissertação constavam tais termos como “missão”, “*experts*” e “assistência técnica”, que eram relacionados a sítios, monumentos e/ou locais patrimoniais de caráter cultural. Algumas missões pontuais que a autora cita também foram destacadas no decorrer desta dissertação, como por exemplo as missões em Machu Picchu e as da Núbia. Essa última, segundo Ribeiro (2016), colocou em evidência as intenções de imbricamento entre a conservação de bens culturais e o turismo. Contudo,

[...] financiar projetos, programas, planos de conservação e a execução deles, estava além das possibilidades de países subdesenvolvidos, que tinham prioridades mais urgentes. Diante disso, a inserção do turismo em projetos, programas e planos foi apresentada como uma alternativa de retorno dos investimentos, de modo a viabilizar e estimular a conservação, tendo em vista os rendimentos e as vantagens futuras. Nesse contexto, e a partir de uma justificativa econômica, os bens culturais e sua conservação ganharam impulso e espaço nas discussões da Unesco. Esse impulso foi incrementado quando a assistência técnica passou a contemplar o turismo e a ser apoiado pela Unesco, sob a alcunha de 'turismo cultural' (RIBEIRO, 2016, p. 5).

Fica explícito que, para a Unesco, o uso dos sítios, monumentos e/ou patrimônios como um recurso para o turismo, principalmente nos países subdesenvolvidos. Esses, como não possuíam recursos em demasia para investir na conservação, preservação e restauro de seus bens culturais patrimoniais, se utilizaram do turismo para que este gerasse os recursos financeiros necessários para o custeio dos gastos com a manutenção patrimonial. Além disso, também fica claro como a Unesco começou a se interessar pelo desenvolvimento econômico e por que. A necessidade dos países supostamente atrasados se tornou uma oportunidade para a Unesco ampliar o escopo de suas atuações na área da cultura, incluindo o turismo nesse processo e gerando desenvolvimento econômico para os países que dele necessitavam.

Todavia, para quem é incentivada a relação entre turismo, patrimônio e desenvolvimento? De acordo as citações dos documentos obtidos nos Arquivos da Unesco que explicitavam valores reais, a maior parte dos investimentos destinados à preservação e difusão do patrimônio cultural em conexão com a promoção do turismo eram direcionados para construção e melhorias na infraestrutura turística do bem em questão, enquanto que os recursos destinados para o restauro, a conservação e a preservação dos sítios eram uma pequena parcela dos valores totais arrecadados para tais projetos.

Além disso, desde a década de 1960 a Unesco já perspectivava interesses na aproximação entre patrimônio e turismo, com o intuito de gerar desenvolvimento e crescimento econômico. Contudo, como comprovam os orçamentos dos programas e projetos turísticos que a Organização incentivou, a salvaguarda patrimonial e os interesses da comunidade local onde o bem estava situado eram considerados em um grau de importância menor do que os interesses em gerar crescimento econômico utilizando o patrimônio como um recurso para o turismo.

Para Prats (2011), existem 3 casos em que há viabilidade turística do patrimônio. São eles: (a) nos casos em que há demanda suficiente de turistas para justificar toda a infraestrutura turística construída; (b) em casos com uma atração turística menor, mas que o patrimônio está localizado perto de grandes metrópoles; (c) quando os destinos turísticos são consolidados e bem-sucedidos, como por exemplo, o Museu do Louvre, em Paris. Em todos os casos, não se nota uma preocupação com a comunidade local onde o bem está inserido, pois não há uma contabilidade em relação aos impactos que o turismo patrimonial pode vir a causar em uma perspectiva local. A visão que se tem dos projetos turísticos é dos gestores de tais projetos, e não da comunidade a ser afetada por eles.

De acordo com Coriolano e Barbosa (2011), “as relações de poder na produção de espaços turísticos socialmente produzidos expressam contradições do modo de produção capitalista ou do espaço – mercadoria” (CORIOLANO; BARBOSA, 2011, p. 2). Isto é, o desenvolvimento perspectivado a partir da união entre patrimônio e turismo parte daqueles que detêm o poder de escolha e decisão, na medida em que tal aproximação supra seus próprios interesses. Na esteira desses acontecimentos, muitos debates são gerados, o que será objeto de análise no tópico a seguir.

3.3 DISPUTAS E CONFLITOS SOBRE A IDEIA DE TURISMO A PARTIR DO PATRIMÔNIO

O patrimônio mundial é reconhecido há muito como tendo significado para o turismo, ainda que o início e a natureza exata dessa relação estejam abertos para debate (HALL, 2001). Segundo Hall,

Como indicam os vários artigos e trabalhos de pesquisa sobre recreação turística, o patrimônio mundial é visto por alguns como voltado para as percepções ocidentais do patrimônio, além de ser um mecanismo útil para a promoção do turismo e do desenvolvimento regional. No entanto, a Convenção ainda é vista por muitos conservacionistas como um dos pináculos da conservação cultural e natural do mundo. Além disso, o turismo também é considerado uma justificativa valiosa para a conservação do patrimônio, onde outras atividades de desenvolvimento econômico podem significar sua destruição (HALL, 2001, p. 3, tradução minha).

Concordando com as Diretrizes de Gestão para Paisagens Culturais do Patrimônio Mundial da Unesco (2000), Hall (2001) enfatiza que o patrimônio mundial

é um útil mecanismo para a promoção do turismo. Assim sendo, é factível afirmar que a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural contribuiu (e ainda contribui), para moldar e mudar as políticas do turismo global. Além disso, o autor ainda diz que o turismo é usado como uma justificativa para conservar o patrimônio, ou seja, uma relação de ambivalência, em que o patrimônio é concebido como um recurso para o turismo.

A respeito das disputas e conflitos sobre a ideia de turismo a partir do patrimônio, o autor ainda reitera que a relação entre patrimônio, turismo e conservação é complexa, havendo “necessidade de ir além de estudos meramente descritivos para identificar as relações causais que afetam tanto a integridade do sítio patrimonial como a qualidade da experiência do visitante” (HALL, 2001, p. 3, tradução minha). Logo, não se pode afirmar que a relação entre patrimônio e turismo é totalmente benéfica para ambos os lados ou totalmente maléfica para os dois. Tampouco é possível dizer que tal relação é binária, dualista. Para tanto, é preciso discorrer sobre esse debate a partir de casos específicos, dados concretos e análise de discurso dos atores envolvidos no processo (visitantes, órgãos gestores, comunidade local).

Desde a década de 1960, a Organização já esboçava interesses na união entre turismo e patrimônio em prol do desenvolvimento econômico e de fins lucrativos, colocando assuntos como a própria salvaguarda dos bens e os interesses da comunidade local onde o bem estaria inserido em um grau de importância menor do que a geração de lucros através do uso do patrimônio como um recurso para o turismo.

Essa situação paradoxal que coloca em pauta as consequências da turistificação patrimonial e se ela é viável em se tratando da preservação e conservação do próprio sítio em si, é um dos debates que estão, notadamente, presentes no âmbito da Unesco quando o assunto envolve patrimônio, turismo e conservação.

Com o intuito de dar atenção especial aos sítios considerados frágeis e com possibilidades reais de serem destruídos ou de se tornarem ainda mais fragilizados, a Unesco criou a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo⁵⁴. Atualmente (2020), dos 1.121

⁵⁴ *List of World Heritage in Danger*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/danger/>>. Acesso em: 07 jan. 2020. E *World Heritage in Danger*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/158/>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, 53 deles também fazem parte da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. De acordo com Cameron e Rössler (2013), essa última lista é um componente chave para todo o sistema de proteção do patrimônio mundial, e quem define se um sítio necessita englobar a lista dos bens em perigo é o Comitê do Patrimônio Mundial, com base no que os próprios Estados Membro da Organização informam para o Comitê.

A Lista do Patrimônio Mundial em Perigo foi criada em 1972 no próprio texto da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, mais especificamente, no Artigo 11. E, é exatamente nela que se encontra a única menção explícita ao turismo na Convenção do Patrimônio Mundial:

O Comitê estabelece, atualiza e divulga, cada vez que as circunstâncias assim o exigirem, sob o nome de “Lista do Patrimônio Mundial em Perigo”, os bens que figuram na Lista do Patrimônio Mundial, cuja salvaguarda exige intervenções importantes e para os quais foi solicitada assistência nos termos da presente Convenção. [...]. Nela figurarão apenas os bens do patrimônio cultural e natural sob ameaça precisa e grave, com o risco de desaparecimento devido a degradação acelerada, empreendimentos de grande porte públicos ou privados, desenvolvimento urbano e turístico acelerados, destruição devida a mudanças de uso, alterações profundas por causas desconhecidas, [...] (UNESCO, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972, p. 7).

Nesse sentido, em 1972 já existia a preocupação, por parte da Unesco, de que a atividade turística acelerada poderia vir a causar impactos negativos para o estado de conservação do patrimônio. Ademais, ainda que não de forma explícita, em outras partes da Convenção pode-se sugerir que a preocupação com o turismo e com suas consequências para o bem patrimonial estejam presentes no decorrer do texto, como por exemplo quando se afirma que a “degradação ou o desaparecimento de um bem cultural e natural acarreta o empobrecimento irreversível do patrimônio de todos os povos do mundo” (UNESCO, Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972, p. 2). Tal degradação poderia vir a ser causada pelos efeitos do turismo, principalmente aquele considerado de massa.

Os debates que colocam em pauta, de um lado, a integridade e conservação do bem, e de outro, a abertura a políticas turísticas nos patrimônios ganharam potência com o passar do tempo e ocupam um lugar central nas discussões que envolvem turismo e patrimônio. Com o advento da Convenção do Patrimônio Mundial, tais debates se intensificaram e cresceram de maneira significativa, pois, através da

criação da Lista do Patrimônio Mundial, houve crescente movimentação de turistas em busca da experiência de visitar um local com a chancela de patrimônio mundial da Unesco. Em se tratando dos impactos que a Convenção de 1972 trouxe à tona, Cameron e Rössler (2013) afirmam que:

À medida em que as décadas iam passando, os pontos fracos e os pontos fortes da Convenção do Patrimônio Mundial ficaram mais claros. Do lado positivo, a Convenção contribuiu para um extraordinário diálogo internacional sobre as questões do patrimônio, promovendo uma nova compreensão tanto da teoria quanto da prática patrimonial. Por outro lado, falhas no processo de inscrição, fundos [monetários] insuficientes para um robusto programa de cooperação internacional, ameaças da urbanização e do turismo em massa, bem como incidentes políticos, foram lembretes preocupantes de que uma reforma era necessária (CAMERON; RÖSSLER, 2013, p. 221, tradução minha).

Sob o olhar das autoras, o turismo patrimonial em massa é uma das consequências negativas que a criação da Convenção e, conseqüentemente, da Lista do Patrimônio Mundial ocasionaram. Na mesma direção, Cameron e Rössler (2013) também afirmam que, durante a primeira década do século XXI, o turismo, gradualmente, começou a ser visto como um ponto negativo para a conservação de sítios do Patrimônio Mundial. De acordo com as autoras, nos primeiros anos da implementação da Convenção, essa questão das ameaças que o turismo poderia causar aos bens patrimoniais não era um assunto que preocupava os *experts* da Unesco, até porque os problemas que envolviam patrimônio e turismo eram bastante raros naquele contexto.

Frey e Steiner (2011) também concordam que a popularidade causada pela chancela do Patrimônio Mundial da Unesco contribuiu para o aumento do fluxo de turistas nos sítios patrimoniais, gerando impactos negativos para a conservação do bem. Segundo os autores, o conflito existente entre a proteção do patrimônio e o desenvolvimento do turismo é amplamente discutido. O desgaste causado pelo alto número de visitantes é identificado, frequentemente, como sendo a maior ameaça aos locais de patrimônios mundiais, principalmente aqueles em que não são cobradas taxas de entrada, como, por exemplo, a cidade de Veneza, na Itália. Algumas possíveis soluções para suavizar essa relação um tanto conturbada, seria “mostrar réplicas, fechar as partes mais ameaçadas do sítio, ou ainda, oferecer rotas alternativas em vez de permitir que os visitantes circulem pelo bem patrimonial” (FREY; STEINER, 2011, p. 564, tradução minha).

Lynn Meskell (2018), em seu livro intitulado “Unesco: um futuro em ruínas”, critica diversas ações que a Organização tomou nesses quase 75 anos de história. Segundo a autora, a Convenção de 1972 é considerada um fracasso em função de diversos aspectos. Contudo, ela pontua a pouca representatividade da Lista (como visto, quase 50% dos bens inscritos na Lista estão na Europa e na América do Norte) como um dos principais insucessos que a Convenção do Patrimônio Mundial gerou. Meskell (2018) reitera que as boas intenções de solidariedade global em torno do reconhecimento de um patrimônio compartilhado, universal e comum para o qual todas as sociedades contribuem acarretou um resultado medíocre.

Ademais, outra crítica que a autora faz à Organização diz respeito à crescente indústria do turismo global, a qual a Unesco havia promovido como meio de vincular cultura e desenvolvimento. “[...] o turismo estava cobrando seu preço em locais do Patrimônio Mundial, como Veneza. Com um contexto profundamente alterado nas décadas seguintes a 1972, o Patrimônio Mundial também estava se expandindo além do domínio da conservação” (MESKELL, 2018, p. 74, tradução minha).

Outra disputa que a relação entre patrimônio e turismo pode gerar tem a ver com a comunidade local onde o bem está inserido. Casos internacionalmente emblemáticos, como, por exemplo, o do *Uluru Kata-Tjuta National Park*, em que os turistas tinham atitudes que desagradavam a comunidade local que ali vivia, são recorrentes. Por vezes, os benefícios causados pelo aumento da circulação de turistas em determinada região acabam sendo menores do que os malefícios advindos com a turistificação patrimonial.

Outro caso muito significativo em que há descontentamento por causa das consequências que o fluxo de turistas acarreta para o patrimônio, a Unesco, por meio do Relatório do Centro do Patrimônio Mundial de 1979, registrou a consternação, por parte de conservacionistas, de que o Parque Nacional do Grand Canyon⁵⁵ estaria sujeito a má condutas de conservação e possível degradação em função do significativo volume de visitantes que passavam pelo Parque:

Os conservacionistas argumentam que o caráter selvagem do parque está sendo destruído pelo uso excessivo de visitantes (National Geographic, julho de 1978). Há poucas dúvidas de que o uso excessivo de visitantes possa ter

⁵⁵ O *Grand Canyon National Park* fica nos EUA e foi incluído na Lista do Patrimônio Mundial em 1979. Considerado um patrimônio mundial natural, o Grand Canyon foi esculpido pelo rio Colorado e tem quase 1500 metros de profundidade, sendo considerado o desfiladeiro mais espetacular do mundo. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/75>>. Acesso em 08 jan. 2020.

impacto em alguns dos sistemas biológicos do Canyon - eles não afetarão seu caráter como Patrimônio Mundial (UNESCO, WHC – Relations IUCN/ICOMOS, 1979, p. 30, tradução minha).

A partir deste trecho podemos comparar duas visões divergentes a respeito da circulação de turistas em um determinado bem. Por parte dos conservacionistas do *National Geographic*, uma organização que procurava valorizar e proteger os bens naturais do Planeta, o excesso de turistas no Parque, no final da década de 1970, era motivo de consternação. Por outro lado, na visão da Unesco, os impactos gerados ao sítio por causa do excessivo fluxo de visitantes seriam mínimos e não iriam interferir na integridade do bem reconhecido como patrimônio mundial.

Nesse sentido, no contexto de criação da Convenção de 1972 e nos primeiros anos de sua implementação, a Unesco incentivava a relação entre patrimônio e turismo. No Programa e Orçamento Aprovados para 1971-1972, na seção sobre o Programa Operacional para a Preservação e o Desenvolvimento de Sítios e Monumentos, constam algumas ações que o Diretor Geral da Organização à época estava autorizado a tomar. Entre essas ações, lê-se que René Maheu estaria autorizado a ajudar os Estados Membro em operações que tinham como premissa preservar e difundir sítios e monumentos, inclusive os “projetos focados no desenvolvimento do turismo cultural” (UNESCO, Approved Programme and Budget for 1971-1972, 1971, p. 300, tradução minha).

Outro exemplo em que a Unesco investiu seus esforços e recursos na promoção do turismo patrimonial, não demonstrando se importar com quaisquer disputas e conflitos sobre a ideia de turismo a partir do patrimônio, aconteceu, também, em 1971, como consta no Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização. De acordo com o documento:

Um funcionário do Secretariado e um *expert* da Unesco participaram de uma missão do Banco Mundial para preparar um projeto de desenvolvimento turístico no vale de Bamiyan [Afeganistão] e em uma área no norte do país [...]. Este projeto, que prevê o financiamento de várias restaurações e melhorias na área arqueológica de Bamiyan, será submetido ao Banco Mundial no início de 1972 (Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1971, 1972, p. 159, tradução minha).

A partir desse trecho, fica ainda mais clara e explícita a relação mantida entre o Banco Mundial e a Unesco para investirem em projetos de desenvolvimento turístico, notadamente, em países subdesenvolvidos. Com isso, através de tais

projetos e investimentos, além de garantir a salvaguarda patrimonial, os recursos gerados com a movimentação de turistas iria, supostamente, abater os gastos com diversas restaurações e melhorias em áreas de caráter arqueológico da região de Bamiyan, no Afeganistão. Neste caso, também “mata-se dois pássaros com uma só pedra”, como exposto através da fala de René Maheu, contida no Relatório do Diretor Geral sobre as Atividades da Organização em 1972.

Por outro lado, no Programa e Orçamento Aprovados para 1973-1974, publicado em 1972 pela Unesco, há um adendo que não havia nos dois documentos citados anteriormente:

O Diretor-Geral está autorizado a promover a preservação e difusão de locais, monumentos e paisagens representativos das civilizações da humanidade, levando em consideração suas possíveis contribuições para o desenvolvimento do turismo, não deixando de lado a importância de impedir que o turismo cause estragos ao meio ambiente onde os sítios e monumentos estão localizados (Approved Programme and Budget for 1973-1974, 1972, p. 322, tradução minha).

Evidencia-se, nesse trecho, uma preocupação, já em 1972, com os impactos que o turismo poderia causar não apenas para os sítios e monumentos em si, mas também ao meio ambiente que os rodeava. Mesmo com tal consternação, o incentivo à inclusão do turismo nos debates sobre patrimônio ainda se mostravam presentes.

No Relatório da 19ª Sessão da Conferência Geral da Unesco de 1976, também é possível delinear algumas disputas que envolvem patrimônio e turismo. Nesse caso, o documento registra um descontentamento em relação ao aumento do número de turistas, pois isso tende a contribuir com o tráfico ilícito de bens. Segundo o Relatório, o interesse da população em geral sobre os bens culturais expandiu consideravelmente nos anos anteriores a 1976, o que levou a um aumento no número de museus, na importação de obras de arte e na circulação de turistas em lugares que dispõem de aparelhos/bens culturais como forma de atrativo. Na sequência, o documento ainda afirma que:

[...] a década de 1970 está testemunhando roubos de bens culturais em uma escala sem precedentes na história. Enquanto antigamente o roubo de arte era largamente cometido por furtividade, o assalto à mão armada à luz do dia agora é comum. [...] Assim, até que os objetos roubados acabem nas mãos de alguém que se preocupa com o tratamento deles, eles correm sérios riscos de danos e até de serem desmembrados para venda como peças diferentes. O aumento constante dos preços e o rápido desenvolvimento do turismo contribuem para a multiplicação dos perigos que representam ladrões

furtivos, terroristas que buscam resgate ou turistas em busca de "souvenirs" (UNESCO, Records of the General Conference, Nineteenth Session, 1976, p. 2, tradução minha).

Por meio desse trecho, é possível perceber que os problemas com o turismo e sua aliança com o patrimônio vão além do que “apenas” a preocupação com a circulação excessiva de turistas e a conseqüente danificação ao patrimônio que isso pode causar. De acordo com o mesmo excerto, em 1976, considerava-se como sendo rápido o desenvolvimento do turismo, e por conta disso, favorecia-se a circulação ilegal de bens culturais.

Sendo assim, “a relação entre turismo e patrimônio permanece, depois de décadas conversando e escrevendo sobre ela, um mar de confusão” (PRATS, 2011, p. 250, tradução minha). Esse antropólogo também afirma que não existe como combinar duas lógicas tão diferentes, as de gestão patrimonial com as do setor empresarial turístico. Além disso, Prats (2011) completa que nem políticos, nem acadêmicos conseguem ser mediadores bem sucedidos nessa relação.

Nesse sentido, segundo Coriolano e Barbosa (2011), “o turismo, assim como as demais atividades econômicas, seleciona e promove a produção e transformação de espaços, de acordo com o jogo de interesses das classes sociais” (CORIOLANO; BARBOSA, 2011, p. 2). De acordo com os documentos primários analisados para esta pesquisa, os interesses priorizados nos projetos de desenvolvimento do turismo por meio do patrimônio são os interesses dos gestores patrimoniais e daqueles que detêm o Discurso Autorizado do Patrimônio. Para Prats (2011), a viabilidade turística é perspectivada, todavia, fica na mão de poucos. Esses poucos são, justamente, aqueles com poder de decisão.

Com essa perspectiva, as disputas e conflitos sobre a ideia de turismo a partir do patrimônio estão longe de ter um ponto final, uma vez que tal relação está continuamente em transformação e mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos capítulos desta dissertação algumas considerações parciais foram sendo apresentadas. De maneira geral, o esforço feito até aqui foi uma tentativa de produzir novas perspectivas e discussões a respeito de como a Unesco se posicionou à frente de situações que envolviam a aproximação entre patrimônio mundial, turismo e desenvolvimento. O presente trabalho, construído por meio de um diálogo entre fontes primárias e bibliografias de variados autores que estudam patrimônio e turismo, buscou trazer novas perspectivas a respeito da história institucional da Unesco, que, por vezes, é contada pela própria instituição e que deixa a desejar no quesito de problematizar algumas discussões potentes em seu âmbito, como por exemplo, a discussão que move esta dissertação.

Problematizar as relações paradoxais existentes entre patrimônio e turismo, principalmente no âmbito dessa Organização, historicizando sua trajetória e trazendo à tona as tensões de iniciativas para promover desenvolvimento econômico por meio do fomento ao turismo cultural, foi um trabalho desafiador em vários sentidos, sobretudo, em função do volume documental à disposição para análise, bem como das divergências de posicionamentos entre autores e atores envolvidos em tal processo. Contudo, um esforço necessário para a tentativa de construir uma história crítica a respeito da Unesco, tentando quebrar com certos paradigmas e estereótipos contados sobre a Organização e que não são críticos. Por isso também a importância da pesquisa nas fontes primárias, ou seja, da documentação digitalizada nos Arquivos da Unesco.

As investigações empreendidas para a consolidação desse trabalho foram uma união de duas instâncias principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Por meio dessa última, tornou-se possível se enveredar pelos bastidores da Unesco, descobrindo novas informações e costurando nelas análises e problematizações de outros autores e pesquisadores que também discutem a conturbada relação entre patrimônio mundial e turismo.

No primeiro capítulo, procuramos descrever aspectos importantes da história da Unesco e que servissem de subsídio e embasamento para as discussões que se seguiram. Além disso, evidenciamos 2 marcos jurídicos que a Organização se utilizou para criar seu próprio conceito de patrimônio mundial: a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964). Por fim, demos destaque à análise da Convenção para a

Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, que introduziu uma nova noção de patrimônio: a mundial, dividida, inicialmente, em cultural e natural.

No segundo capítulo, os esforços se voltaram à análise da emergência do turismo nos debates sobre patrimônio mundial, ao passo que foram discutidas duas cartas significativas para a relação entre patrimônio e turismo: a Carta do Turismo Cultural e a Recomendação de Nairóbi, ambas criadas em 1976. Ademais, problematizamos a relação do turismo com ênfase no patrimônio no âmbito da Unesco com base na documentação obtida nos Arquivos da própria Organização.

No terceiro e último capítulo, o patrimônio, aliado ao turismo, foi perspectivado como um recurso para o desenvolvimento e para o crescimento econômico, notadamente, no âmbito da Unesco. Para tanto, uma contextualização a respeito da ideia de desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970 foi feita. Além disso, evidenciamos para quem o desenvolvimento era concebido e do que, ao passo que foram explicitados algumas disputas e conflitos sobre a ideia de turismo a partir do patrimônio.

Ao final dessa pesquisa, diversas perguntas feitas no decorrer das páginas anteriores podem ser finalmente respondidas. Contudo, a relação entre patrimônio mundial e turismo está continuamente em transformação e mudança. Além disso, generalizar tal relação sem maiores problematizações, dizendo apenas que ela é simplesmente boa ou ruim, se torna algo raso e pobre em argumentação, pois “nenhuma comunidade ou patrimônio é igual ao seguinte. Cada sítio patrimonial precisará, portanto, atender às necessidades específicas das circunstâncias locais” (UNESCO, *Management Guidelines for World Heritage Cultural Landscapes*, 2000, p. 82, tradução minha). Ou seja, não é possível afirmar que a relação entre patrimônio e turismo é mútua e recíproca em se tratando de benefícios ou malefícios. É necessário analisar cada caso à luz de dispositivos legais e consultivos, como por exemplo, as cartas e convenções que foram apresentadas nessa dissertação.

Por outro lado, algo que se tornou evidente ao final dessa pesquisa foi o envolvimento explícito de gestores patrimoniais com políticas de desenvolvimento econômico, principalmente no contexto de criação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, notadamente, no período que abrange as décadas de 1960 a 1980. O patrimônio foi utilizado como um recurso para o turismo, com intenções de gerar crescimento econômico e estimular o

desenvolvimento de países classificados por certos organismos internacionais como periféricos.

Em se tratando do DAP (SMITH, 2006), a patrimonialização que ocorre por meio deste, foi se tornando, a partir da década de 1970, um relevante vetor da reconfiguração do capitalismo em âmbito global, contribuindo para o desenvolvimento de uma nova lógica de reprodução capitalista e de lucro, que não passa mais a ser vinculada apenas à massificação mercadorias de sobrevivência e/ou necessidade, mas também de cultura. A patrimonialização se tornou um vetor que transforma ou que ajuda a consolidar essa ideia de capitalismo cultural, ao passo que gerou uma gradativa desmaterialização do capital. Sendo assim, a experiência de visitar lugares patrimoniais e sentir a suposta imersão em uma cultura diferente se tornou mais valiosa, se tornou mais valorizada; contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do turismo patrimonial cultural.

As pesquisas e leituras feitas até aqui levam a considerar que o turismo passou a ser vislumbrado como um novo critério para a patrimonialização, ao passo em que, no processo de patrimonialização, o valor turístico do bem era levado consideravelmente em conta. Assim sendo, o turismo passa a ser uma ferramenta que recebe expectativas em gerar receitas para ajudar na salvaguarda, conservação e manutenção do patrimônio. A partir do momento em que esse capital financeiro é investido para promover o turismo, o interesse em proteger o bem patrimonial fica marginalizado, enquanto a promoção do turismo utilizando o patrimônio como um recurso se torna o centro das atenções.

Conforme apresentado nas páginas anteriores, a chancela de patrimônio mundial concedida pela Unesco a determinados bens contribui para o aumento da circulação de turistas na região em que o bem está inserido, ocasionando, supostamente, um aumento no desenvolvimento econômico da área circundante ao sítio. A ênfase no turismo cultural e o interesse em tornar o patrimônio amigável aos visitantes cumpre um dos principais objetivos da Unesco em se tratando da nomeação de bens para a Lista do Patrimônio Mundial.

Por fim, conclui-se que, no âmbito da Unesco, historicamente, a relação entre patrimônio e turismo continua sendo confusa e difusa. O equilíbrio, o diálogo e a mediação entre as partes envolvidas em processos de reconhecimento de bens como patrimônios mundiais da Unesco são fundamentais para que patrimônio e turismo se aproximem de maneira a ir além de lógicas economicamente predatórias. Espero que

essa dissertação possa contribuir com outras pesquisas que também investiguem os imbricamentos entre patrimônio e turismo na história da Unesco, assim como seus modos de operação em diferentes sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

BANDARIN, Francesco. Foreword. *In*: _____. **Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers**. Paris: UNESCO, World Heritage Centre, 2002.

BANDARIN, Francesco. Foreword. *In*: _____. **The Politics of World Heritage: Negotiating Tourism and Conservation**. Clevedon: Current Issues in Tourism, 2005.

BERTACCHINI, Enrico *et al.* The politicization of UNESCO World Heritage decision making. **Public Choice**, [s.l.], v. 167, n. 1-2, p.95-129, abr. 2016.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.

CAMERON, Christina; RÖSSLER, Mechtild. **Many Voices, one vision: the early years of the World Heritage Convention**. New York: Routledge, 2013.

CAUST, Josephine; VECCO, Marilena. Is UNESCO World Heritage recognition a blessing or burden? Evidence from developing Asian countries. **Journal Of Cultural Heritage**, [s.l.], v. 27, p.1-9, out. 2017.

CLEERE, Henry. The concept of 'outstanding universal value' in the World Heritage Convention. **Conservation and Management of Archaeological Sites**, Paris, v. 1, p. 227-233, 1996.

CORIOLOANO, Luzia Neide; BARBOSA, Luciana Maciel. Rede de territórios solidários e turismo de base local no Ceará - Brasil. **Revista Geográfica da América Central**, [s. L.], v. 1, n. 1, p.1-26, 2011.

COSTA, Everaldo Batista da. Patrimônio e Território Urbano em Cartas Patrimoniais do Século XX. **Finisterra**, Lisboa, v. XLVII, n. 93, p.5-28, 2012.

ELLIOT, Michael A; SCHMUTZ, Vaughn. World Cultural Heritage. **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization**. Nova Jersey, v. 1, n. 1, p. 1-2, 2012.

DUEDAHL, Poul. Out of the House: On the Global History of UNESCO, 1945-2015. *In*: _____. **A History of UNESCO**. [s. l.]: Palgrave Macmillan UK, 2016. Introduction. p. 3-26.

FAUCONBERG, Ariel de; BERTHON, Pierre; BERTHON, Jean Paul. Rethinking the marketing of World Heritage Sites: Giving the past a sustainable future. **Journal Of Public Affairs**, [s.l.], v. 18, n. 2, p.1-7, 20 mar. 2017.

FREY, Bruno S.; STEINER, Lasse. World Heritage List: does it make sense?. **International Journal Of Cultural Policy**, [s.l.], v. 17, n. 5, p.555-573, nov. 2011.

GFELLER, Aurélie Elisa. Anthropologizing and indigenizing heritage: The origins of the UNESCO Global Strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List. **Journal Of Social Archaeology**, [s.l.], v. 15, n. 3, p.366-386, 13 ago. 2015. SAGE Publications.

GFELLER, Aurélie Elisa; EISENBERG, Jaci. UNESCO and the shaping of global heritage. In: DUEDAHL, Poul. **A History of UNESCO**. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 279-323.

HALL, Colin Michael. World Heritage and Tourism. **Tourism Recreation Research**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.1-3, jan. 2001.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez, 2006.

HEINICH, Nathalie. A fabricação do patrimônio cultural. Tradução de Diego Finder Machado e Fernando Cesar Sossai. **Fronteiras: revista catarinense de História**. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, n. 32, p. 175-186, 2018/02.

HOUBART, Claudine; DAWANS, Stéphane. Identical Reconstruction and Heritage Authenticity. **IX International Forum Le Vie dei Mercanti**, Capri, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2011.

ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. Paris, 1978.

ICOMOS. **Charter of Cultural Tourism**. Paris, 1976. Disponível em: <<http://www.univeur.org/cuebc/downloads/PDF%20carte/51.%20Cultural%20tourism.PDF>>. Acesso em: 02 nov 2019.

ICOMOS. **ICOMOS Programme and Budget for 1979/1981**. 1978.

IPHAN. **Carta de Atenas**. Atenas, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

IPHAN. **Carta de Veneza**. Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

IPHAN. **Recomendação de Nairóbi**. Nairóbi, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

JAMES, Luke; WINTER, Tim. Expertise and the making of World Heritage policy. **International Journal Of Cultural Policy**, [s.l.], v. 23, n. 1, p.36-51, 2017.

JOVICIC, Dobrica. Cultural tourism in the context of relations between mass and alternative tourism. **Current Issues In Tourism**, [s.l.], v. 19, n. 6, p.605-612, 26 jun. 2014.

KADT, Emanuel de. **Tourism: passport to development?** 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1984.

KATSONI, Vicky; UPADHYA, Amitabh; STRATIGEA, Anastasia. **Tourism, Culture and Heritage in a Smart Economy**. New York: Springer, 2017.

KULEVICIUS, Salvijus. In search for cultural heritage authenticity definition: history and current issues. **Historical And Cultural Studies**, Vilnius, v. 1, n. 1, p.1-7, 2014.
KWANDA, Timoticin. Western conservation theory and the Asian Context: the different roots of conservation. **Asia Research Institute**, Singapore, p.1-19, 2009.

LOWENTHAL, David. **The heritage crusade and the spoils of history**. New York: Free Press, 1996.

MESKELL, Lynn. **A Future in Ruins: UNESCO, World Heritage and the Dream of Peace**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

MESKELL, Lynn. World Heritage and WikiLeaks. **Current Anthropology**, [s.l.], v. 57, n. 1, p.72-95, fev. 2016. University of Chicago Press.

MESKELL, Lynn; LIUZZA, Claudia; BROWN, Nicholas. World Heritage Regionalism: UNESCO from Europe to Asia. **International Journal Of Cultural Property**, [s.l.], v. 22, n. 4, p.437-470, nov. 2015.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da Fae**, Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48, 2002.

PEIXOTO, Paulo. A Corrida ao Status de Patrimônio Mundial e o Mercado Urbano de Lazer e Turismo. **Veredas - Revista Científica de Turismo**, [s. l.], v. 1, n. 1, p.23-45, 2002.

PEREIRA, Elenita Malta. O Ouro Negro: petróleo e suas crises políticas, econômicas, sociais e ambientais na 2ª metade do século XX. **Outros Tempos**, [s.l.], v. 5, n. 6, p.54-72, 2008.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural: uma abordagem antropológica**. El Sauzal: Aca y Pasos, 2009.

PRATS, Llorenç. La viabilidad turística del patrimonio. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.249-264, 2011.

RIBEIRO, Cecilia. Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico? **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 189.03, Vitruvius, fev. 2016.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 34, p.223-247, 2012.

SAMPAIO, Ana Leticia; LOPES, Gabriela Russo. A Liga das Nações: uma perspectiva europeia. **Cadernos de Relações Internacionais**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.1-22, 8 jul. 2011.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. Routledge, 2006.

SOSSAI, Fernando Cesar. **Pelos Gabinetes da OCDE: a construção de consensos sobre educação e tecnologia (1960-1980)**. 271 f. Tese (Doutorado) – UDESC, Florianópolis, 2017.

TICHEN, Sarah M. **On the Construction of Outstanding Universal Value: UNESCO's World Heritage Convention and the identification and assessment of cultural places for inclusion in the World Heritage List**. 310 f. Tese (Doutorado) – The Australian National University, Canberra, 1995.

UNESCO. **A Chronology of UNESCO: 1945 – 1987**. Paris, 1987. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000079049>>. Acesso em: 23 jul 2019.

UNESCO. **Conference for the Establishment of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. Londres, 1945. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117626>>. Acesso em: 21 maio 2019.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133369_por>. Acesso em: 11 jun. 2019.

UNESCO. **De ideias a ações – 70 anos de UNESCO**. São Paulo: Brasileira, 2015.

UNESCO. **General Conference: First Session**. Paris, 1947. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114580>>. Acesso em: 21 mai 2019.

UNESCO. **O que é? O que faz?** Paris: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000188700_por>. Acesso em: 01 jun 2019.

UNESCO, **WHC Nomination Documentation**, Cracov's Historical and Architectural Urban Centre. Paris, 1978.

VALDERRAMA, Fernando. **A History of UNESCO**. Paris: UNESCO, 1995.

WINTER, Tim. Beyond Eurocentrism? Heritage conservation and the politics of difference. **International Journal Of Heritage Studies**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.123-137, 31 out. 2012. Informa UK Limited.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p.251-262, 2006.

COMUNICAÇÕES ORAIS

PEIXOTO, Paulo. As lutas do patrimônio mundial: fazer a guerra por outros meios. **XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC**. Joinville, ago. 2018.

DOCUMENTOS DIGITALIZADOS NO UNESCO ARCHIVES

ICOMOS. **General Documents About ICOMOS**. 1981-1983.

UNESCO. **Approved Programme and Budget for 1971-1972**. Paris, 1971.

UNESCO. **Approved Programme and Budget for 1973-1974**. Paris, 1972.

UNESCO. **Approved Programme and Budget for 1975-1976**. Paris, 1974.

UNESCO. **Draft Medium-Term Plan (1977-1982)**. Nairóbi, 1976.

UNESCO. **Draft Programme and Budget for 1973-1974**. Paris, 1972.

UNESCO. **General Conference: Sixteenth Session**. Paris, 1970.

UNESCO. **General Conference: Seventeenth Session**. Paris, 1972.

UNESCO. **Management Guidelines for World Heritage Cultural Landscapes**. Paris: UNESCO, 2000.

UNESCO. **Records of the General Conference: Nineteenth Session**. Nairóbi, 1976.

UNESCO. **Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1968**. Paris, 1969.

UNESCO. **Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1969**. Paris, 1970.

UNESCO. **Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1971**. Paris, 1972.

UNESCO. **Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1972**. Paris, 1974.

UNESCO. **Report of the Director-General on the Activities of the Organization in 1974**. Paris, 1974.

UNESCO, **World Heritage Centre: Relations IUCN/ICOMOS**, 1979

WEBSITES

ICOMOS. **History**. Disponível em: <<https://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/history>>. Acesso em: 2 nov 2019.

ULURU Kata-Tjuta National Park. Disponível em: <<https://parksaustralia.gov.au/uluru/>>. Acesso em 18 nov. 2019.

UNDP. **United Nations Development Programme**. Disponível em: <<https://www.undp.org/>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

UNESCO. **Archaeological Ruins at Moenjodaro**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/138>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

UNESCO. **Governance**. Disponível em: <<https://en.unesco.org/about-us/governance>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

UNESCO. **Grand Canyon National Park**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/75>>. Acesso em 08 jan. 2020.

UNESCO. **Historic Sanctuary of Machu Picchu**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/274>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

UNESCO. **In Memoriam: Michel Parent**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/news/517>>. Acesso em: 31 out 2019.

UNESCO. **Interactive Map**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/interactive-map/>>. Acesso em: 30 out 2019.

UNESCO. **List of World Heritage in Danger**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/danger/>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

UNESCO. **San Agustín Archeological Park**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/744>>. Acesso em: 14 dez 2019.

UNESCO. **States Parties Ratification Status**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/statesparties/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

UNESCO. **The World Heritage Committee**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/committee/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

UNESCO. **UNESCO Archives**. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/archives/about-unesco-archives>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

UNESCO. **World Heritage in Danger.** Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/158/>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

UNESCO. **World Heritage List.** Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 25 jul 2019.

UNESDOC. **Conference of Allied Ministers of Education.** Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117626>>. Acesso em: 21 maio 2019.

WORLD Bank. **What We Do.** Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/about/what-we-do>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS COLETADOS NOS ARQUIVOS DA
UNESCO CONSIDERADOS PERTINENTES À PESQUISA**

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – FUNDO DE APOIO À PESQUISA – PRPPG/FAP
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE - PPGPCS

Pesquisa no UNESCO Archives, Paris, França.

Período: 18 a 26 de julho de 2018.

Coleta documental: Arselle de Andrade da Fontoura; Fernando Cesar Sossai; Valéria Fernanda Serpa Steinke.

Sistematização da documentação apresentada a seguir: Valéria Fernanda Serpa Steinke

LEGENDA DAS CORES:

- Em preto, simples menção ao conteúdo do documento;

- Em azul, o que foi considerado pertinente à pesquisa e que, eventualmente, poderia vir a ser utilizado na dissertação;

- Em vermelho, especificamente tópicos que abordam ou mencionam questões envolvendo o turismo.

DOCUMENTOS COLETADOS NOS ARQUIVOS DA UNESCO CONSIDERADOS PERTINENTES À PESQUISA

NÚM.	CIDADE/ ANO DE PUBLICAÇÃO	LINK PARA O ÁLBUM	TÍTULO DO DOCUMENTO	PERTINÊNCIA À PESQUISA
1	Paris, 1966	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/EoBQ4qB7blxDuheWJhpPnXsBNon_dqgTakofD2_wMNqvEQ?e=FfM4gB	Declaration of the Principles of International Cultural Co-operation	<ul style="list-style-type: none"> - O documento tem 32 páginas e está em francês, espanhol, russo, inglês, árabe e mandarim, respectivamente; - Contém o modelo do tratado para prevenção de crimes que infringem o patrimônio cultural dos povos na forma de bens móveis; - Contém um documento contendo 11 artigos sobre o que as nações devem seguir para que os princípios da cooperação cultural internacional sejam respeitados (Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional).
2	ICOMOS, 1966	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/EpSp5PSHYCFIvyLQi_Z_vQBLihHKP2RE8OKjX5JB8icaA?e=VT6zPw	International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (Carta de Veneza)	<ul style="list-style-type: none"> - O documento está em inglês, espanhol, francês e russo, e contém 11 páginas; - Possui uma pequena introdução com os objetivos já alcançados em congressos anteriores sobre a conservação de monumentos;

				<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta uma definição de monumento, sua conservação e proteção; - Apresenta o objetivo e razão de conservar o patrimônio monumental; - Apresenta noções e conceitos de conservação, restauração, sítio histórico, escavações e publicação de projetos; - Possui uma lista de pessoas que participaram da comissão de formulação da carta internacional para A Conservação e Restauração de monumentos.
3	1969	https://photos.app.goo.gl/JhkurB7fZVLZaVucA	Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1968	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução (faz apontamentos gerais sobre educação, ciências sociais, humanas e cultura; - Só no primeiro parágrafo já cita duas vezes a importância dos especialistas nos trabalhos da UNESCO na área; - Segundo o Diretor Geral (DG), as ciências sociais não estavam sendo devidamente aplicadas para o desenvolvimento, bem como não estavam se fazendo presentes nas atividades da Organização; - Porém as ciências sociais aparecem de maneira mais perceptível na área das “ações éticas” (direitos humanos) da UNESCO e, principalmente, no Departamento da Cultura; - “[...]preservação do patrimônio cultural da humanidade e a política de desenvolvimento cultural”; - Relata um crescente interesse dos Estados Membros na preservação do patrimônio cultural; - Histórico de atividades da UNESCO sobre a preservação do patrimônio cultural (cita rapidamente, apenas a título de relatório mesmo, a Convenção de Haia e as 98 missões em 29 países entre 1967 e 1968); - “[...] preparação de um esboço de uma convenção sobre meios de proibir e prevenir exportações, importações e transferências ilícitas de posse sobre bens culturais”; - Campanhas internacionais (Relata as campanhas da Núbia e de Florença/Veneza com alguns detalhes. Utiliza a expressão “excepcional” para definir o valor histórico e artístico dos monumentos salvos);

				<p>- o turismo cultural seria a solução para o financiamento de políticas de preservação da cultura nos países (exemplo do Irã) (página XXVII, no parágrafo 68);</p> <p>- Definição de cultura: “Ambas as linhas de ação [na política cultural da UNESCO] provêm da mesma recusa em considerar a cultura como algo que é, reconhecidamente, um objeto de veneração e estudo, mas divorciada da vida da sociedade atual como um todo, e preciosa apenas porque é remota, e de uma determinação semelhante, em ambos os casos, para realizar a cultura em dois sentidos, realizando-a em ação e dando-lhe um lugar na história viva do tempo presente. A cultura não é, em essência, um tesouro ou um exercício contemplativo: é um processo de assimilação ou de criação - na verdade, ambos - que está sempre no presente. O problema é dar ao meio através do qual este processo opera, às dimensões deste presente, o alcance finalmente universal que a assimilação e criação da cultura requerem”;</p> <p>CULTURA (resoluções e projetos)</p> <p>4 - Preservação e difusão de bens culturais, monumentos e sítios (início na p. 112 do documento);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas Internacionais; - Serviços requeridos para a implementação de instrumentos internacionais; - Convenção de Haia; - Registro internacional de bens culturais sob proteção especial; - Possível esboço de uma convenção sobre meios de proibir e prevenir importação, exportação e transferência de posse de bens culturais; - Relatório e estudo preliminar sobre o assunto. Discussão incluída na sessão da Conferência Geral para a construção de uma convenção para ser apresentada na próxima Conferência Geral; - Esboço de uma recomendação sobre a preservação de bens culturais ameaçados por trabalhos públicos e privados; - Preservação internacional do patrimônio cultural;
--	--	--	--	--

				<ul style="list-style-type: none"> - “O estudo acerca da possibilidade de instituir um sistema internacional adequado para a proteção de monumentos e sítios de valor e interesse universais foi publicado na segunda parte do documento SHC/CS/27/5”; - Promoção a nível internacional e assistência técnica aos Estados membros; - Aspectos técnicos da proteção de bens culturais; - Reunião no Unesco HQ (26/02/68 a 02/03/68) para pensar princípios e critérios científicos, técnicos e legais para um sistema efetivo de proteção de monumentos e sítios, com a intenção de aplicá-lo internacionalmente (14 especialistas e consultores de 13 países); - Páginas 114 e 115 do documento: (utilizar no 3º capítulo!!!) - Preservação e difusão do patrimônio cultural em conexão com a promoção do turismo; - Turismo cultural em países de terceiro mundo; - Encorajamento do turismo cultural; - Campanha internacional para a salvar os monumentos da Núbia; - Campanha internacional para Florença e Veneza; - Desenvolvimento dos museus.
4	1970	https://photos.app.goo.gl/Dhs2bxSW8BKncQRM6	Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1969	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução; - Ciências Sociais, humanas e cultura; - Campanhas da Núbia (projetos para o deslocamento dos monumentos de Philae) e de Florença e Veneza; - Administração; - Primeiro computador da Unesco; CULTURA (resoluções e projetos): 1 - Cooperação com ONG’s; - Reuniões envolvendo o ICOMOS sobre a preservação do patrimônio; - Tópico sobre assistência aos Estados Membros nos seus respectivos desenvolvimentos culturais (p. 107); 4 - Preservação e difusão do patrimônio cultural; a - Medidas internacionais:

				<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos internacionais; - Continuação da implementação da Convenção de Haia (1954); - Meios de proibir e prevenir a exportação, importação e transferência ilícita da apropriação de bens culturais (1964); - Estudos e troca de informações; - Estudo da preservação e restauração de bens culturais; - Arranjos internacionais para a proteção de monumentos e sítios de interesse universal; - Reunião para estudar a possibilidade e meios práticos de facilitar esses arranjos (21 a 25/07/69) (17 experts e 10 representantes internacionais); - “Depois da discussão, os participantes construíram um relatório estabelecendo as conclusões da reunião e sugerindo as seguintes medidas para o Diretor Geral: (a) preparação de uma recomendação internacional baseada em princípios e critérios científicos, técnicos e legais que poderia ser usada para o desenvolvimento e melhoramento de sistemas nacionais de monumentos, áreas e sítios, e (b) preparação de uma convenção internacional, ou recorrer a qualquer outro meio apropriado, para estabelecer arranjos internacionais para a salvaguarda de monumentos, áreas e sítios de interesse universal.” (Relatório: documento SHC/MD/4); - Menção sobre o possível desenvolvimento de um centro para o turismo cultural (§181); - Experts em turismo agindo na restauração de monumentos (§183) cita o Banco Mundial; (utilizar no 3º capítulo!!) c - Preparação de uma convenção sobre a importação, exportação e transferência ilícita da apropriação de bens culturais; - Rascunho da convenção; 5 - Desenvolvimento de museus: <ul style="list-style-type: none"> a - Desenvolvimento de museus e encorajamento de trocas entre museus; b - Treinamento de especialistas em conservação e restauração de bens culturais e em museologia;
--	--	--	--	--

				<p>c - Programa de participação e Programa de desenvolvimento das Nações Unidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - p. 112, parágrafo 223 menciona que um expert foi enviado à Índia para aconselhar sobre um programa para o desenvolvimento do turismo cultural; - p. 112, parágrafo 225, fala sobre um programa especial no Irã para o desenvolvimento do turismo cultural.
5	Paris, 1970	https://drive.google.com/drive/folders/1e043uKpkbviaiDCVp1MLJpAyDk8sLyac	General Conference, Sixteenth Session	<ul style="list-style-type: none"> - Na 9ª página do documento, no parágrafo 19, há a seguinte afirmação: “The development of Abu Simbel as a tourist site is continuing”. Ou seja, já em 1970 podemos perceber a intenção turística sobre bens patrimoniais; - E na 11ª e 12ª páginas há algumas informações financeiras de Abu Simbel, inclusive os rendimentos do imposto turístico; - Na 38ª página do documento há a definição do conceito de desenvolvimento para a UNESCO (parágrafo 14).
6	Paris, 1970	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/EtfExNfGNm5Dnl6cKxjd2RABtufFBcllfVTnVhExTzpShQ?e=FYRDCE	Recommendations and Declarations ICOM, ICOMOS: Council of Europe. Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property	<ul style="list-style-type: none"> - O documento tem 15 páginas, e está escrito em inglês, francês e alemão; - Possui o conceito de bem cultural e as categorias que lhe cabem; - Fala sobre a importância, a proteção e a abordagem para com o bem cultural; - Importação, exportação e transferência de bens ilícitos como oposição e a causa principal do empobrecimento de patrimônios culturais dos países de origem; - Cooperação dos Estados internacionais para a proteção do patrimônio cultural; - Menciona a 14ª e 15ª convenção; - A sugestão da convenção para os países participantes na criação de serviços nacionais e suas funções para a proteção do patrimônio cultural; - Responsabilidades para com o patrimônio assumidas pelos Estados participantes da convenção que apelam por assistência técnica de algumas organizações.

7	Paris, 1971	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Approved Programme and Budget for 1971-1972	<ul style="list-style-type: none"> -Contém o Organograma do Secretariado da UNESCO (1971-1972) (p. 11PDF); -Valor destinado a diversas atividades relativas à preservação e ao desenvolvimento do patrimônio cultural (p. 242/p. 13 PDF); -Cooperação para Interdisciplinaridade (p.245/p. 15 PDF); -Resoluções do programa sobre Ciências Sociais (a partir da p. 249/p. 19 PDF até a p. 256/p.26 PDF); -Nota sobre incentivo à pesquisa transcultural (nº3086/p. 256/p. 26 PDF); -Nota sobre um simpósio de pesquisa envolvendo profissionais das diversas áreas das ciências sociais e humanas (nº3088/p. 256/p. 26 PDF); -Apontamentos sobre a aplicação das Ciências Sociais nos Direitos Humanos e Problemas com a Paz (a partir da p. 258/p. 27 PDF até p.260/p. 29 PDF); -Apontamentos sobre a Aplicação das Ciências Sociais no Desenvolvimento (a partir da p. 261/p. 30 PDF até a p. 264/p. 33 PDF); -Nota sobre políticas e estudos culturais (nº3137/p. 263/p. 32 PDF); -Apontamentos sobre a Aplicação das Ciências Sociais para o Desenvolvimento Humano a Problemas Populacionais. Traz exemplos de estudos de caso sobre o homem, seu meio ambiente e sua cultura em diversos continentes (a partir da p. 264/p. 33 PDF até a p. 278/ p. 39 PDF); - Seção sobre Desenvolvimento Cultural (nº 3212 = promoção de políticas culturais, integração da cultura com a economia) (a partir da p. 278/p. 39 PDF); - Nota sobre a possibilidade de estabelecer um fundo ou um banco internacional de cultura para ajudar a UNESCO (nº1) (p. 281/p. 42PDF); -Plano de Trabalho sobre desenvolvimento cultural (final da p. 281/p. 42 PDF); -Apontamentos sobre serviços de compensação em se tratando do desenvolvimento cultural (p. 282/p. 43 PDF);
---	-------------	---	---	---

				<ul style="list-style-type: none"> - Seção sobre a contribuição dos Estados Membros para o desenvolvimento de políticas culturais (p. 283/p. 44 PDF); -Nota sobre promoção de uma ativa participação da comunidade em atividades culturais (nº 3264 e 3266/p. 288/p. 45 PDF); -Seção sobre cooperação com organizações internacionais não-governamentais sobre a disseminação da cultura (p. 289/p. 46 PDF); -Seção sobre a equipe do departamento de estudos, desenvolvimento e disseminação da cultura (p. 292/p. 49 PDF); - Seção sobre a preservação e desenvolvimento do Patrimônio Cultural (fala também sobre a preservação de centros históricos numa economia de rápido desenvolvimento, sobre a parceria com organizações internacionais não governamentais – ICOM e ICOMOS; sobre instrumentos internacionais para a preservação do patrimônio cultural = convenções e recomendações) (a partir da p. 239/p. 50 PDF); - Nota sobre um rascunho de uma convenção concernente à proteção de monumentos e sítios (início da p. 296/p. 53 PDF); - Seção sobre o desenvolvimento de museus (a partir da p. 297/p. 54 PDF); - Seção sobre o Programa Operacional para a Preservação e Desenvolvimento de Sítios e Monumentos (cita projetos focados no desenvolvimento do turismo cultural) (a partir da p. 300/p. 57 PDF); - Nota sobre Mohenjo Daro, no Paquistão (sítio arqueológico), relativa à preservação de tal sítio para o seu desenvolvimento como um atrativo turístico (p. 301/p. 58 PDF); - Nota sobre a preservação e difusão de sítios e monumentos para o desenvolvimento do turismo cultural (nº 3359/p. 302/p. 59 PDF).
8	Paris, 1972	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVN_VLGIS?ogsrc=32	Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1971	- Relatório do Diretor Geral (René Maheu) sobre as Atividades da Organização em 1971. Comunicado aos Estados Membros e ao Conselho Executivo, em acórdância com o Artigo VI.3.b da Constituição (48 páginas);

				<ul style="list-style-type: none"> - Sumário contendo a tabela de conteúdos do documento (p. III/p. 4 PDF até p. XI/p. 12 PDF); - Introdução contendo explicações gerais do que será abordado no decorrer do relatório (p. XVI/p. 13 PDF até p. XXIV/p. 21 PDF); -Seção sobre a aplicação das ciências sociais aos problemas humanos ambientais e populacionais (p. 146/p. 22 PDF); -Tópico sobre Disseminação Internacional da Cultura. Fala sobre literatura, arte, música (p. 152/p. 23 PDF até p. 154/p. 25 PDF); - Tópico sobre a Preservação e o Desenvolvimento do Patrimônio Cultural. Aborda questões relativas à promoção de padrões para a conservação e difusão de bens culturais; instrumentos internacionais para a preservação do patrimônio cultural; um rascunho de recomendação preliminar sobre a preservação de monumentos, grupos de prédios e sítios; estudos interdisciplinares sobre problemas econômicos, sociais e culturais envolvidos na preservação de centros históricos ameaçados pelo desenvolvimento econômico e industrial (p. 154/p. 25 PDF até p. 156/p. 27 PDF); -Tópico sobre a assistência dos Estados Membros no desenvolvimento de museus e na preservação, difusão e desenvolvimentos dos seus respectivos patrimônios culturais. Fala sobre participação do programa e da UNDP (United Nations Development Programme); cita um circuito de turismo cultural na Colômbia e fala sobre o desenvolvimento do turismo cultural em El Salvador, Ceilão, Indonésia, Bali, Irã (p. 157/p. 28 PDF até p. 159/p. 30 PDF); -Tópico sobre programa operacional para a preservação e o desenvolvimento de sítios, monumentos e trabalhos artísticos. Traz um exemplo de estudo de caso sobre o desenvolvimento do turismo cultural em Bamyian, Afeganistão (p. 159/p. 30 PDF até p. 160/p. 31 PDF); - Tópicos sobre o uso da comunicação para atingir objetivos futuros da UNESCO; sobre o desenvolvimento da informação
--	--	--	--	---

				<p>mediática e treinamento de pessoal; sobre meios de comunicação em educação fora da escola; sobre informação pública e promoção da compreensão internacional; sobre ligações públicas com outras instituições; sobre aniversários de grandes personalidades e eventos (p. 167/p. 32 PDF até p. 178/p. 43 PDF);</p> <p>- Tópicos sobre documentação, bibliotecas e arquivos. Aborda questões sobre promoção de pesquisa e cooperação internacional; serviços de documentação computadorizada; biblioteca da UNESCO e serviço de documentação; estatísticas relacionadas à educação, ciência, tecnologia, cultura e comunicação; quadro de publicações (p. 178/p. 43 PDF até p. 183/p. 48 PDF).</p>
9	Paris, 17/10/1972 a 21/11/1972	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	General Conference – Seventeenth Session Paris, 1972	<p>- Relatório das mudanças que aconteceram pela decisão do Conselho Executivo desde a 16ª sessão da Conferência Geral. É concernente às relações da UNESCO com organizações internacionais não-governamentais (p. 5 PDF);</p> <p>- Lista das organizações internacionais não-governamentais que são parceiras da UNESCO. Estão divididas em categorias A, B, e C. Organizações ligadas ao turismo: International Association of Scientific Experts in Tourism; International Union of Official Travel Organizations; International Bureau of Social Tourism (p. 6 PDF até p. 10 PDF);</p> <p>- Seção sobre as funções do comitê legal. Estudo das funções do comitê legal da Conferência Geral (p. 13 PDF até p. 18 PDF);</p> <p>- Seção sobre a disseminação das publicações da UNESCO (p. 19 PDF até p. 22 PDF);</p> <p>- Seção sobre a aplicação das recomendações das Nações Unidas para o Comitê de Experts com o intuito de examinar as finanças das Nações Unidas e de agências especializadas (p. 23 PDF até p. 35 PDF);</p> <p>- Seção sobre diretrizes concernentes à forma e ao conteúdo do Rascunho do Programa e Orçamento (C/5) e ao Plano de Estrutura de Médio Prazo (C/4) (p. 36 PDF até p. 40 PDF);</p>

				<ul style="list-style-type: none"> - Seção sobre as contribuições dos Estados Membros – escala de impostos (p. 41 PDF até p. 54 PDF); -Seção sobre premissas da sede da Instituição – Soluções a longo prazo (p. 55 PDF até p. 62 PDF); - Seção sobre desenvolvimento cultural. Não cita, em nenhum momento, algo relacionado a patrimônio. (p. 59 PDF até p. 62 PDF); - Seção sobre o financiamento de ações culturais. Estudos relacionados ao projeto de estabelecimento de um banco ou fundo internacional cultural. Menciona a promoção e o suporte da identificação e preservação do patrimônio cultural. Também fala sobre desenvolvimento cultural relacionando-o com aspectos econômicos. (p. 63 PDF até p. 70 PDF); -Menção sobre o turismo cultural receber um significativo suporte financeiro da UNDP (United Nations Development Programme), e o rascunho da Convenção de 1972 prevê programas para o turismo cultural com o intuito de receber apoio financeiro (p. 66 PDF); -Menção novamente aos investimentos da UNDP no turismo cultural (final da p. 67 PDF); -Relatório da comissão de conciliação e bons ofícios para ser responsável por procurar a resolução de quaisquer disputas que possam surgir entre os estados partes da convenção contra a discriminação na educação em suas atividades desde a 16ª sessão da conferência geral (p. 72 PDF até p. 75 PDF).
10	Paris, 1972	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/EiejZzHUTcpPnEIK7sZgdwgBH14yAt2EmqYVVQUMR_2eNA?e=C5kOZa	Internacional Documentation Centre on Sites and Monuments	<ul style="list-style-type: none"> - Uma carta que informa que a 16ª Conferência geral que autorizou René Maheu a promover a disseminação de técnicas e pesquisa avançada para a preservação e desenvolvimento de bens culturais; - Fala sobre o estabelecimento do Centro de Documentação Internacional de Sítios e Monumentos em cooperação com o ICOMOS; - Fala sobre os propósitos, objetivos e premissas do Centro; - Possui o Anexo I, que nomeia as publicações necessárias pelo centro de documentação;

				<ul style="list-style-type: none"> - O Anexo II lista uma série de funções e departamentos que serão exercidas por determinados profissionais no Centro de Documentação (uma delas é o Turismo Cultural); - Documento em inglês, possui 16 páginas.
11	Paris, 1972	https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1-FLP_CTggPz4AP50jK9IEgNOfEEqfwZC	Draft Programme and Budget for 1973-1974	<p>Introdução:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ciências sociais, humanas e cultura; - Fala rapidamente sobre a preservação do patrimônio cultural; - Na página XII, nos parágrafos nº 28, 29 e 78, fala sobre desenvolvimento cultural e patrimônio cultural; <p>Métodos e meios de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dentre as principais “áreas” da UNESCO (educação, ciência e cultura), a área de cultura foi a que menos teve reuniões; <p>Secretariado</p> <ul style="list-style-type: none"> - O número de funcionários ligados ao setor das ciências sociais, humanas e cultura é muito baixo em relação ao das ciências naturais e da educação; - “...o novo Departamento de Patrimônio Cultural, estabelecido durante o atual biênio justificou completamente o seu estabelecimento. Ele será mantido e até mesmo fortalecido para lidar com as tarefas de crescente magnitude”; - Seis novos profissionais para a área da cultura; - “A nova criação mais importante é o Escritório Regional para a cultura na América Latina, localizado em Havana...”; <p>Capítulo 3: Ciências sociais, humanas e cultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução; - Patrimônio Cultural - Na página 160 existe um tópico sobre desenvolvimento cultural e na página 161, um tópico sobre patrimônio cultural. Citação sobre procurar uma melhor definição de turismo cultural (p. 161); - Entre os trabalhos planejados para o ano estão medidas para desencorajar o roubo de arte e o primeiro estágio completo para a criação de um centro de documentação internacional de monumentos e sítios (a partir da p. 192);

				<ul style="list-style-type: none"> - O trabalho operacional vai buscar maiores fontes de fundos e uma definição mais ampla de turismo cultural; - “O uso de experts errantes para trabalhar em sítios e monumentos será intensificado...”; - Há menção sobre um manual sobre o Desenvolvimento do Turismo Cultural a ser publicado em 1973; <p>3.4: Preservação e difusão do patrimônio cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resolução proposta <p>3.4.1: O Diretor-Geral é autorizado a: estimular a implementação de instrumentos internacionais já adotados e aplicar a Convenção de Haia (1954);</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Sobre a proibição e prevenção da exportação, importação e transferência ilícita sobre bens culturais”; - “Sobre a proteção de monumentos, grupos de construções e sítios de valor universal”; - Resolução proposta <p>3.4.2: preservação de sítios, monumentos e paisagens que representam as civilizações da humanidade, particularmente os que contribuem para o desenvolvimento do turismo (p. 194, 195, 196).</p>
12	Paris, 1972	https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1-2qqBPUAY7WWv8D68VeLy7mqMbmbZ-Yf	Approved Programme and Budget for 1973-1974	<ul style="list-style-type: none"> - O documento tem a intenção de ser um guia para o Secretariado no planejamento, coordenação e execução do Programa e Orçamento Aprovados para o biênio de 1973-1974, adotado pela/na Conferência Geral na sua 17ª sessão; - Na página 278, no parágrafo 933, há menção sobre um projeto piloto que já havia começado em 1971-1972 e será continuado: um estudo de longo prazo sobre os efeitos do turismo na vida social, econômica e cultural da Ilha de Bali, na Indonésia; - A partir da p. 285, seção sobre estudos culturais. Aborda diretrizes gerais concernentes à UNESCO no campo cultural; - Na página 287, no último parágrafo, há menção sobre o desenvolvimento do turismo nacional e internacional, mantendo em mente a proteção e salvaguarda de culturas indígenas e monumentos e sítios históricos; - A partir da p. 299, seção sobre desenvolvimento cultural;

				<ul style="list-style-type: none"> - A partir da p. 315, inicia a seção sobre preservação e disusão do patrimônio cultural; - Na p. 319, no parágrafo 1057, há menção sobre um Manual do Desenvolvimento do Turismo Cultural a ser publicado em 1973; - Na p. 322 inicia a seção sobre o desenvolvimento de sítios e monumentos. Nesta mesma página, no parágrafo 1072, há menção sobre o turismo cultural, falando sobre o incentivo, mas também o cuidado do excesso. Mais menções sobre turismo cultural na p. 326, parágrafos 1076 e 1078; na p. 328, parágrafos 1087 e 1092; p. 329, parágrafo 1093; p. 332, parágrafo 1109; - Proteção de “quarteirões históricos” em cidades desenvolvidas (ambientes modernos); - Como a grande convenção vigente na época era a de Haia, pouco se fala da Convenção de 1972; - O ICOM recebe mais de o triplo da verba destinada ao ICOMOS; - Resoluções sobre a preservação do patrimônio que se assemelham muito ao do rascunho, não será necessário adicionar novamente aqui - Caso específico de Israel (escavações arqueológicas); - Resoluções sobre a Conferência Internacional sobre Políticas Culturais (Veneza, 1970); - Participação de jovens na preservação do patrimônio cultural parece ser um dos principais projetos para o biênio; - Projeto de salvaguarda e integração da cidade de Veneza na “vida moderna” segue recebendo bastante recursos (1/3 dos direcionados aos projetos principais).
13	Paris, 1972	https://photos.app.goo.gl/Rod831WNQPz9YCTG6	Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1972	<ul style="list-style-type: none"> - Citação sobre a importância do ano de 1972 para a UNESCO (p. XVII, §6, introdução); - No Capítulo 3, página 145 e 146, há trechos muito interessantes sobre “turismo cultural”. Ao final de um trecho, enfatiza: “As ligações [do turismo cultural] [...] com o crescimento econômico são óbvias”. Sinaliza que há conflitos entre a UNESCO e os agentes de Ministérios de Turismo quanto ao uso de monumentos e do patrimônio com fins econômicos;

				<ul style="list-style-type: none"> - Seção sobre o desenvolvimento (em geral) na UNESCO (p. 146 e 147); - Nesse mesmo Capítulo, apresenta um tópico com discussões sobre “Interdisciplinaridade”; - Na página 149 e 150, §37, fala sobre um estudo sobre o efeito do turismo na vida social, econômica e cultural de Bali, na Indonésia. Não traz resultados muito aprofundados do estudo, apenas superficiais constatações; - Seção sobre estudos e desenvolvimento cultural (início na p. 150); - Na página 150 trata de livros sobre História Geral (África, Ásia Central etc.), bem como de um “Jornal de História Mundial”. - Na página 151 possui o item “O patrimônio cultural”. Desse item fazem parte os seguintes tópicos: “55) World Heritage Convention”; “56) Recomendação concernente à proteção do Patrimônio Cultural e Natural”; “57) A Convenção de Haia de 1954”; - P. 162, seção sobre estudos, desenvolvimento e disseminação de culturas; - Página 172 apresenta o item: “Preservação e desenvolvimento do Patrimônio Cultural” => muitas discussões sobre “bem cultural” e sobre “proteção de bens culturais” em regiões onde ocorriam “conflitos armados”; - Página 175 apresenta o item “Desenvolvimento de Museus”. Trata da difusão de informações por meio da Revista “Museus” (a ser criada), bem como da formação de profissionais para atuar em museus; - Páginas 176, 177 e 178: relatam o envio de experts da UNESCO para vários países que tomaram parte no UNDP (United Nations Development Programme, criado em 1966, com recursos do Expanded Programme of Technical Assistance - EPTA). Aliás, dois especialistas em museologia foram enviados ao Brasil.
--	--	--	--	--

14	1973	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/EgruEnnQNoVEuBsDt54YfzQB3SbMI7WEfv5QrtYEzZ66AA?e=H7MMvE	UNESCO/ICOMOS Documentation Center Activity Report	<ul style="list-style-type: none"> - Mostra os valores que foram contribuídos e concedidos para o Centro de Documentação pela UNESCO, Áustria e da C.N.M.H da França; - Possui um texto de campanha do ICOMOS em favor ao Centro de documentação com a continuidade Do Fundo Internacional para Monumentos Inscrito no Centro de Documentação e da Fundação TOEPFER junto com a UNESCO para obterem preções para a compra de equipamentos; - Fala sobre livros e publicações recebidas pelo Centro em 1972; e menciona que o Centro possui vários documentos recebidos de diversos países e organizações internacionais; - Fala sobre consultas feitas em 1973 quando Centro recebeu visita de mais de trinta países; - O Centro decidiu estabelecer um arquivo de filmes de como lidar com monumentos, grupos, locais e cidades históricas e seus problemas; - Fala sobre a legislação para a proteção de conjuntos históricos, distritos e cidades antigas ao redor do mundo; - Menciona publicações da ICOMOS confiada ao Centro de Documentação; - Extrato do balanço de gestão do ICOMOS em 1973 e do Centro de Documentação; - Custos ocorridos em 1973 a serem reembolsados pelo Centro ao ICOMOS e vice-versa; - Documento em Francês e possui 8 páginas.
15	Paris, 1974	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Report of the Director General on the Activities of the Organization in 1973	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório do Diretor Geral (René Maheu) sobre as Atividades da Organização em 1973. Comunicado aos Estados Membros e ao Conselho Executivo, em acordância com o Artigo VI.3.b da Constituição (70 páginas); - Sumário contendo a tabela com os conteúdos do Relatório (p. III/p. 5 PDF até p. XVI/p. 17 PDF); - Introdução contendo explicações gerais feitas pelo Diretor Geral sobre o que será abordado no decorrer do relatório (p. XVII/p. 18 PDF até p. XLVI/p. 39 PDF);

				<p>-Parágrafo falando sobre a importância do desenvolvimento cultural (p. XXXI/p. 29 PDF);</p> <p>-Tópico sobre o lugar da cultura no mundo contemporâneo. Aborda questões relativas à ciência e cultura; preservação dos valores culturais (cita o patrimônio cultural); o futuro desenvolvimento de valores culturais; o caso do desenvolvimento cultural em países industrializados e em desenvolvimento (nº52/p. XXXIII/p. 31 PDF até p. 36 PDF);</p> <p>-Seção sobre Ciências Sociais, Humanas e Cultura. Tópicos relativos à estudos e desenvolvimento da cultura; estudos culturais; participação de jovens na preservação e difusão de bens culturais; principais projetos promocionais e operacionais da Organização para a preservação e difusão de monumentos e sítios; assistência aos Estados Membros para preservação e difusão de monumentos e sítios; (p. 169/p. 40 PDF até p. 185/p. 51 PDF);</p> <p>-Tópico sobre o incentivo ao turismo cultural na região dos Andes (nº 311/p. 184/p. 50 PDF);</p> <p>-Capítulo sobre Comunicação. Fala sobre cooperação intelectual; ações normativas; planejamento e auxílio no desenvolvimento da comunicação; serviço de documentação computadorizada; serviços de informações estatísticas; promoção e desenvolvimento de livros; documentação, bibliotecas e arquivos; desenvolvimento de um serviço integrado de documentação, bibliotecas e arquivos; informação pública e serviço de cooperação internacional; correio da UNESCO; estatísticas relacionadas à educação, ciência, tecnologia, cultura e comunicação; (p. 187/p. 52 PDF até p. 211/p. 70 PDF);</p> <p>-Menção sobre publicações feitas pela UNESCO para a preservação do patrimônio mundial da humanidade (nº 22, nº24, nº105/ p. 189, 190, 203/p. 54, 55, 62 PDF);</p> <p>-Tópico sobre números e estatísticas do Serviço de Arquivos da UNESCO (nº 104/p. 203/p. 62 PDF).</p>
16	1974	http://photos.app.goo.gl/WvTpZrUVZiUeBe39	Report of the Director General on the	- Possui vários relatórios, gráficos e tabelas sobre a UNESCO e suas ações (cultura, educação, pesquisa etc.);

			<p>Activities of the Organization in 1974</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução (trata de assuntos gerais a respeito do relatório das atividades da Organização: Unesco e a crise mundial; a 18ª sessão da Conferência Geral; renovação da organização; execução do programa; estabelecimento de padrões; promoção da paz; avanço e disseminação de conhecimento e cooperação intelectual; educação e treinamento; avaliação geral; secretariado e suas estruturas e descentralização; entre outros assuntos); - Há vários gráficos e tabelas relativos aos empregados/ao pessoal da UNESCO; sobre gastos e orçamentos; entre outros; - Capítulo 3: Ciências Sociais, Ciências Humanas e Cultura (a partir da p. 119). Tópicos sobre direitos humanos; ciências sociais; estudos culturais; desenvolvimento cultural; preservação e difusão do patrimônio cultural (p. 123); o homem e seu meio ambiente; -Tópico sobre Estudos e Desenvolvimento da Cultura (p. 145 do documento); - Tópico sobre Desenvolvimento Cultural (p. 147); - Tópico sobre centro de pesquisa para o Desenvolvimento Cultural (p. 148 e 149); - Tópico sobre a preservação e difusão do patrimônio cultural. Aqui diz os instrumentos (convenções, recomendações) internacionais para a preservação do patrimônio cultural (a partir da p. 150); - Citação da p. 156 (Tópico sobre o Peru): “O Plano Maior para este projeto não é apenas para a preservação e difusão de sítios e monumentos, mas também para a construção e melhoramento de hotéis, comunicação, etc. requeridos para o turismo”.
17	Paris, 1974	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	<p>Draft Programme and Budget for 1975-1976</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução aborda diretrizes e considerações a respeito de resoluções e considerações sobre a preparação do Rascunho do Programa e Orçamento para 1975-1976. Faz diversas considerações a respeito dos orçamentos da Instituição para o biênio em questão, trazendo tabelas explicitando tais movimentações financeiras. Além disso, a introdução traz, em

				<p>tópicos superficiais e sucintos o que o corpo do documento vai abordar. Fala sobre diversos assuntos que não são considerados como pertinentes à esta pesquisa (p. VII/p. 7 PDF até p. XXXIX/p. 31 PDF);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em uma tabela de orçamento do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o orçamento mais baixo é para as Ciências Sociais, Ciências Humanas e Cultura. Os maiores contemplados [em ordem decrescente] são: Educação, Ciências Naturais e Comunicação (nº26/ p. XVII/p. 13 PDF); - Tópicos mencionando atividades culturais. Faz menção ao desenvolvimento cultural e os efeitos do turismo sobre os valores sócio culturais (nº44 e 45/p. XXII e XXIII/p. 18 e 19 PDF); -Tópico explicando sobre a divisão dos Departamentos de Atividades Culturais e de Patrimônio Cultural. Descreve sobre o que cada divisão é responsável (nº 100/p. XXXVI/p. 28 PDF); - Contém um organograma da Proposta de Organização do Secretariado para 1975-1976 (p. 32 PDF); - Contém uma tabela com o orçamento operacional para o biênio apontando o valor a ser recebido em diversos setores da Instituição, inclusive o setor das Ciências Sociais, Humanas e Cultura (p. XLI/p. 33 PDF).
18	Paris, 1974	https://photos.app.goo.gl/JY7T9pWdwHvm2DLp8	General Conference – Eighteenth Session Vol. 1	<ul style="list-style-type: none"> - Agenda provisional do “Projeto de criação de um fundo internacional para promoção da cultura”. Também possui um rascunho do Estatuto do Fundo Internacional para a Promoção da Cultura e outro adendo sobre Recomendações Formuladas pelo Conselho Executivo a respeito do Projeto para a Criação de um Fundo Internacional para a Promoção da Cultura; - Página 3 e 4, 18C/88: menção a “assistência técnica e intelectual para ARCAFA (Applied Centre for Archaeology and Fine Arts)” e outras entidades que lidam com patrimônios; - Alguns documentos apresentam discussão sobre “desenvolvimento cultural”; - Alguns documentos sobre preservação e desenvolvimento de lugares que possuem documentos;

				<ul style="list-style-type: none"> - Possui relatório do Comitê e do Diretor-geral envolvidos na “Campanha para salvar os monumentos da Nubia”. Sob a forma de um quadro, há um “Programa de trabalho” muito interessante, com as etapas e os prazos que deveriam ser respeitados para salvar tais monumentos (1972-1977). Além disso, há também informações sobre os valores que poderiam ser despendidos em tal salvamento; - Um documento sobre a “Implementação da Resolução da Conferência Geral e decisão do Comitê Executivo concernente à proteção de bens culturais em Jerusalém”; - Na 20ª foto do álbum (5º parágrafo) há menção sobre o desenvolvimento incontrolado do turismo talvez gerar exposição ao patrimônio cultural e aos valores sócio-culturais; - Na 25ª foto do álbum (4º parágrafo) fala sobre a dicotomia da relação entre turismo e desenvolvimento, ora benéfica, ora maléfica; - Na 27ª foto do álbum há menção sobre revistas de turismo.
19	Paris, 1974	https://drive.google.com/drive/folders/1sVP6ow8V3DF-41RuVg5u8d2f7sMIJOYI	General Conference, Eighteenth Session Vol. 2	<ul style="list-style-type: none"> - Documento contendo relatórios especiais iniciais apresentados pelos Estados-Membros sobre as medidas tomadas por eles na Convenção relativa à proteção do patrimônio cultural e natural mundial, adotada pela conferência geral durante a 17ª sessão; - Na 10ª foto do álbum há menção sobre corporações de desenvolvimento turístico, na parte onde fala sobre Israel.
20	1975-...	https://photos.app.goo.gl/YYX2ETZSLLZnFbZK6	UNESCO/ICOM and UNESCO/ICOMOS Documentation Centre	<ul style="list-style-type: none"> - Documento com marcas de queimado, possivelmente do incêndio que atingiu a UNESCO; - Trata da possibilidade de integração dos UNESCO/ICOM and UNESCO/ICOMOS Documentation Centres; - São vários documentos: orçamentos, agenda de trabalho, ofícios, justificativas, pareceres técnicos, relatórios, ata com o nome dos presentes em uma das reuniões, entre outros.
21	1975	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/Em6BZf5VIJFAv2Mfakp	UNESCO / ICOMOS Documentation Center Activity Report	<ul style="list-style-type: none"> - O documento inicia narrando sobre o recebimento de Boletins Nacionais e que recebeu presentes de diferentes países; - Em geral fala sobre a metodologia e ações do Centro de Documentação; - Fala sobre Jardins históricos;

		BI3YB91JjTBSRTEMytj8 ldLslg?e=ygv4TT		<ul style="list-style-type: none"> - Menciona a formação de especialistas em turismo. Também fala que o Centro de Documentação se responsabiliza por fornecer ao Comitê Internacional a documentação necessária para o bom funcionamento de especialistas em turismo cultural (dentre outras especialidades) (p. 2); - Fusão do centro de documentação e UNESCO e Unesco e ICOMOS.
22	Nairóbi, 1975	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Medium Term Plan (1977- 1982)	<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo III fala sobre o homem como o centro do desenvolvimento (p. 6 PDF até p. 34 PDF); - Na introdução do capítulo, há uma frase sobre existir uma genuína relação entre os processos de desenvolvimento e a evolução de estruturas sociais e culturais (p. 57/p. 8 PDF); - Seção sobre a promoção de uma maior participação na vida cultural e o encorajamento de atividades culturais (p. 26 PDF até p. 30); - Tópico menciona o Patrimônio Cultural Mundial, em um contexto de descentralização cultural (nº3520/p. 87/p. 27 PDF); - Capítulo V trata sobre Ações Educacionais em resposta à Requisitos Individuais e Sociais no Contexto da Educação ao Longo da Vida e no Quadro de Desenvolvimento Econômico, Social e Cultural (p. 147/p. 35 PDF até p. 69 PDF). Não há menção ao patrimônio cultural. Julguei como não pertinente à pesquisa este capítulo.
23	1975-1976	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Approved Programme and Budget for 1975-1976	<ul style="list-style-type: none"> - Seção a respeito das ciências sociais, humanas e cultural. Tópico sobre estudos e circulação. Traz as resoluções do programa, entre elas a promoção de estudos culturais. Traz programas específicos de estudos sobre a cultura árabe, asiática, da Oceania, africana. Menciona ocasionalmente estudos sobre patrimônio cultural, mas que não considero pertinente à pesquisa. (p. 2 PDF até p. 10 PDF); -Menção sobre a criação de centros inter-estaduais para a promoção de trabalhos manuais e turismo cultural, a respeito dos Estados Membros do ICAM (Integrated Coastal Area Management (p. 5 PDF);

				<p>-Tópico sobre o desenvolvimento de um jornal internacional chamado "Cultures". Dentre diversos temas abordados no jornal, se encontra um sobre turismo e cultura (p. 12 PDF);</p> <p>-Seção sobre diversos assuntos concernentes ao desenvolvimento cultural (p. 13 PDF até p. 21 PDF);</p> <p>-Tópico sobre a promoção da cultura. Cita a proteção do patrimônio cultural. (a partir do nº3187/ p. 14, 15 PDF);</p> <p>-Apontamentos sobre parcerias entre festivais e o turismo (final da p. 16 PDF);</p> <p>-Tópico mencionando o Departamento de Patrimônio Cultural (nº3200/p. 18 PDF);</p> <p>-Seção sobre preservação e difusão do patrimônio cultural. Contém tabela com orçamentos gerais, as resoluções do programa, plano de trabalho (p. 22 PDF até p. 28 PDF);</p> <p>-Menção sobre o Diretor Geral estar autorizado a promover estudos sobre os efeitos do turismo sobre os valores socioculturais (p. 324/p. 22 PDF). O trecho/citação mais aprofundado sobre isso está no nº 3251/p. 24 PDF;</p> <p>-Tópico sobre o patrimônio de Kathmandu Valley, no Nepal fala que a sua conservação é um essencial constituinte para o desenvolvimento econômico e social daquela área (nº3261/p. 328/p. 26 PDF);</p> <p>-Tópico sobre a assistência dos estados membros para a preservação e difusão do patrimônio cultural e natural. Fala sobre projetos para a promoção do turismo e desenvolvimento econômico (nº3268/p. 27 PDF);</p> <p>-Tópico sobre a preservação de patrimônios culturais e naturais, principalmente quando o patrimônio em questão contribui para o desenvolvimento do turismo cultural sem danificar o meio ambiente. Também menciona o treinamento de guias turísticos (nº3271/p. 28 PDF);</p> <p>-Seção sobre o desenvolvimento de museus e o estabelecimento e aplicação de padrões internacionais concernentes à patrimônio cultural. Contém tabela com orçamento geral destinado aos programas; resoluções dos</p>
--	--	--	--	---

				<p>programas; considerações da conferência geral a respeito dos programas; plano de trabalho; treinamento de especialistas em preservação de patrimônio cultural e natural; menção sobre maior participação ativa da comunidade na vida cultural; (p. 29 PDF até p. 40 PDF).</p>
24	1975-1976	<p>https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32</p>	<p>ICOMOS Documentation Centre - Parts I and II</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nota resultante de uma discussão concernente à proposta de um Centro de Documentação do Patrimônio Cultural, sob os cuidados da UNESCO, ICOM e ICOMOS. Trata de aspectos burocráticos sobre a junção dos 3 centros de documentação. Não há menção específica sobre patrimônio cultural (p. 3 PDF até p. 5 PDF); - Boletim informativo de notícias da ICOMOS, nº 9, publicado no outono de 1976. Traz tópicos sobre ações dos EUA na proteção histórico-cultural; sobre a teoria da restauração francesa e a Carta de Veneza; simpósio de estudos sobre patrimônio industrial; propostas do programa da UNESCO para os anos de 1977-1982 (menção ao turismo); a apresentação do seu comitê executivo; centro de documentação acolhe inventários, estatutos e legislações sobre patrimônio cultural; notícias e notas sobre membros do ICOMOS; comitê internacional especial da ICOMOS (menção ao turismo); encontros e seminários de interesse dos membros do ICOMOS 1976-1977 (menção ao turismo); vista do presidente da ICOMOS à URSS (p. 6 PDF até p. 9 PDF); - Documento em francês sobre a junção dos centros de documentação da UNESCO, ICOM e ICOMOS. Também traz informações sobre o Centro de Documentação de Roma (p. 10 PDF até p. 18 PDF); - Anexos gerais sobre o centro de documentação da ICOMOS, trazendo publicações requeridas e tabelas com sistemas de catalogação do centro de documentação. No anexo II, na p. 25 do PDF, na categoria sobre assuntos econômicos, um dos tópicos é sobre o turismo cultural (p. 20 PDF até p. 30 PDF); - Memorando interno da UNESCO sobre o Centro Internacional de Documentação de Monumentos e Sítios (p. 31 PDF);

				- Relatório sobre a reunião a respeito da possibilidade da junção dos centros de documentação da UNESCO/ICOM e UNESCO/ICOMOS (p. 32 PDF até p. 36 PDF).
25	Nairóbi, 1976	https://photos.app.goo.gl/AzTAmPaThkP5QJsv7	Records of the General Conference, Nineteenth Session	<ul style="list-style-type: none"> - Possui documentos que explicitam análises da UNESCO quanto à necessidade de “adoção de um instrumento internacional relativo à prevenção e cobertura de risco de bens culturais móveis”. Ao caracterizar o problema do roubo de bens e do “tráfico ilícito de objetos culturais”, crítica os “turistas em busca de ‘souvenires’”; - Fala sobre o turismo na introdução/anexo/p. 2. Afirma que o rápido desenvolvimento do turismo, aliado a outros fatores, tende a contribuir com o tráfico ilícito de bens.
26	Nairóbi, 1976	https://photos.app.goo.gl/8xN2tsyuhk42mem5A	Records of the General Conference, Nineteenth Session – vol. 2	<ul style="list-style-type: none"> - 37ª e 38ª reuniões plenárias. Contém as comunicações do “Presidente sobre o mandato dos estados membros do Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”; - Contém falas em espanhol, francês, árabe, inglês, russo; - Muitos assuntos burocráticos sobre a opinião e o parecer dos Estados-Membro sobre seus países e situações.
27	Nairóbi, 1976	https://photos.app.goo.gl/FyRn793jx2EKdEbp9	Records of the General Conference, Nineteenth Session – vol. 3	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório do diretor geral sobre as atividades do Fundo Internacional para a promoção da cultura; - Campanha Internacional para Salvar os Monumentos da Nubia: relatório do Comitê Executivo da Campanha e do Diretor Geral; - Em 1976, o brasileiro Paulo Estevão de Barredo Carneiro (embaixador do Brasil junto à UNESCO) participou como “presidente” da referida Campanha. Dados biográficos da família de Paulo Estevão estão disponíveis em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000500016>; - Estudo sobre a possibilidade de transferir documentos de arquivos constituídos no território de outros países ou relativos à sua história, no âmbito de acordos bilaterais;

				- Item 16 da Agenda Provisional – Implementação da 18C/Resolução 3.428 da Conferência Geral concernente à Restituição ou Retorno de Bens Culturais.
28	Paris, 1976	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/EgiltuxeNt1Pi3O9oV_LAmQBT0zJNPuAf3Os6MzGZbs-Cq?e=gDxUIS	Report of the Inter-Secretariat Meeting of UNESCO, Central Rome, ICOM, IUCN, ICOMOS and IFLA	-Lista membros presentes de cada organização; - O propósito da reunião, precedida pelo Sr. Bolla, foi discutir as decisões tomadas pela Conferência Geral em sua adesão as mobilidades de cooperação ente a divisão de Patrimônio cultural da UNESCO; - Documento em Francês, contém 2 páginas.
29	1976	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/Ekme9-kEdbBHvFyEhUbR-joBfyN0QJ95aNfzkEF_z9-6lg?e=PIBQRR	UNESCO-ICOMOS Documentation Centre	- Possui uma lista de documentação permanente e de caráter ocasional, com o número de arquivos existentes; - Lista as instalações, por locais, e o espaço (em metros quadrados) utilizados para cada um; - Possui uma tabela de funções exercidas durante o ano de 1976 e seus respectivos salários, junto com o horário de trabalho; -O documento está em inglês e francês, contém 6 páginas.
30	Paris, 1976	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/EsBekXKXC05MkT_Fml_0is0BLZaGd-FzGZcC5YRrB0W_Mw?e=chf3ci	Online Information Retrieval in UNESCO	- Carta enviada por S. Nantier (Chefe da divisão de sistemas de documentação), para diretores, setores e chefes da mesma divisão; - Essa recuperação de informação online permite acesso a diversos arquivos de computador. 2 tipos de arquivos podem ser pesquisados: arquivo desenvolvidos e mantidos pelos funcionários de SID/DS e por outras unidades do secretariado, e arquivos mantidos por serviços de informação governamental e comercial; -Documento em Inglês, contém 3 páginas.
31	Paris, 1976	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/ErX-KT_i0HVBuGks95hXVawB1lQujAaQcf5ufKMs_8C-zw?e=7USG2g	UNESCO-ICOMOS Documentation Centre: Report of Activity in 1976	- O documento inicia com uma carta anunciando uma possível fusão dos documentos da ICOM e ICOMOS no Centro de Documentação; - Lista países que estão relacionadas com a salvaguarda do patrimônio cultural; - Menciona o 4° Simpósio do Conselho da Europa “Grandes Cidades em Face da Mudança”; 2° Confronto Europeu de Cidades Históricas em Estrasburgo em 1976; as reuniões de

				<p>grupo do Meio Ambiente Urbano da OCDE e a Reunião de especialistas e treinamento destes em conservação em Roma em 1976, HABIAT;</p> <p>-Os subtítulos do documento são: 1- Coleção de documentação; 2-Resposta a pedidos de informação; 3- Suporte a Comitês Internacionais especializado do ICOMOS 4- Desenvolvimento de contatos com outras organizações; 5- Fusão Dos centros de documentação da UNCESCO/ICOM e UNESCO/ICOMOS; 6- Apoio Ao secretariado do ICOMOS;</p> <p>- Documento em inglês e francês, contém 5 páginas.</p>
32	Nairobi, 1976	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Draft Medium-Term Plan (1977-1982)	<p>- O plano de médio prazo deve estabelecer as linhas principais para as atividades da Organização no período de 6 anos (1977-1982) e fornecer um meio de reflexão e orientação para a comunidade internacional, estimulando assim a participação dos povos no trabalho da UNESCO (n. 113/p. XXX/p. 26 PDF);</p> <p>- O documento traz uma introdução bastante densa que aborda diversos assuntos. Ela inicia trazendo tópicos relativos à Significância e ao Desenvolvimento do Plano de Médio Prazo, fazendo considerações a respeito de aspectos organizacionais da UNESCO, bem como explicitando algumas diretrizes internas da Instituição. Traz assuntos burocráticos e diretrizes de interesse interno. Dividido em tópicos, a introdução vai dissertando sobre diversos e variados assuntos concernentes à sua área de interesse, abordando desde problemas mundiais à objetivos da própria Instituição (p. V/p. 7PDF até p. XXXVI/p. 31 PDF);</p> <p>- Tópicos a respeito de identidade cultural, patrimônio cultural, conceito de cultura, (nº 61, 62, 63, 64, 65 e 66. p. XIX e XX/20 e 21 PDF);</p> <p>- Seção sobre entre o Plano de Médio Prazo e o Programa e Orçamento Bienal da Instituição (p. XXXIII/p. 28 PDF até p. XXXV/p. 30 PDF);</p> <p>- Seção sobre Perspectivas para um Futuro Desenvolvimento do Programa (p. XXXV/p. 30 PDF até p. XXXVI/p. 31 PDF);</p>

				<ul style="list-style-type: none"> - Capítulo sobre o Homem e o Meio Ambiente. Traz apontamentos sobre objetivos da UNESCO em relação a este campo (a partir da p. 223/p. 32 PDF); - Na introdução do capítulo, há uma breve menção sobre a proteção ao patrimônio cultural e natural da humanidade (p. 224/p. 33 PDF); - Seção específica sobre a Promoção e Difusão do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade. Fala do porquê de se preservar os patrimônios culturais e naturais, meios legais e problemas administrativos, organizações internacionais, documentações e publicações, programas internacionais de treinamento, princípios de ação (p. 267/34 PDF até p. 277/p. 43 PDF); - Menção sobre a importância do patrimônio cultural como atrativo turístico (nº 7605/ p. 267/p. 34 PDF); -Menção sobre a preservação de paisagens e animais exóticos também servirem como atrativo turístico (nº 7614/p. 268/p. 35 PDF); - Alerta sobre perigos a respeito da turistificação do patrimônio (nº7615/p. 269/p. 36 PDF); -Tópico sobre o turismo proporcionar compreensão internacional (g/p. 272/p. 38 PDF); -Subseção sobre a Promoção do Estabelecimento e Aplicação de Padrões Internacionais para a Conservação do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade. Fala sobre a Convenção de 1972, aponta objetivos para o ano de 1982, (p. 273/p. 39 PDF); -Menção sobre estudos sobre conservação de centros históricos, turismo e valores sócio culturais (nº 7651/p. 275/p. 41 PDF); - Tópico sobre a Promoção da Preservação do Patrimônio Natural da Humanidade (p. 276/p. 42 PDF e p. 277/p. 43 PDF); - Menção sobre o desenvolvimento do turismo cultural (final da p. 277/p. 43 PDF).
33	Nairóbi, 1976	https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1-	Draft Programme and Budget for 1977-1978	<p>[A Convenção acabara de ser ratificada]</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução

		<p>4Rz7AI7MtagG8Cxo6nGwyF5IVoX4iep</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A área da Cultura aparece junto com a de Comunicação no programa. A justificativa é a influência dos meios de comunicação na cultura. Na página XXXII, parágrafo 85, fala sobre a cultura e a comunicação ajudarem no desenvolvimento econômico; - Menção sobre os propósitos da proteção do patrimônio cultural (p. XXXII, parágrafo, 87); - Patrimônio Cultural: rapidamente o que se espera da Convenção, planejamento sobre a questão da apropriação de bens culturais e um novo projeto internacional (Partenon de Atenas) §92, 94; - A área da Cultura e Comunicação recebem poucos recursos se comparado a área das Ciências Naturais (que têm um departamento só para elas) e, principalmente da Educação, que recebe o dobro. Além disso, está entre os que menos vão crescer (gráficos) (p. XLII e XLIII); - Questões econômicas diversas; - “Juntando as atividades de cultura e comunicação, torna-se possível concentrar e simplificar a sua estrutura organizacional”. Tópico sobre a divisão do patrimônio cultural (p. LVII, §194); - Dificuldades da Unesco depois de uma confusão na Conferência Geral (a partir do §225); - Proposta de organograma (p. LXVI); - Capítulo 4: Cultura e Comunicação, a partir da p. 177; - Preservação e difusão do Patrimônio Cultural da Humanidade (a partir da p.185); - Página 188, §4085, menção sobre turismo e sua relação com o desenvolvimento econômico; - Seção sobre o desenvolvimento cultural (a partir da p. 192 até p. 198); - Tabela de custos da seção de desenvolvimento cultural (p. 192); - Citação pertinente sobre o incentivo ao desenvolvimento cultural (p. 192, §4114); - Projetos de ações quanto ao tráfico de bens culturais;
--	--	--	---

				<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação das Convenções em vigor; - O Comitê do Patrimônio Mundial vai se reunir e o Fundo para o Patrimônio Mundial vai começar a funcionar; - A mesma ideia de unir os centros de documentação ainda; - Primeiros passos na aplicação da Convenção de 72 (§4078).
34	1976-1978	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	ICOMOS Documentation Centre - Part III	<ul style="list-style-type: none"> - Este dossiê é um compilado de documentos expedidos de 01/04/76 até 30/06/78 (84 páginas); - Documento sobre atividades da UNESCO no campo da preservação do patrimônio cultural. Na página 4 contém as categorias do programa da UNESCO, incluindo a preservação e difusão de bens culturais. Esta última engloba o turismo (p. 4 PDF até p. 6 PDF); - Carta alegando a junção do centro de documentação da UNESCO/ICOM e do centro de documentação da UNESCO/ICOMOS, com o intuito de promover a acumulação de informações sobre a preservação e difusão de bens culturais (p. 10 PDF); - Anexo sobre tipos e categorias de documentos requeridos pelo centro de documentação UNESCO-ICOM-ICOMOS. Um tópico diz respeito a informações sobre aspectos econômicos e sociais da preservação e difusão do patrimônio cultural, abrangendo, principalmente, dentre outros aspectos, o turismo e o patrimônio cultural (p. 12 PDF); - Demais documentos sobre a junção dos centros de documentação da UNESCO, ICOM e ICOMOS. Diretrizes técnicas e burocráticas. (p. 13 PDF até p. PDF); - Em um documento (anexo) sobre os tipos de documentos necessários ao centro de documentação UNESCO-ICOM-ICOMOS, há um tópico a respeito de informações sobre aspectos econômicos e sociais da preservação e valorização do patrimônio cultural, em particular, dentre outros tópicos, o turismo e patrimônio cultural (p. 57 PDF); - Documento em francês, espanhol e inglês.
35	1976-1984	https://photos.app.goo.gl/xHyTAGtvch89iiMc9	ICOMOS – Criteria Study	<ul style="list-style-type: none"> - Documento sobre “Possibilidades e limites da interpretação da Doutrina da Restauração para os diferentes países”, data de 25

				<p>a 30 de maio de 1981, de autoria de André Robitaille (Arquiteto-Urbanista, da Universidade de Laval, Quebec, Canadá. O Documento foi apresentado na Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há um conjunto de 10 documentos que dizem respeito a: “Consulta de experts sobre a interpretação de critérios culturais [relacionados à definição de um bem cultural como patrimônio mundial]” (Paris, fevereiro de 1984). O documento mais antigo é de 1976 e o mais recente de 1984; - Desse conjunto, há um documento intitulado “A problemática do patrimônio mundial”, de autoria de Michel Parent, “antigo presidente do Comitê de Patrimônio Mundial”; - No item “d”, intitulado “medidas legais de proteção e de conservação [do patrimônio mundial]”, o autor faz uma breve análise do caso dos centros históricos de Ouro Preto e de Olinda; - Possui um “quadro de tipologias utilizadas para a classificação de bens” enquadrados pela UNESCO como patrimônio mundial; - Há um outro quadro em que se marca o número do critério utilizado à época de definição do bem como patrimônio mundial (Critério 1, Critério 2...). Porém, em relação à São Miguel das Missões (Nº 275) não consta a indicação de critério. O mesmo ocorre em três outros casos; - Há um documento bem interessante intitulado “Estudo comparativo de nomeação e critério para patrimônio cultural mundial”, datado de 20 de setembro de 1979. O documento consiste no relatório do senhor M. Parent: ele havia sido “convidado” pelo “Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Cultural Mundial e Natural” para produzir um documento capaz de “definir mais precisamente o critério’ para a escolha de bens a serem incluídos na lista do Patrimônio Mundial”. Entre outras coisas, ele analisou se a definição de um bem como patrimônio mundial levou em conta “pontos de vista artísticos [a], históricos [h] ou científicos [s]”. As “Conclusões” do
--	--	--	--	--

				<p>relatório são apresentadas nas páginas 23, 24 e 25: “O texto da Convenção é soberano”;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na página 46 do álbum há uma referência sobre um complexo turístico criado em 1958 na Argélia. E na página seguinte, 47 do álbum, fala que as garantias de proteção contra o desenvolvimento turístico estão agora em vigor; - Documento bastante interessante e pertinente sobre a Terceira Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial (23-27 de outubro de 1979), fala sobre princípios e critérios para inclusão de bens na lista do patrimônio mundial.
36	Paris, 1977	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Dossiê ICOMOS 1977	<ul style="list-style-type: none"> -Carta sobre Youth Programmes (Programas da Juventude) (p. 2 PDF); -Documento sobre Projetos da Juventude e Conservação do Patrimônio Cultural – UNESCO (cita medidas adotadas na Convenção de 1972) (p. 3 PDF); - O documento também fala sobre parcerias com outras ONGs (ICOM, ICOMOS, IFLA), traz exemplos de estudos de caso onde o Projeto já foi aplicado, bem como sua repercussão/aceitação por parte dos Estados-Membros (o Youth Programme visa o suporte/apoio das novas gerações na preservação de patrimônios culturais) (a partir da p. 3 PDF até a p. 7 PDF); - Documento sobre um Encontro com o Comitê Internacional do ICOMOS/IFLA sobre Jardins Históricos (p. 8, 9 e 10 PDF); - Cartas do presidente nacional do comitê do ICOMOS da Alemanha e do Ministro da Cultura da Alemanha enviadas para o Chefe da Seção de Operações e Treinamentos do ICOMOS agradecendo sobre ações do Youth Programme (p. 11 e 12 PDF).
37	1977	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/Ek1rQiQw2CFHrhyndJGCEc0B-	UNESCO Goals + Minutes of a Joint UNESCO-ICOM-ICOMOS meeting: Concerning the Integration of	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta os requisitos, discutidos na reunião, para a documentação relativa a: Conservação do patrimônio cultural e natural; Restauração, Legislação, administração e serviços; - Na primeira parte são listados todos os representantes presentes de cada organização, bem como as tratativas gerais da junção/integração dos centros de documentação;

		kOAXcwBPlwivwbiSEvA A?e=8MEa8c	UNESCO/ICOM and UNESCO/ICOMOS Documentation Centre	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta os acordos feitos, que tem os seguintes pontos: Considerações Legais, estatutos, situação do espaço e o sistema de catalogação; -Lista as medidas Imediatas que serão tomadas pela ICOM e ICOMOS; a Convenção Mundial do Patrimônio; sobre as considerações de longo prazo para a catalogação e indexação e fala sobre a mecanização da recuperação de informações; -Possui um Esquema (Gráfico) sobre o sistema de documentação computadorizada; - No anexo II há uma lista de funções e departamentos do centro de documentação; -Documento em Inglês, contendo 12 páginas.
38	1977	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/ErIEkSZuxKxJgGXRi5Qy_V0BHR1Uqn1qo8awwu2DMolJsw?e=7EgeNA	Minute Sheet- Note Transmission	<ul style="list-style-type: none"> - Carta enviada para o Sr. W Tochtermann de H. Daifuku, e o assunto era o Centro Internacional de Documentação para a Preservação do Patrimônio Cultural; - Fala sobre a criação do Centro Internacional de Documentação para a Preservação do Patrimônio Cultural e pergunta sobre o status do centro de documentação IUA, já que isso contaria para a criação de um Centro de Documentação Internacional; - Em inglês, contém 1 página.
39	1977	https://photos.app.goo.gl/oeYpx54zH9rWAYfF6	Thirtieth anniversary of the Organization: speeches and messages	<ul style="list-style-type: none"> - Contém cópias de diversos discursos proferidos por autoridades vinculadas à UNESCO e/ou à promoção da Conferência Geral de 1976; - Contém um histórico da Organização.
40	01/07/1977- 21/03/1984 [Destroyed (fire)]	https://photos.app.goo.gl/npekAM1g8EFdZGkg8	ICOMOS – Documentation Centre – Documents, Films, etc...	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto bastante diversificado de documentos. Os mais interessantes que consegui observar: <ul style="list-style-type: none"> a) Constituição de um Centro de Documentação Internacional integrando UNESCO/ICOM e UNESCO/ICOMOS; b) Agenda de trabalho do Comitê de Documentação da Liaison que se encarregou de discutir e trabalhar para a realização do Thesaurus. c) Minutas das reuniões do referido Comitê (1978 e 1979); d) Informações sobre as determinações do Secretário Geral;

				<p>e) Relatório de Atividades Anuais ou Semestrais do ICOMOS (1979 e 1980). Há informações sobre serviços prestados para a UNESCO no âmbito de demandas do patrimônio cultural;</p> <p>f) Orçamentos anuais do ICOMOS;</p> <p>g) Discussão de “princípios e normas para a proteção de bens culturais móveis e imóveis”;</p> <p>h) Correspondências sobre assuntos diversificados: agradecimento; divulgação de eventos; pedidos de informação; pedidos de reembolso; fundos para pesquisa e/ou missões internacionais; contratos entre experts e ICOM ou ICOMOS; envio de sugestões;</p> <p>i) Cultural Heritage Programme Actions 1981-1983, concerning ICOM, ICOMOS, IFLA and ICCROM.</p>
41	1977-1984	https://photos.app.goo.gl/ZitNXZ8Ku8sqdGhi6	<p>ICOMOS Exchange Programme for Specialist from Eastern and Western Europe for Preservation and Rehabilit. Historic Quarters</p>	<p>- Há cópia do discurso do director-geral do ICOMOS (Delphine Lapeyre?), proferido em 11/09/1984, durante a solenidade de abertura do “Exchange Programme for Specialist from Eastern and Western Europe for Preservation and Rehabilitation Historic Quarters”; Todavia, há um documento de 1977 que já trata desse Programa, bem como relatórios de especialistas que atuaram nesse Programa em 1978, 1979-1981;</p> <p>- Há um documento que registro o nome e o país de origem de todos os especialistas envolvidos no referido Programa (nenhum latino-americano);</p> <p>- Documentos com conteúdo relevante para uma discussão sobre “preservação e difusão do patrimônio cultural” em “centros históricos” [Item 8.1; 03 páginas de um doc.];</p> <p>- Há alguns formulários com informações sobre candidatura de bens a patrimônios mundiais localizados em USA e Malta (ano 1980);</p> <p>- Há várias cópias de contratos entre UNESCO/ICOMOS e especialistas contratados para “compilar, analisar, resumir, processar dados, indexar cartões [dados?], classificar e elabora relatório final para submeter à UNESCO”. Os contratos datam de agosto/1978, 1979, 1979-1981;</p>

				<ul style="list-style-type: none"> - Na 84ª foto do álbum, há um documento sobre a Convenção. Fala sobre a participação dos Estados Membros; - Na 136ª foto do álbum, há uma discussão sobre a cidade histórica de Rothenburg ob der Tauber e sobre questões econômicas e turísticas. Bastante interessante.
42	1978	https://drive.google.com/drive/folders/1-12v9KQ5CyKySjH8h8wr52oiseeaPL73	Report of the Secretary General, General Assembly ICOMOS	<ul style="list-style-type: none"> - Na página 34 do PDF há um tópicos sobre o turismo e a salvaguarda do Patrimônio. Fala sobre a criação da Carta do Turismo Cultural e sobre a Comissão Internacional do Turismo; - Documento interessante, trata sobre o centro de documentação da UNESCO e conjunto com o do ICOMOS e ICOM, e a relação que se dá entre essas instituições (p. 54 PDF); - p. 59 PDF, fala sobre a adoção da Carta de Veneza.
43	1978	https://drive.google.com/drive/folders/1Ws1NpiY1qBR8LV3AJbKShBhrTVv4iZmO	ICOMOS Programme and Budget 1979/1981	<ul style="list-style-type: none"> - Na página 6, do documento ICOMOS Finanças, no parágrafo 24 há a seguinte citação: “The Cultural Tourism Committee will continue to promote the Charter on Tourism and to exert its influence on international tourist authorities and may assist with a study of the siting of tourist facilities, requested by UNESCO” (O Comitê de Turismo Cultural continuará promovendo a Carta do Turismo e exercendo sua influência sobre as autoridades turísticas internacionais e poderá auxiliar no estudo da localização de instalações turísticas solicitadas pela UNESCO).
44	Paris, 1978	https://photos.app.goo.gl/Kz9P2ifLn94ZRPri7	Draft Programme and Budget for 1979-1980	<ul style="list-style-type: none"> - Documento faz um balanço do “Medium-Term Plan” [1977?], constituído com a intenção de “redesenhar” as atividades e a atuação da UNESCO frente aos “mais importantes problemas do mundo moderno com os quais a Organização precisa ajudar a resolver”; - Explicita o background e a proposta de trabalho/ações da UNESCO para o biênio 1979-1980.
45	Paris, 1978	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Draft Programme for 1979-1980	<ul style="list-style-type: none"> - Tópico sobre a promoção de estudos de culturas em nível regional, sub-regional e nacional (dá exemplos de culturas africanas, latino-americanas, caribenhas, árticas, asiáticas, europeias e da Oceania) (p. 11/p. 5 PDF até p. 13/p. 7 PDF); - Tópico sobre preservação, interpretação, difusão e promoção de valores culturais. Traz resultados esperados e menciona

				<p>estudos de caso na África, América Latina e Caribe, países arábicos, Ártico, Ásia, Europa e Oceania. Pincela brevemente a disseminação do patrimônio cultural (p. 8 e 9 PDF);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tópico sobre a promoção de línguas/dialetos nacionais e locais, e, em particular, do seu uso na educação e comunicação (p. 10 PDF); - Tópico sobre estudo de condições sociais e culturais, do passado e do presente, permitindo que a ciência e a tecnologia criem raízes e se desenvolvam (p. 69/ p. 11 PDF); - Tópico sobre a disseminação da informação nas interações entre ciência e sociedade (p, 13 PDF); - Tópico sobre o desenvolvimento e aplicação de instrumentos, métodos e informação para políticas de formulação, planejamento e finanças nos campos da ciência e tecnologia em nível nacional (p. 72/p. 14 PDF); - Tópico sobre arquitetos e planejadores urbanos (p. 175/p. 15 PDF); - Tabela com os gastos da UNESCO sobre a preservação e difusão do patrimônio cultural e natural (p. 176/p. 16 PDF); -Tópico sobre estudos, coleção, disseminação e intercâmbio de informações, melhoramento de métodos e introdução à novas técnicas no que concerne à proteção e conservação do patrimônio cultural e natural, incluindo o desenvolvimento dos museus. Abrange temáticas sobre resultados esperados, propostas de ações, estudos de monumentos, sítios e museus (p. 176/p. 16 PDF); - Menção sobre a proteção e adaptação de monumentos e sítios à luz do turismo contemporâneo e a necessidade de reviver a vida cultural de monumentos e sítios (final da p. 176/p. 16 PDF); - Menção sobre encorajar a publicação de material técnico, para uso de estudantes e profissionais sobre a preservação do patrimônio cultural (p. 177/p. 17 PDF); - Tópico sobre a preparação e aplicação de instrumentos internacionais para a proteção e conservação do patrimônio
--	--	--	--	---

				<p>cultural e natural. Traz os resultados esperados, as propostas de ação. (p. 178/p. 18 PDF);</p> <p>-Tópico sobre a implementação da Convenção de 1972 (p. 179/p. 19 PDF);</p> <p>-Tópico sobre o desenvolvimento de infraestruturas para a proteção e conservação de bens culturais e naturais, incluindo o estabelecimento e a harmonização de sistemas de inventários para esses tipos de bens. Treinamento de profissionais e técnicos neste campo. (p. 180/p. 20 PDF);</p> <p>-Tópico sobre ações internacionais que contribuem para as atividades dos Estados Membros para a preservação e difusão de bens culturais (p. 181/p. 21 PDF);</p> <p>-Tópico sobre a cooperação dos Estados Membros na preservação do patrimônio cultural e natural (p. 24 PDF).</p>
46	Paris, 1978	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Draft Adjustments to the Medium-Term Plan (1977-1982)	<p>- A introdução do documento traz a explicação do porquê deste esboço/rascunho de ajustes para o Planejamento de Médio Prazo, e explicita os principais pontos a serem tratados no documento: a extensão da contribuição da UNESCO na integração do desenvolvimento rural; a melhoria do status da mulher e a promoção da sua participação no desenvolvimento econômico, social e cultural; e o desenvolvimento do papel do jovem em atividades educacionais, sociais e culturais (p. V/5 PDF até XVII/15 PDF);</p> <p>-Seção sobre o desenvolvimento do papel da juventude em atividades educacionais, sociais e culturais (fala sobre o panorama geral da situação, faz um histórico, fala sobre as ações a serem feitas, bem como os impactos desejados). (p. 16 PDF até 21 PDF).</p>
47	1979	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	World Heritage Centre: Relations IUCN/ICOMOS	<p>-Dossiê de 110 páginas contendo documento gerais da UNESCO, IUCN, ICOMOS;</p> <p>- Carta do diretor executivo da CNPPA (Commission on Natural Parks and Protected Areas), Harold K. Eidsvik, para Bernd von Droste, responsável pela parte natural da WHConvention, sobre as recomendações da IUCN a respeito de propostas de bens para serem incluídos na WHL em 1978 (p. 3 PDF até p. 5 PDF);</p>

				<ul style="list-style-type: none"> - Recomendações enviadas pela IUCN aos 15 membros do World Heritage Committee sobre as indicações de sítios a integrarem a WHL em 1978 e 1979. Contém a lista dos 15 estados-membros na época e a lista dos sítios indicados, com os seus respectivos critérios. As recomendações são sobre os seguintes sítios: Galápagos Islands, Ecuador; Nahanni, Canadá; Yellowstone, EUA; Bialowieza National Park, Polónia; Everglades National Park, EUA; Parc National D’Joudq, Senegal; Dinosaur Provincial Park, Canadá; Grand Canyon National Park, EUA; Virunga National Park, Zaire; Ngorongoro Conservation Area, Tanzânia; Kluane National Park, EUA/Canadá; Lake Plitvice National Park, Croácia; ensemble naturel et historique de la ville d’or et de ses environs, Macedónia; Tikal National Park, Guatemala; Baía do Monte Saint-Michel, França; Parc National du Durmitor, Jugoslavia; Madeleine Islands National Park, Senegal (p. 6 PDF até p. 48 PDF); - Na recomendação do Grand Canyon há um parágrafo alegando que os conservacionistas acham que o carácter selvagem e rústico do parque está sendo destruído por causa do fluxo excessivo de visitantes (p. 30 PDF); - Carta do diretor geral da IUCN para os seguintes estados-membros que ratificaram a WHConvention: Paquistão, Noruega, Quênia, Egito, Alemanha, Índia, Austrália, Irã e Iraque, pedindo para que estes enviem propostas de submissão de sítios de carácter natural para a WHL (p. 49 e 50 PDF); - Documentos gerais sobre suporte e recomendações da IUCN em potenciais sítios a integrarem a WHL (p. 51 PDF até p. 57 PDF); - Documentos gerais sobre proposta de um inventário de áreas naturais (p. 58 PDF até p. 63 PDF); - Carta a respeito da reunião do conselho do WHCommittee (p. 64 PDF); - Carta sobre fotografias a respeito das publicações dos patrimônios mundiais (p. 65 e 67 PDF);
--	--	--	--	--

				<ul style="list-style-type: none"> - Carta sobre a participação da IUCN na 3ª Assembleia Geral dos Estados Membros da Convenção de 1972 (p. 66 PDF); - Memorando sobre a inscrição do Kakadu National Park, Austrália (p. 68 PDF); - Contrato entre UNESCO e ICOMOS sobre a avaliação das nomeações de sítios para a WHL (p. 69 PDF até p. 71 PDF); - Documentos sobre a avaliação da IUCN a respeito do Olympic National Park; do Mammoth Cave National Park (ambos situados nos EUA); do The Great Barrier Reef, na Austrália; do Niokolo-Koba National Park, no Senegal; do Serengeti National Park, na Tanzânia; da Reserva Natural da Nimba, na Guiné; do Darien National Park, no Panamá; do Willandra Lakes Region, na Austrália (p. 72 PDF) até p. 80 PDF; - Documentos sobre a cópia do contrato entre UNESCO e IUCN (p. 81 e 82 PDF); - Documento sobre os Sítios Naturais da Região Afrotropical que são passíveis de consideração para integrarem a WHL. Contém um inventário com as características e informações principais de cada sítio em consideração (p. 83 PDF até p. 96 PDF); - Carta sobre avaliações do Comitê do Patrimônio Mundial e da IUCN sobre determinados potenciais sítios a englobarem a WHL (p. 97 PDF até p. 104 PDF); - Documentos sobre o Congresso Mundial de Parques Nacionais (menciona o turismo nas páginas 108, 110, 116, mas nada aprofundado, apenas menções mesmo) (p. 105 PDF até p. 117 PDF); - Documento sobre a revisão técnica da IUCN para avaliar os potenciais sítios a se tornarem membros da WHL (p. 119 e 120 PDF).
48	1979	https://drive.google.com/drive/folders/1JtgzM-OtHCqRc8g4VTnO0br63M510qb2	ICOMOS Activity Report	<ul style="list-style-type: none"> - Nas páginas 9 e 10 deste documento há menção à Organização Mundial do Turismo e ao Turismo Cultural, respectivamente.
49	1980	https://photos.app.goo.gl/4u6aiH6xciaBdp22A	World Heritage List	<ul style="list-style-type: none"> - Listagem com alguns dos patrimônios mundiais da UNESCO. Além da identificação, há justificativas sobre as razões que

				<p>levaram a UNESCO a inserir os bens na lista do patrimônio mundial;</p> <p>- A listagem está um pouco reduzida. Em 1980 já haviam outros bens considerados patrimônio mundial.</p>
50	1980-1987	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	<p>Training Activities - UNESCO, ICOM, ICOMOS E ICCROM</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Memorando sobre atividades no e com o Brasil em 1984 e projeções para 1985/1986 – Projeto Regional do Patrimônio Cultural e Desenvolvimento UNDP/UNESCO (p. 2 PDF até p. 6 PDF); -Memorando sobre exposição itinerante nas Américas e ao redor do mundo, história, conservação e uso contemporâneo (p. 7 PDF até p. 8 PDF); - Carta sobre o projeto “Patrimônio Cultural – sua conservação e valor” (p. 9 PDF até p. 11 PDF); - Cartas sobre o projeto regional de patrimônio cultural e desenvolvimento (p. 12 PDF até p. 14 PDF); - Documentos em francês e inglês sobre o seminário internacional sobre museu e educação (p. 17 PDF até p. 33 PDF); - Documentos relativos à preservação do centro histórico da Cidade do México (p. 34 PDF até p. 38 PDF); - Mais documentos em francês e inglês sobre o seminário internacional sobre museu e educação (p. 39 PDF até p. 50 PDF).
51	1981	https://drive.google.com/drive/folders/1vd1dW0EZujXQFNWAD4qmW1Z-xhM3eXO	<p>Medina de Fez</p>	<p>- Documento contém a tabela de inscrição para a WHL. Na segunda página do documento há uma explicação sobre a Lista do Patrimônio Mundial.</p>
52	1981-1983	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/Es4KUdJYyi9AI2qOArVywb8Bs-p5EF2xtj2gEJZSFIFGbw?e=tO2H5F	<p>General Documents About ICOMOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Primeiro documento é um Revista/Jornal informativo chamado “Juventude e Patrimônio”, colaboração com a UNESCO, que é destinado a jovens afetados pelo patrimônio em diferentes regiões do mundo; para ficarem informados de oficinas e meios que podem aprofundar o seu conhecimento e formação na área; - Possui duas cartas com o assunto sobre o aumento do subsídio para as despesas da ICOMOS para 1984-85. Uma está em francês e a outra carta em inglês. E uma terceira carta da

				<p>UNESCO falando que analisará o pedido da revisão do subsídio, em francês;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Há uma carta para o Diretor Geral da UNESCO, da própria ICOMOS, em qual ela narra a eficiência e qualidade do seu trabalho e lembrando a UNESCO que ela apoia os seus programas, assim como a UNESCO apoia o da ICOMOS. A ICOMOS fala sobre seus projetos atuais e o que está planejando para o futuro, com o intuito de receber um aumento no valor de doação do mesmo nível da ICOM; -Possui um documento que narra o Histórico da ICOMOS DE 1976-1982. Com informações como: Objetivos, representação geográficas, relação como outras organizações, ações da ICOMOS pela UNESCO, informação e documentação, serviços profissionais, o desenvolvimento da organização e uso de subsídios; - Contém um documento que relata a participação da ICOMOS na Conferência Mundial pelas políticas culturais, no México em 1982; -Possui um informativo chamado "Noticias del ICOMOS", em Espanhol, que descreve as novas ações tomadas, novos estudos e conceitos em relação ao patrimônio e à conservação de monumentos e sítios. Na p. 25, há menção sobre o incentivo ao turismo cultural. Na página 26, consta que o ICOMOS se tornou membro da Organização Mundial do Turismo; -Possui um jornal de informações da ICOMOS que anuncia uma vaga de férias a secretaria internacional do ICOMOS, a procura de um novo diretor em 1983, e outro sobre a conservação de monumentos e sítios; Neste documento, na página 32, há a seguinte citação: "O Sr. Ahmed Smaoui, em sua comunicação "Turismo e Patrimônio", demonstrou a complementaridade dessas duas palavras, apesar de sua aparente antinomia. Devido à ausência de deficiências abrangentes de planejamento e infra-estrutura, recomenda-se a avaliação de necessidades e recursos e a integração do patrimônio no processo socioeconômico. As recomendações que foram aprovadas
--	--	--	--	--

				<p>pelos participantes, o Sr. Parent, no encerramento do seminário, presta homenagem à vontade da Tunísia em seus esforços para preservar a presença das marcas da história. organizou este seminário frutuoso rico de lições!";</p> <ul style="list-style-type: none"> - Na página 35 há definições de restauração, reconstrução, reconstituição, restituição; - Possui um informe sobre as políticas da conservação do patrimônio urbano e cultural da América Latina; - Nas páginas 43 e 44 constam informações gerais sobre a UNESCO, a ICCROM e o ICOM; - O documento está em inglês e francês, e contém 53 páginas.
53	1981-1984	<p>https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/EnAGCWL7IVZMkXweOBR2hDQBNMpZ0ZtS4fNQYxepBNLh3A?e=wlvtIX</p>	<p>General Documents About ICOM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Primeiro documento fala sobre a Divisão/Participação do Patrimônio cultural africano e a sua cooperação com determinadas organizações, como o Instituto Cultural Africano, C.E.P.G.L (Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos), OMMSA (Organização de Museus, Monumentos e Sítios da África) e ICOM; - Possui uma anotação feita a mão em inglês por Alexandra Rochi para Patrick Bulenzi, de 1983; - Há uma carta para o diretor geral da UNESCO informando que a ICOM está planejando organizar uma reunião na Nigéria com profissionais de museus africanos. Com objetivo de estudar problemas de cooperação inter-regionais entre museus africanos; questões relacionadas ao retorno e apropriação indevida de bens culturais aos países africanos; e rever a formação de técnicos e funcionários de museus; - Contém uma lista de países africanos que são membros da ICOM e em seguida um documento sobre a Reunião do Comitê Nacional da ICOM na África (1983), na qual se tem uma agenda completa das discussões que tem como objetivo uma definição de uma política regional africana; - Há uma carta digitada por Bulenzi em 1981, sendo o assunto 18º Conferência de NGO e atividades com ICOM/ICOMOS e IFLA. Menciona a cooperação com o OMMSA;

				-Os documentos estão em inglês e francês, e contém 11 páginas.
54	1981-1986	https://univillebr-my.sharepoint.com/:g/personal/ana_g_univille_br/EsLkuWzkLQ5NhkAUA4UPKNSBki_Td59NY48jCkDpWw8Cag?e=uhmFad	General Documents About ICCROM	<ul style="list-style-type: none"> - Possui duas cartas escritas a mão, em francês, categorizadas como fichas de transmissão; - Possui uma carta digitada, de Roma, em 1986, que fala sobre um projeto da ICCROM de treinar técnicos de Museus Africanos com um curso na França; - Apresenta um documento que tem os objetivos (de longo e curto prazo) desse curso que será dado para restauradores e técnicos de museus africanos do sul do Saara. Possui o número de participantes, os requisitos para participar, os estágios do curso, uma lista de despesas, os três temas que serão abordados e as motivações por trás do curso; - Tem um documento gráfico de despesas de cursos realizados pelo ICCROM; - Possui outra carta, de 1986, em que menciona outros cursos fornecidos pela ICROM sobre conservação arquitetônica, conservação de murais e princípios científicos da conservação. Assim, na página seguinte possui uma lista de países e seus representantes que serão contemplados com o curso; - Possui uma carta de duas páginas em que é pedido a organização de um curso em Mali sobre conservação de Madeira; - Documento em inglês e francês, contém 20 páginas.
55	IUCN, 1982	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	Natural Areas of the Neotropical Realm for Consideration as Possible World Heritage Site - 1982	<ul style="list-style-type: none"> - Documento sobre as Áreas Naturais Neotropicais que podem ser possivelmente consideradas a integrar a Lista do Patrimônio Mundial; - O documento começa fazendo breves considerações sobre a Convenção de 1972 e o Comitê do Patrimônio Mundial (p. 1 PDF); - Inventário indicativo de sítios neotropicais com potencial de se tornarem patrimônio mundial. Suporte da IUCN. (p. 2 PDF até p. 12 PDF).
56	IUCN, 1982	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	World Heritage Nomination - IUCN	- Documento contendo avaliações e revisões técnicas da IUCN sobre os seguintes potenciais sítios a integrarem a WHL: Kirthar

		D5bChhiN3BvW6wZQVN VLGIS?ogsrc=32	Technical Review - 1982	National Park (Paquistão); Indus Dolphin Reserve (Paquistão); Aldabra Atoll (Seychelles); Sinharaja Forest Reserve (Sri Lanka) (menciona o turismo de natureza); Selous Game Reserve (Tanzânia) (sítio nomeado pelo Ministério de Recursos Naturais e Turismo da Tanzânia)(p. 1 PDF até p. 11 PDF).
57	1982	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/EkkbYA3pwjdDlc7GisAOVQsBd9_du-yXpsZVwKha3xiXRw?e=YqS1IC	A.A.M (American Association of Museums)	<ul style="list-style-type: none"> - Possui duas cartas contendo o nome do Sr. Bulenzi: a primeira é uma resposta escrita por ele mesmo sobre a reunião do CECA que ele não poderá comparecer. Assim sugere dois especialistas da África para ir em seu lugar. A segunda carta tem ele como destinatário, é uma carta de agradecimento formal pela hospitalidade de Bulenzi, escrito pela Maria Papageorge (M.M.A/ICOM), para a primeira reunião do CECA nos Estados unidos; -Possui o resumo desse primeiro encontro do CECA (Comitê Internacional para Educação e Ação cultural) nos EUA, com o tema de diversidade cultural, restrição econômica e novo público. Neste documento é ressaltado a importância dos museus, o conceito de várias organizações principalmente o CECA, os objetivos, necessidades e propostas do CECA; -E logo após este documento existe duas folhas, uma em inglês e outra em francês, com um formulário para se registrar no evento; - Documento está em inglês e francês, e contém 12 páginas.
58	1984	https://photos.app.goo.gl/y9yY57jpTTGD3ymS8	ICOMOS – Criteria Study	<ul style="list-style-type: none"> - Possui um quadro de “Proposições auxiliares para um sistema de critérios para a inscrição na lista do patrimônio mundial”; - Documento muito interessante data de 19-20 de maio de 1976. Trata-se do Relatório Final de uma “Consulta Informal de organizações Intergovernamentais e não governamentais sobre a implementação da Convenção concernente à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”; - Há, ainda, outro Documento, expedido pelo ICOMOS, também versando sobre “Recomendações de Critérios para inclusão de bens de patrimônio cultural na lista do patrimônio mundial” (Anexo III);

				<ul style="list-style-type: none"> - Na 18ª foto do álbum há menções sobre o desenvolvimento do turismo, sobre projetos de desenvolvimento turístico (documento em francês); - Na 32ª foto do álbum também há menção ao excessivo fluxo turístico; - O documento em geral é bastante interessante e será bem pertinente à minha pesquisa. Fala sobre a WHL e sua relação com a Convenção de 1972; - Na 36ª foto do álbum há menção sobre o Setor Internacional de Turismo; - Na 56ª foto do álbum há menção sobre projeto de desenvolvimento turístico; - Na 67ª e 69ª fotos do álbum também há menção sobre o perigo da atividade turística excessiva.
59	1984-1988	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	<p>Training Activities - UNESCO, ICOM, ICOMOS E ICCROM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos sobre declarações de grandes impactos, dificuldades de obtenção e déficits para cada atividade contínua do programa em 1984-1985 (p. 2 PDF até p. 5 PDF); - Primeiro documento é relativo ao programa de patrimônio cultural. Fala sobre treinamento de pessoal especializado; impactos e conquistas do programa; dificuldades e deficiências do programa (p. 2 PDF até p. 4 PDF); - Documentos sobre Cultura e Comunicação. Discute sobre promoção de identidade cultural e solidariedade regional; mútua apreciação de culturas como uma parte essencial e condicional para cooperação internacional; desenvolvimento de infraestrutura e programas de treinamento para a preservação e difusão do patrimônio cultural (p. 7 PDF até p. 10 PDF); - Memorando sobre um encontro de experts a respeito do treinamento de políticas para desenvolvimento de recursos humanos (p. 11 PDF até p. 12 PDF); - Documentos sobre treinamento de pessoal qualificado na área de conservação de monumentos e sítios (p. 14 PDF até p. 16 PDF);

				<p>-Documento sobre a 40ª Sessão de Educação Internacional: estudantes e professores: aprendendo a aprender (p. 18 PDF até p. 21 PDF);</p> <p>- Documento sobre a viabilidade de um estudo sobre o estabelecimento de um centro sub-regional responsável pela preservação e difusão do patrimônio cultural na Europa Oriental. Define o que é concernente à preservação e à difusão. (p. 23 PDF até p. 30 PDF + p. 69 e 70 PDF [em francês]);</p> <p>- Documento sobre um projeto a respeito de um currículo básico comum para formação de profissionais em museus. Tópico sobre departamentos externos e extensões do museu menciona sobre museus e turismo (p. 35 PDF) (p. 31 PDF até p. 35 PDF);</p> <p>- Documentos a respeito de pesquisa sobre centros de preservação e difusão do patrimônio cultural. Apresenta formulário com o intuito de organizações preencherem para o ICOM recolher informações sobre os cursos disponíveis nas instituições/centros de preservação. Apresenta relatório dos países e respectivos centros de conservação que responderam ao formulário (p. 36 PDF até p. 47 PDF);</p> <p>- Carta do presidente do Comitê de Conservação do ICOM para o chefe do Projeto Regional de Patrimônio Cultural e Desenvolvimento sobre atividades gerais envolvendo conservação (p. 48 e 49 PDF);</p> <p>- Documentos (em francês, italiano e espanhol) gerais sobre o Colóquio Internacional para a Formação e Especialização de Pessoal Qualificado para Restauração de Monumentos, em Napoli, Itália (p. 50 PDF até p. 68 PDF, e da p. 71 PDF até p. 110 PDF).</p>
60	Setembro, 1985	https://drive.google.com/drive/folders/1UaZH3XBjXD5bChhiN3BvW6wZQVNVLGIS?ogsrc=32	ICOMOS - Inventory of Algerian Heritage	<p>- Documento em francês, produzido pelo ICOMOS, sobre o inventário do patrimônio da Argélia (19 páginas);</p> <p>- Composto por introdução explicando as principais diretrizes do projeto (p. 3 PDF até p. 6 PDF);</p> <p>- Além disso, contém os desdobramentos e progressos da missão; apontamentos sobre o departamento de Patrimônio Cultural e do Ministério da Cultura e do Turismo; as proposições</p>

				<p>da organização e os métodos utilizados no inventário em questão; propostas para a criação e implementação do inventário (a partir da p. 11/p. 7 PDF);</p> <ul style="list-style-type: none"> - No capítulo sobre o departamento de Patrimônio Cultural e do Ministério da Cultura e do Turismo (p. 7 e 8 PDF), não há menções específicas sobre turismo. Logo, não considere pertinente à pesquisa.
61	Argentina, 1986	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/ElwrfBKKx7VPmoabAVGcyaUB5PT6mFNjOaZiGjDU6vJ2Ow?e=xepk0e	ICOM: code of professional ethics	<ul style="list-style-type: none"> - O documento contém 40 páginas e está em inglês e francês; - Contém tratativas gerais sobre o Código de Ética Profissional do ICOM; - Possui uma fala geral sobre ética profissional considerada e que o respeito destas é requisito básico para o profissional de museu; - Possui definições e deveres para os conceitos de ICOM, museus, profissão de museus, governo; - Menciona também a aquisição de material ilícito; - Existe uma lista de princípios básicos para a gestão de um museu e princípios gerais de conduta.
62	ICOMOS, 1987	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/Epxy--EVIBICttigxo2qPdUByCVIMfB8ct2LgLCjaKznJg?e=1bJHcz	Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas	<ul style="list-style-type: none"> - O documento contém 12 páginas e está em francês, espanhol e inglês; - Fala sobre o 2º Conselho Internacional de Arquitetos e técnicos de monumentos históricos, em 1964, em Veneza. Patrocinado pela UNESCO, este encontro aprovou 13 documentos que marcaram a conservação de história; - Surgimento da Carta de Veneza; - Nascimento da ICOMOS e do jornal ICOMOS Information; - Introdução escrita por Michel Parent (presidente do ICOMOS na época); - No final da introdução existe uma linha do tempo dos anos em que se fizeram reuniões e quem participou delas, e quem fez a/as propostas; - O documento fala sobre o plano de conservação de cidades históricas que estão sendo afetadas pelo desenvolvimento urbano, e a tentativa de manter uma adaptação harmoniosa para a vida contemporânea (Carta para a Conservação de

				<p>Cidades Históricas e Áreas Urbanas, ou, mais conhecida como Carta de Veneza);</p> <p>-Apresenta as qualidades que devem ser preservadas e os métodos e instrumentos para alcançar o objetivo.</p>
63	Cuba, 1990	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/EuKjWMKG8vVDkvidX8uia5sBSsjDKy4FTgK0EdU1EKQR3g?e=OghgaY	<p>Report of the Eighth United Nations Congress on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O documento tem 30 páginas e está em inglês, espanhol e francês; - Documento sobre o 8º Congresso das Nações Unidas para a Prevenção de Delito e Tratamento de Delinquentes; - Contém um Tratado Modelo para a prevenção dos delitos contra os bens móveis que formam parte do patrimônio cultural dos povos; - Foi aprovado um instrumento, sendo este um modelo de tratado para a prevenção de delitos contra bens; - Possui um anexo com o tratado para preenchimento e assinatura, narrando os deveres de cada nação na prevenção de delitos contra bens.
64	Paris, 1991	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/EkuGyUgyMmNGiTcZaoj0oXcBkz6KQwqka0NqYGTEbzlljA?e=hQyYVz	<p>Protection of Cultural Heritage of States participating in the Conference on Security and Co-operation in Europe (CSCE): Information Document on UNESCO's activities prepared for the symposium on cultural heritage (Cracow, 28 May – 7 June 1991)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Resumo das atividades realizadas pela UNESCO com uma introdução explicando sua existência, as ações normativas, as atividades desenvolvidas; - Tem como subtítulos: Convenção do patrimônio mundial, Convenção contra o tráfico ilícito e a convenção de Haia; cada um tem uma explicação do porquê foi necessário criá-las; - Possui uma lista de recomendação para Estados membros. - Tópico sobre o retorno de bens culturais para seu respectivo país de origem (p. 7); - Tópico sobre ajuda na preparação da legislação para a proteção do patrimônio cultural (p. 7 e 8); - Tópico sobre as atividades operacionais, campanhas internacionais, treinamento, planos futuros; - Menciona que a UNESCO incentivará os Estados-Membros a estreitar links e relações relativos à preservação do patrimônio com o desenvolvimento do turismo (p. 13).
65	Tailândia, 1992	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br	<p>Regional Workshop on the Convention on the Means of Prohibiting</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Documento de 10 páginas, em inglês e francês;

		/EukYHZGdjmtlIWb1gt7ETEcBtph5w5H82wQLi3u3bLDe2w?e=SUbGBc	and Preventing the Illicit Import, Export and Travel of Ownership of Cultural Property	<ul style="list-style-type: none"> - Contém recomendações para a UNESCO, Estados membros e ICOMOS de como lidarem com situações de importação e exportação ilícita de bens culturais; -Tópico sobre a UNESCO continuar seus esforços em fazer com que mais Estados Membros ratifiquem a Convenção de 1970 (p. 2).
66	Itália, 1992	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/EqjRej2ccPRBpUC-Vx6ticoBjsDsIGO7MW_POUeID4kLJw?e=McaEb7	Charter of Courmayeur	<ul style="list-style-type: none"> - Documento de 25 páginas, está em inglês e em francês; - O documento trata sobre um workshop internacional sobre a proteção de patrimônio artístico e cultural; - Adotou algumas recomendações para a ação nacional e internacional contra a negociação e venda ilícita de objetos pertencentes ao patrimônio cultural das nações; - Menciona a convenção da UNESCO de 1970 e 1954 no tema de negociação ilícita de bens patrimoniais; - Aparece como padrão a relação da UNESCO com INTERPOL em relação a este assunto; - É mencionado a parceria entre UNESCO e ICOMOS na assistência em Estados para a preparação de inventários e legislação e treinamento contra esse crime a bens culturais; - Menciona brevemente a Conferência Geral de 1989 da ICOM enfatizando a importância dos inventários; - Enfatiza a importância da difusão de informação sobre legislações nacionais e internacionais a respeito da proteção do patrimônio cultural (p. 5); - Fala sobre os deveres da colaboração entre UNESCO e ONU.
67	Itália, 1992	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/ana_g_univille_br/Et4_ggvzJwNHsn_yiZnjdqgB29ZnySdFNjf6p1ny4JBoA?e=Kpho2O	ISPAC – Report of the International workshop on the Protection of Artistic and Cultural Property	<ul style="list-style-type: none"> - Documento com 24 páginas, em inglês; - Relata toda a conferência, com impasses e narração das problemáticas; - Possui um documento com o cronograma do workshop, sendo ele o Anexo I com descrição de temas abordados e horários; e o Anexo II possui os participantes do workshop, entre Estados nacionais e organizações/instituições; - ISPAC = International Scientific and Professional Advisory Council of the United Nations for Crime Prevention and Criminal Justice.

68	Hungária, 1993	https://univillebr-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/ana_g_univille_br/Egrj8MtrDs1Ei2xd6rDx0s0BICuN_zu7OSj8iyfcbF-Dxg?e=32896D	Recommendation adopted at the UNESCO Regional Seminar for Central Asian and Eastern European Countries on Illicit Traffic	<ul style="list-style-type: none"> - Documento com 5 páginas em inglês e francês; - Contém os deveres dos Estados participantes da UNESCO em proteger o patrimônio cultural e aumentar a cooperação regionalmente contra o tráfico ilegal de bens culturais.
69	1997	https://drive.google.com/drive/folders/1X7ZS_F-5uwly-RI4mrbF16ss11fRBn_6	Documents and Correspondence: Cultural Landscape	<ul style="list-style-type: none"> - Documento sobre o rascunho preliminar da Convenção Europeia sobre Paisagem Cultural; - Na 3ª foto do álbum, no tópico 5, afirma-se que o turismo e a recreação, dentre outros fatores, têm o efeito de alterar a paisagem cultural e ameaçar o seu delicado equilíbrio; - Na 10ª foto do álbum, há menção às indústrias do turismo; - Na última foto do álbum/documento, há a seguinte afirmação: “The presence of monumets brings economical benefits to many sites. This is due to tourism and all its effects {...}”.
70	2000	https://drive.google.com/drive/folders/1M8ZQNMJ_I9FfnJ9De-Wb0Y1qNHDtnea	Management Guidelines for World Heritage Cultural Landscapes: first draft	<ul style="list-style-type: none"> - Documento traz um apanhado geral sobre as Paisagens Culturais, trazendo um histórico e como o conceito foi se desenvolvendo dentro da UNESCO e também em outras instâncias; - Na 3ª e na 23ª página do documento há um tópico sobre a Convenção do Patrimônio Mundial e as Paisagens Culturais. Faz um histórico da Convenção de 1972, com informações interessantes; - Na 5ª página do documento fala que as paisagens culturais são protegidas por diversos fatores, inclusive para o turismo e recreação; - No final da 6ª página fala sobre turismo também; - Na 19ª página do documento há menção ao turismo sustentável.
71	2000	https://drive.google.com/drive/folders/17KeMtQM_zsSiSuaraX2IkAEyyb2l-B0Y	Management Guidelines for World Heritage and Cultural Landscapes	<ul style="list-style-type: none"> -Documento traz um apanhado geral sobre as Paisagens Culturais, trazendo um histórico e como o conceito foi se desenvolvendo dentro da UNESCO e também em outras instâncias;

				<ul style="list-style-type: none"> - A partir da 4ª página do álbum há um tópico sobre a Convenção do Patrimônio Mundial, onde é feito um breve histórico e contextualização da Convenção de 1972 e como funciona. Fala do World Heritage Committe e do World Heritage Bureau; - Na 11ª foto do álbum, fala sobre a necessidade de políticas e programas voltados a, entre outros, atividades econômicas, particularmente a importância do turismo; - Na 12ª foto do álbum, no §6 há menção às indústrias do turismo; - Na 27ª foto do álbum fala sobre o turismo ser uma das várias funções que uma paisagem cultural pode vir a oferecer (tópico 2.3.3); - Na 74ª foto do álbum, há um tópico sobre um estudo de caso de Uluru, Austrália, onde afirma-se que não se quer turistas para subir ao topo do “Rock”, por ser um local sagrado para o povo local; - Na 75ª foto do álbum, no final do tópico 2, fala sobre um plano de manejo que previne um indesejável futuro desenvolvimento massivo do turismo, por causa da ameaça às paisagens culturais; - 77ª foto, menção ao impacto do ecoturismo (case studies); - 79ª foto, menção a um fundo de receitas advindas do turismo; - A partir da 80ª foto do álbum, no capítulo 7 (subcapítulos 7.1 e 7.2) do documento, trata sobre questões específicas do turismo. Capítulo sobre turismo. Muito interessante. Aborda a relação da comunidade com os turistas, diretrizes sobre como lidar com os turistas, princípios do turismo patrimonial, estudos de caso, etc. “The World Heritage Convention has and can influence tourism policy”; - Na 93ª foto do álbum, no final da página, fala sobre atividades econômicas e, em especial, sobre o turismo, afirmando que o valor econômico do turismo é indireto, gerado por hotéis, restaurantes, lojas, etc. Fala sobre turismo massivo, desenvolvimento econômico;
--	--	--	--	---

				- Na 98ª foto do álbum, em um tópico sobre aspectos de planejamento regional, há a menção ao desenvolvimento e integração do turismo.
72	2001	https://drive.google.com/drive/folders/1RWry0-INhKG2n3jnADWDBal5qMRAN8pg	Cultural Landscape Guidelines	- Na 22ª foto do álbum, afirma-se que a paisagem cultural é importante, dentre outras instâncias, para o setor econômico.
73	2001	https://drive.google.com/drive/folders/1EY79CsqdR4DBwJJeTvYeqUHRXzp_iPfx	World Heritage and Cultural Landscape	- Documento em francês (1ª a 12ª foto) e inglês (13ª foto em diante); - Documento de Referência para a Reunião sobre o Patrimônio Mundial e as Paisagens Culturais; - A partir da 13ª foto do documento, inicia um tópico sobre a Convenção do Patrimônio Mundial e os Processos de Inscrição a Patrimônio Mundial.
74	2010	https://photos.app.goo.gl/WV1zwoP5Y87a9grp9	Chrono Convention 1970	- Há muitos documentos (correspondências, contratos, cópias de e-mails etc.) no âmbito da Seção de Museus e Objetos Culturais da UNESCO. Em sua maioria, os documentos aludem a situações que envolvem a apropriação, a transferência, o roubo e o tráfico de bens culturais; - Muitos rascunhos de correspondências a serem enviadas para embaixadores acerca do assunto referido no tópico anterior; - Um documento recebido pela UNESCO em set./2010 narra o “roubo de itens culturais da Grécia” (documento contém um bilhete manuscrito em um cartão laranja); - Possui cópia de um projeto de cooperação internacional em matérias de cultura; - Possui o rascunho da proposta de orçamento para os anos de 2012 e 2013, cuja elaboração foi do Gabinete do Secretário-Geral da UNESCO; - Há um documento muito interessante expedido pela Embaixada da Bolívia situada em Bruxelas/Bélgica, em 31 de agosto de 2010, pedindo que a UNESCO intervenha junto ao “Reino da Bélgica”, pois tinham notícias de que iria ocorrer o “leilão de uma coleção de objetos pré-colombianos entre os quais se encontram peças que formariam parte do patrimônio

				<p>cultural do país [Bolívia”]. No documento, há cópia das imagens que seriam leiloadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em 01/09/2010 há nova correspondência do Embaixador da Bolívia sobre esse assunto. Dessa vez, ele direciona seu comunicado à Diretora Geral da UNESCO, senhora Irina Bokova. Segundo o documento, o leilão iria ocorrer em 11/09/2010; - Não consegui localizar a resposta da UNESCO. Tem que pesquisa na internet para ver os encaminhamentos; - É interessante observar que em 06/09/2010 recebeu-se na UNESCO o relatório de uma Plenária em Viena uma, informando sobre o “combate ao tráfico ilícito de patrimônio cultural”; - Muitos documentos (atas, agendas, notas de reunião, cópias de e-mails etc.) sobre “retorno de bens culturais para suas comunidades de origem e restituição no caso de apropriação ilícita”; - Um conjunto de correspondências trata da tradução de documentos para o russo. Percebe-se a tensão em torno desse processo de tradução. Há alguns debates sobre os custos e o papel da tradução para o Russo e para o Chinês; - Uma correspondência interessante enviada pelo Sr. Rafique Iscandar (Presidente da American Coptic Union - http://americancopticunion.blogspot.com/) tratando do “genocídio cultural no Egito” em razão do regime de Mubarak seguir destruindo os templos Coptas; - Na 52ª foto do álbum há menção ao turismo em um contexto onde se fala sobre atividades econômicas. Na 53ª foto fala sobre a relação entre cultura e atividades econômicas; - Na 94ª e na 96ª foto do álbum (p. 21 e 23 do documento), também há menção sobre o cuidado com o excesso do turismo na conservação dos bens; - Na foto 103 do álbum cita a adoção da Convenção de 1972 para a proteção do patrimônio cultural e natural;
--	--	--	--	---

				<p>- Na 146ª foto do álbum começa um rascunho de documento sobre o Tráfico Ilícito de Bens. Há um “background” sobre o Comitê para a Promoção da Devolução de Bens Culturais para seus países de origem. Na p. 4 deste documento, há menção sobre o turismo e sua relação com desenvolvimento econômico;</p> <p>- Na 201ª e 204ª fotos do álbum, um documento em francês, há menção sobre conscientizar e avisar turistas sobre o tráfico ilícito de bens: “Por outro lado, também estamos fazendo clipes para sensibilizar as populações locais e turistas para a luta contra o tráfico ilícito de bens culturais. Nossa ambição é chamar a atenção do público (populações locais e turistas) para as consequências desastrosas da aquisição de bens culturais de origem desconhecida. Os clipes serão afixados em locais públicos e trânsito de passageiros (aeroportos, estações, aviões, agências de turismo, etc.) e atrações turísticas (especialmente aqueles na Lista do Patrimônio Mundial) Clipes para a América Latina e A África já está pronta e atualmente estamos procurando fundos para fazer um clipe para a região árabe.”</p>
--	--	--	--	--

AUTORIZAÇÃO

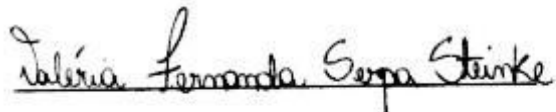
Nome da autora: Valéria Fernanda Serpa Steinke

RG: 4.218.396

Título da Dissertação: O patrimônio e o turismo: um estudo sobre a construção da ideia de patrimônio mundial (UNESCO, 1960-1980)

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, a disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 15 de abril de 2020.



Valéria Fernanda Serpa Steinke